

**LETÍCIA CARDOSO DE CARVALHO**

**INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS ENTRE CRIANÇAS E SEUS PAIS EM DIAS DE  
VISITA NA APAC – VIÇOSA, MG.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Amélia Carla Sobrinho Bifano

**VIÇOSA**

**2023**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

C331i  
2023  
Carvalho, Leticia Cardoso de, 1992-  
Interações e brincadeiras entre crianças e seus pais em dias  
de visita na APAC Viçosa - MG / Leticia Cardoso de Carvalho.  
– Viçosa, MG, 2023.

1 dissertação eletrônica (106 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexos.

Inclui apêndices.

Orientador: Amelia Carla Sobrinho Bifano.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,  
Departamento de Economia Doméstica, 2023.

Referências bibliográficas: f. 76-83.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2023.760>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Prisões - Visitantes - Viçosa (MG). 2. Famílias de  
prisioneiros. 3. Crianças - Relações com a família. I. Bifano,  
Amelia Carla Sobrinho, 1965-. II. Universidade Federal de  
Viçosa. Departamento de Economia Doméstica. Programa de  
Pós-Graduação em Economia Doméstica. III. Título.

CDD 22. ed. 365.98151


**LETÍCIA CARDOSO DE CARVALHO**

**INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS ENTRE CRIANÇAS E SEUS PAIS EM DIAS DE  
VISITA NA APAC – VIÇOSA, MG.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Aprovada em: 07/ 07/ 2023


Assentimento:

Documento assinado digitalmente  
 **LETICIA CARDOSO DE CARVALHO**  
Data: 12/12/2023 15:50:24-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Letícia Cardoso de Carvalho**

**Autora**

Documento assinado digitalmente  
 **AMELIA CARLA SOBRINHO BIFANO**  
Data: 18/12/2023 09:07:17-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Amelia Carla Sobrinho Bifano**

**Orientadora**

## AGRADECIMENTOS

Mais uma etapa se encerra e não é possível finalizá-la sem antes agradecer a todos os que estiveram ao meu lado incentivando, encorajando e dando força para continuar trilhando esse caminho.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter concedido que eu, uma mulher, negra, cristã, casada, mãe, pobre e moradora de periferia alcançasse tal benefício, e por ter se feito presente durante todo o processo, da aprovação do projeto até os momentos em que pensei em desistir. Sem Ele nada disso seria possível. É tudo para glória do Senhor sempre!

Ao meu fiel e confidente marido, Rogério Araújo, por ser carne da minha carne e nunca me abandonar em nenhum momento da minha história. Te amo sem medida!

Aos meus filhos, Igor Lucas e Luiza Marta, por serem o amor da minha vida e minha motivação de continuar lutando dia após dia. Também em memória do meu bebê Rebeca, que não tive a oportunidade de tê-la em meus braços, mas que amarei enquanto eu viver.

Aos meus pais, Léo Carlos e Luzia Marta. Sem o apoio e incentivo de vocês nada na minha vida seria possível. Amo vocês infinitamente!

Aos meus irmãos Livia Cardoso e Jackson Luiz, por estarem sempre presentes em todos os momentos da minha vida. Também em memória do meu irmão Leonardo Rodrigues, que tão cedo nos deixou, mas que marcou significativamente sua estadia aqui na terra.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento que foi fundamental para a realização desta pesquisa.

Agradeço à Universidade Federal de Viçosa pelo ensino público, gratuito e de excelência, ao Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica e ao Departamento de Economia Doméstica e todos os seus professores, técnicos e funcionários.

À minha orientadora Amélia Carla, pelos ensinamentos compartilhados, pela compreensão e pelo carinho nesse caminho novo e muito desafiador que trilhei.

À minha – dela posso, sim, dizer – AMIGA, Diana de Fátima, que desde o dia que a conheci sempre foi luz em minha vida. Amo você e sua família.

Ao Cristiano Viana, que veio no pacote da amizade com a Diana e se tornou um valioso amigo nessa trajetória. Obrigada pelo apoio.

Aos irmãos de fé da Igreja Batista Sião de São José do Triunfo, obrigada por me acolher em oração e pelo amoroso cuidado que têm comigo e com minha família.

Aos meus tios, tias, primos, primas, sobrinhos, sobrinhas, cunhados e cunhadas das famílias Cardoso, Rodrigues e Arcanjo, que se fazem presentes em todos os momentos.

Aos amigos de vida, obrigada por suportarem as minhas fraquezas e mesmo assim escolherem estar ao meu lado.

Aos colegas do grupo de pesquisa, agradeço a parceria e companhia.

Agradeço especialmente a todas as crianças e famílias que participaram da pesquisa, que são parte da minha formação profissional e pessoal.

Aos funcionários e equipe da APAC, pois sem a parceria, paciência e dedicação deles essa pesquisa não seria possível. Obrigada por tudo e sucesso na jornada de todos!

Chego ao fim de mais uma etapa com a sensação de dever cumprido. E que venham outras!

*Porque dele e por ele, e para ele, são todas as coisas; glória, pois, a ele eternamente. Amém.*

Romanos 11:36

## RESUMO

CARVALHO, Leticia Cardoso de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2023. **Interações e brincadeiras entre crianças e seus pais em dias de visita na APAC Viçosa - MG.** Orientadora: Amelia Carla Sobrinho Bifano.

A dissertação ora apresentada trata da análise sobre desafios da manutenção de vínculos familiares, a partir das relações parentais, instrumentalizadas pelas visitas dos filhos e filhas a seus pais, em uma APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, unidade localizada na cidade de Viçosa, Minas Gerais. Para elucidar esse objeto de estudo, utilizou-se a pesquisa qualitativa, cujos procedimentos técnicos combinaram ferramentas e instrumentos de coleta de dados empregando-se as abordagens teórica e empírica. A abordagem teórica consistiu na realização de revisão bibliográfica e documental, sendo a segunda efetivada a partir de análise de documentos legais que tratam dos direitos infantis. A abordagem empírica constituiu-se no estudo de caso, com três funcionários, cinco recuperandos e seus respectivos filhos e/ou filhas menores de 10 anos, no período de três meses, dividido entre entrevistas abertas e observações diretas. A análise de dados se pautou nos referenciais da análise de conteúdo, resultando em uma descrição detalhada dos dados obtidos, categorização, classificação e análise. A pesquisa constatou que o sistema prisional faz parte de um grande e histórico problema estrutural da sociedade, cuja mudança demanda intervenções em diversas áreas, principalmente no que tange ao tipo de tratamento dispensado aos presos e seus familiares. Os resultados demonstraram que a metodologia de ressocialização da APAC, quando aplicada adequadamente, pode contribuir para um ambiente de maior acolhimento, propiciando maior liberdade para que os recuperandos interajam com seus filhos, principalmente as crianças pequenas, reduzindo o impacto negativo da falta de ambiente físico adequado. Isso aponta que promover ações que estimulem processos de conscientização dos pais presos sobre a importância da convivência familiar para a criança é uma iniciativa que precisa ser elaborada e executada. Conclui-se que pensar novas formas de visita infantil ao sistema prisional pode ser uma alternativa amigável e acolhedora para as crianças.

Palavras-chave: Relação parental; Visita infantil; Sistema prisional; APAC; Vínculos familiares.

## ABSTRACT

CARVALHO, Leticia Cardoso de, M.Sc., Federal University of Viçosa, June 2023. **Interactions and games between children and their parents on visiting days in APAC Viçosa - MG.** Advisor: Amelia Carla Sobrinho Bifano.

The dissertation presented here deals with the analysis of the challenges of maintaining family ties, based on parental relationships, instrumentalized by the visits of sons and daughters to their parents, in an APAC - Association for the Protection and Assistance of Convicts, a unit located in the city of Viçosa, Minas Gerais. To elucidate this object of study, qualitative research was used, whose technical procedures combined data collection tools and instruments using theoretical and empirical approaches. The theoretical approach consisted of carrying out a bibliographic and documentary review, the second being carried out based on the analysis of legal documents that deal with children's rights. The empirical approach consisted of a case study, with three employees, five recovering people and their respective sons and/or daughters under 10 years old, over a period of three months, divided between open interviews and direct observations. Data analysis was based on content analysis references, resulting in a detailed description of the data obtained, categorization, classification and analysis. The research found that the prison system is part of a large and historic structural problem in society, and that to change this reality, interventions are needed in several areas, especially with regard to the type of treatment given to prisoners and their families. The results demonstrated that the APAC resocialization methodology, when applied appropriately, can contribute to a more welcoming environment, providing greater freedom for those recovering to interact with their children, especially young children, reducing the negative impact of the lack of environment adequate physique. This indicates that encouraging actions that encourage awareness processes among imprisoned parents about the importance of family life for children are initiatives that need to be thought about and executed. It is concluded that thinking about new ways of visiting children in the prison system can be a friendly and welcoming alternative for children.

Keywords: Parental relationship; Children's visit; Prison system; APAC; Family bond.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Linha cronológica dos direitos da criança.....	21
Figura 2 – Valores norteadores das ações da FBAC.....	28
Figura 3 – Os doze elementos do método APAC.....	29
Figura 4 – Eixos da relação parental modelo de Zornig.....	31
Figura 5 – Censo populacional do IBGE.....	43
Figura 6 – Vista frontal da antiga prisão do município de Viçosa, MG, em 2002.....	46
Figura 7 – Pátio externo antigo presídio.....	47
Figura 8 – Presos e voluntários realizando limpeza do antigo presídio.....	48
Figura 9 – Reforma do antigo presídio.....	48
Figura 10 – Recuperandos realizando ato socializador.....	49
Figura 11 – Vista frontal da APAC de Viçosa, em 2023.....	50
Figura 12 – Hall de entrada em dia de visita da APAC – Viçosa.....	51
Figura 13 – Sala de revista.....	52
Figura 14 – Corredor de acesso ao interior do estabelecimento.....	54
Figura 15 – Pátio durante a visita.....	55
Figura 16 – Imagem do pátio organizado para a visita.....	62

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAC	Associação de Proteção e Assistência aos Condenados
Art	Artigo
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CF	Constituição Federal
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
Covid-19	Corona Virus Disease
DEPEN	Departamento de Penitenciário Nacional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EIN 387	Brinquedoteca: espaço alternativo de vivências lúdicas
FBAC	Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados
INFOPEN	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
LEP	Lei de Execução Penal
LudC-Art	Projeto de extensão resgatando a cultura lúdica na infância
LudoAPAC	Brinquedoteca espaço alternativo de vivências lúdicas
ONU	Organização das Nações Unidas
PPF2/N95	Máscara com respiradores
PFI	Prison Fellowship International
RCNEI	Referenciais Curriculares Nacionais de Educação Infantil
SINESP	Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública
SUS	Sistema Único de Saúde
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UFV	Universidade Federal de Viçosa

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
1.1 Apresentação.....	12
1.1.2 Percurso pessoal.....	12
1.2 Construção teórica do problema.....	13
1.3 Justificativa.....	17
1.4 Objetivos.....	17
1.4.1 Objetivo Geral.....	18
1.4.2 Objetivos Específicos.....	18
1.5 Organização do trabalho.....	18
<b>CAPÍTULO II: REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>20</b>
2.1 Trajetória histórica da construção do conceito do “ser” criança e dos seus direitos.....	20
2.2 Os estabelecimentos prisionais no Brasil.....	25
2.2.1 A APAC.....	27
2.3 A dinâmica das relações parentais.....	30
2.3.1 Processos de interação social.....	32
2.3.2 Os processos interativos no decorrer do brincar e a manutenção de vínculos parentais.....	34
2.3.3 Interação parental no sistema prisional comum.....	35
<b>CAPÍTULO III: PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>38</b>
3.1 Tipo de pesquisa.....	38
3.2 Sujeitos participantes da pesquisa.....	38
3.3 Procedimentos para coleta e análise de dados.....	39
3.4 Caracterização do local de estudo.....	42
3.5 Aspectos éticos.....	44
<b>CAPÍTULO IV: RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>46</b>
4.1.1 A visita na APAC: procedimentos.....	50
4.1.2 A visita na APAC: tratamento e ambiente.....	56

<b>4.2</b>	<b>Oportunização feita pela APAC-Viçosa para favorecimento da interação parental</b>	<b>61</b>
	.....	
<b>4.2.1</b>	<b>Liberdade de brincar.....</b>	<b>61</b>
<b>4.2.2</b>	<b>A festa do Dia das Crianças.....</b>	<b>64</b>
<b>4.3.1</b>	<b>A qualidade da convivência familiar mediada pelo brincar.....</b>	<b>66</b>
<b>4.3.2</b>	<b>Prática da parentalidade no brincar em dias de visita.....</b>	<b>67</b>
<b>4.3.3</b>	<b>A relação parental em dia de visita.....</b>	<b>70</b>
<b>4.3.3.1</b>	<b>Laços de parentesco, transmissão de regras e valores.....</b>	<b>70</b>
<b>4.3.3.2</b>	<b>Experiência da paternidade.....</b>	<b>72</b>
<b>4.3.3.3</b>	<b>Prática da parentalidade.....</b>	<b>72</b>
	<b>CAPÍTULO V: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>75</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>76</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>84</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>92</b>

## CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

### 1.1 Apresentação

Este estudo se debruça sobre a problemática dos desafios da manutenção de vínculos familiares a partir das relações parentais instrumentalizadas pelas visitas dos filhos e filhas a seus pais presos. Trata-se de um estudo de caso desenvolvido na APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Viçosa, MG. A escolha por essa unidade prisional se deu pelo fato de ser uma proposta inovadora para recuperação e reinserção social de pessoas condenadas pela justiça. É um projeto alternativo de cumprimento de pena privativa da liberdade, mais humanizado, sem perder de vista a finalidade punitiva da pena, pois sua missão é evitar a reincidência criminal (APAC, 2023).

A APAC é um método de aplicação da Lei de Execução Penal. Estabelece o art. 1º da Lei nº 7.210/1984 que a execução penal objetiva “proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado” (Brasil, 1984). É uma iniciativa que nasceu de uma tentativa de tornar o sistema prisional mais humanizado e mais propício à reinserção social dos presos já condenados pela justiça. Nessa entidade, a aplicação das leis de execuções penais é feita por intermédio de metodologias não violentas, dispensando o uso de força física e de armas e priorizando o diálogo entre presos, funcionários e sociedade (Andrade, 2014).

A unidade APAC da cidade de Viçosa nasceu da iniciativa da psicóloga forense que atuava no fórum da Comarca de Viçosa. Quando soube da existência desse regimento disciplinar, teve o interesse de implementá-lo no município. Ela reuniu amigos, promotores de justiça, policiais, psicólogos, líderes religiosos, estudantes, professores universitários e voluntários da comunidade para realizar a abertura de uma unidade no município (APAC, 2023).

O desejo de estudar a unidade de Viçosa surgiu da percepção da pesquisadora de que o local visa ao bem-estar dos visitantes e propicia um espaço mais adequado para as interações, as quais são possibilitadoras de estreitamento de vínculos e de consolidação das relações parentais. Além disso, o interesse foi aflorado devido à experiência e vivência da pesquisadora enquanto visitante e voluntária do local.

#### 1.1.2 Percurso pessoal

No ano de 2014, ingressei na Universidade Federal de Viçosa – UFV no curso de Educação Infantil e me tornei voluntária do projeto de extensão LudC-Art. O objetivo do projeto é o de resgatar a cultura lúdica e artística na infância. Então, surgiu o interesse de promover práticas lúdicas com os filhos e/ou filhas dos recuperandos, os quais também fizeram parte da minha trajetória, pois participei e promovi eventos com eles na APAC.

Entre os anos de 2014 e 2019, os atendimentos feitos às famílias na APAC despertaram o interesse de desenvolver trabalhos acadêmicos em diferentes disciplinas, como antropologia, estudo sobre família e espaços alternativos para o brincar (brinquedoteca), os quais apresentam temáticas sobre a APAC, as famílias e os espaços alternativos de vivências brincantes. Essas atividades acabaram resultando, no ano de 2019, na estruturação de uma brinquedoteca, nomeada como LudoApac, criada como um instrumento social com vistas a facilitar o contato entre os presos e seus filhos e/ou filhas em dia de visita familiar.

Com a pandemia causada pelo vírus da covid-19, as visitas presenciais aos presídios foram interrompidas para evitar a contaminação em massa dos presos. Esse fato forçou a parada das atividades da LudoApac, que permanecem interrompidas.

Em 2021, decidi analisar as condições socioambientais para a manutenção dos vínculos familiares a partir das relações entre os pais recuperandos e seus respectivos filhos e/ou filhas na APAC de Viçosa, MG. Assim, comecei minha trajetória no mestrado com a aprovação do meu projeto de pesquisa pelo Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica da UFV, culminando na presente dissertação.

## **1.2 Construção teórica do problema**

Neste subtópico, serão apresentadas as bases teóricas relativas à dinâmica de funcionamento no sistema prisional que nortearam o trabalho, principalmente em dias de visita, evidenciando como ela afeta as relações parentais e o processo de desenvolvimento da criança que vivencia o aprisionamento paterno.

A visitação de parentes e amigos em presídios vem se tornando um fenômeno muito comum no século XXI devido ao aumento de pessoas em estabelecimentos prisionais pelo mundo. O aprisionamento em massa é também considerado por Andrade (2014) uma característica muito marcante de países de base econômica capitalista. Isso porque, ao mesmo tempo em que pune a ação infratora de um indivíduo, ele refreia a atitude da grande massa, que se sente coagida a manter um padrão aceitável de conduta, resultando no controle de poder (Andrade, 2014; Foucault, 1987).

O aprisionamento de pessoas em sistemas prisionais sofreu um aumento de cerca de 25% nos últimos anos em todo o mundo. Esse fenômeno é conhecido como *boom* do encarceramento, o que gerou, por consequência, aumento de visitantes aos presídios. Dentro dessa população visitante, há muitas crianças, filhos e filhas dos presos. De acordo com os dados do Departamento de Penitenciárias Nacionais – DEPEN, cerca de 95% da população de encarcerados são homens, dos quais 88% possuem pelo menos um filho. Isso significa que muitas crianças podem vir a frequentar as prisões nos dias de visita familiar (Haskins; Amorim; Mingo, 2018).

A manutenção da qualidade da relação parental favorece a diminuição do estresse paterno, fortalece a conexão entre pais e filhos e serve como um suporte emocional para o enfrentamento do encarceramento por ambas as partes. Para as crianças em específico, a qualidade da relação parental favorece a elevação da autoestima, a criação de condutas pró-sociais e a demonstração de autoconfiança – elementos essenciais para o desenvolvimento e o bem-estar infantil (Bartlett, 2018; Martin; Phaneuf, 2018; Melo *et al.*, 2020; Kruehl; Fenner, 2020).

As visitas prisionais têm como objetivos amenizar o distanciamento causado pela pena privativa da liberdade e promover a manutenção das relações familiares e a ressocialização do preso. Isso porque os laços afetivos familiares saudáveis são a chave para a promoção do bem-estar psicossocial e emocional para os seres humanos (Martin; Phaneuf, 2018).

Segundo Juliano e Yunes (2014, p. 135),

O ser humano nasce e vive em uma rede de relações representada por: família, escola, comunidade, trabalho, dentre outras. Nestes ambientes ecológicos, as pessoas desenvolvem-se e conquistam uma diversidade de lugares de interação social. As relações entre pessoas e ambientes oferecem possibilidades de apoio nos momentos de crise ou mudança e podem criar oportunidades de desenvolvimento humano através da qualidade dos meios de subsistência, possibilidades de emprego, estudo, amizades, lazer, relações de suporte e de afeto. O apoio social e afetivo fornecido pela rede relacional das pessoas é mantido por laços afetivos e depende de percepções que se tem do próprio mundo social, de competências e recursos disponíveis para proteção.

Dessa forma, pode-se considerar que o apoio afetivo, mantido por meio da manutenção das relações familiares, serve como forma de resiliência para os seres humanos ao viabilizar suporte emocional em momentos de crise e direcionamento de escolhas e condutas. Esse apoio, portanto, é um fator determinante no processo de constituição das subjetividades, tanto das pessoas privadas de liberdade quanto dos seus familiares.

Contudo, as visitas de familiares aos aprisionados são vistas como um impacto negativo para as relações, pois, nessa suposição, entende-se que elas resultam no enfraquecimento de laços afetivos devido à realidade vivenciada nos presídios diante da precariedade das ações voltadas para o atendimento do público, seja pela forma de tratamento dos visitantes, seja pelas condições físicas dos locais (Bartlett, 2018).

De modo geral, a visita dos (as) filhos (as) no ambiente prisional acontece em locais inadequados, isto é, não há espaços reservados para o recebimento dos familiares visitantes. Em grande parte das vezes, as visitas acontecem nos pátios dos presídios, como em mesas e cadeiras improvisadas ou em lençóis forrados no chão. O ambiente, portanto, apresenta alternativas pouco flexíveis para um contato saudável entre ambas as partes. Isso se agrava ainda mais quando esses visitantes são crianças, visto que os projetos dos presídios não levam em consideração o conforto e o bem-estar infantil (Bartlett, 2018; Brookes, 2018; Oldrup, 2018; Parkes; Donson, 2018).

Essa dificuldade de aproximação física e afetiva entre pais e filhos acarreta, inevitavelmente, consequências negativas para ambas as partes. Os pais presos se tornam mais propensos ao estresse generalizado, o que pode levar a outros desdobramentos, como, por exemplo, ao aumento dos conflitos entre os presos e entre estes e os agentes de segurança. Por sua vez, esse tipo de comportamento desfavorece o processo de ressocialização e a criação de boas condutas (Martin; Phaneuf, 2018).

No caso dos filhos, pode provocar o que Bartlett e Trotter (2019) denominaram de “dor da separação”, um quadro de alterações psicoemocionais que afeta a criança em suas relações interpessoais, seu comportamento diante do mundo e seu desempenho educacional.

Por outro lado, estudos mostram (Bartlett, 2018; Martin; Phaneuf, 2018; Melo *et al.*, 2020), que, para essas crianças, a qualidade da relação parental favorece a elevação da autoestima, a criação de condutas pró-sociais e a demonstração de autoconfiança, elementos essenciais para o bem-estar infantil e seu desenvolvimento de forma mais saudável. Assim, uma boa qualidade de relações parentais contribui para a redução do estresse paterno, cria possibilidade de fortalecimento da conexão entre pais e filhos e favorece a criação um suporte emocional para o enfrentamento do encarceramento.

A manutenção dos laços afetivos, considerada fundamental para uma convivência familiar saudável e para promoção de um desenvolvimento psicossocial e emocional das crianças, está prevista como direito de convivência familiar na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e na Lei de Execuções Penais de 1987. Entretanto, o ambiente destinado à visita dentro dos presídios pouco favorece esse direito de

convivência familiar da criança, além de desagregar valor aos direitos infantis de preservação da dignidade diante de ambientes nocivos (Brasil, 1984).

Essa desvalorização do direito infantil de convivência familiar e de prevenção de exposição a ambientes e situações nocivas, possivelmente, pode estar ligada a uma situação sócio-histórico-cultural, relativa ao tipo de público que ingressa o sistema prisional.

É importante destacar que tanto os presos quanto suas famílias são, em grande parte, socioeconômica e culturalmente desfavorecidos pelo sistema social, porque são um público acostumado a sofrer todos os tipos de desvantagens sociais e de acesso. Isso ocorre devido à formação sócio-histórico brasileira, que, desde o processo de colonização, já apresentava como característica de sua organização social a divisão em classes, nas quais os grupos sociais de poder mais elevado predominavam sobre os grupos mais fracos (Andrade, 2009; Foster, 2019).

Sendo assim, os países de capitalismo periférico, como é o caso do Brasil, um país marcado por desigualdades e por preconceitos que se perpetuam nas relações sociais, vivenciam situações de violência e de desamparo dos mais pobres. Isso reflete no tipo de tratamento e no tipo de ambiente encontrados nos presídios, os quais são reproduções das relações sociais hereditárias, tornando fundamental a intervenção do Estado por meio de políticas sociais (Lima; Prates, 2015).

Iniciativas vêm sendo experimentadas nos estabelecimentos prisionais com o intuito de amenizar os impactos negativos do dia de visita. Entre essas iniciativas, destacam-se os programas de educação e acolhimento de pais presos, com salas adaptadas para tornar o ambiente mais acolhedor para as famílias nos dias de visitação, assim como a criação de espaços lúdicos para atendimento dos visitantes infantis (Ineth, 2017; Hall *et al.*, 2018; Oldrup, 2018; Carvalho; Rodrigues; Pinto, 2021; Lockwood *et al.*, 2022).

A unidade APAC de Viçosa, MG se destaca na oferta dessas iniciativas, já que tem a experiência de adequação do espaço interno. Entre as demais unidades, ela é a única que tem registros de possuir a estratégia do uso do brincar como forma de favorecimento da visita infantil e da promoção da convivência familiar. Essa unidade APAC vem buscando adequar o seu espaço físico para o recebimento dos visitantes infantis devido à necessidade que a diretoria interna do estabelecimento identificou de proporcionar um ambiente favorável a trocas afetivas, emocionais e interativas entre os recuperandos e os seus filhos. Essa foi uma iniciativa particular da APAC de Viçosa, MG, visto que o regulamento dos estabelecimentos APACs não possui nenhuma especificação relativa à visita infantil (APAC, 2014; Carvalho; Rodrigues; Pinto, 2021).

Diante disso, a presente pesquisa tem como problema de investigação a seguinte questão: Como as condições socioambientais para recebimento do público infantil em dia de visita ao sistema prisional pode contribuir para a qualidade da relação parental entre pais presos e crianças visitantes?

### 1.3 Justificativa

Dado o fato de a visitação a presídios estar se tornando um fenômeno muito comum no século XXI devido ao aumento de número de encarceramento e, por consequência, o aumento do número de visitantes aos presídios, sendo, dentre eles, os filhos e filhas de pais presos (Haskins; Amorim; Mingo, 2018), estudos que levem em consideração a qualidade dos espaços prisionais para o momento da visitação podem contribuir para o aprofundamento do conhecimento acerca da dinâmica das relações estabelecidas dentro dos espaços prisionais.

Entretanto, como afirma Brookes (2018), a prática social de visitação em presídios tem sido esquecida e ignorada pelas políticas governamentais e pela própria ciência, havendo um reduzido número de estudos empíricos sobre o assunto.

Um outro aspecto a se considerar é a importância de entender a visitação como um espaço que amplia a possibilidade de manutenção dos laços afetivos, fundamental para uma convivência familiar saudável e para promoção de um desenvolvimento psicossocial e emocional das crianças e adolescentes.

A qualidade das relações parentais tem um papel de destaque no que diz respeito à conexão e ao suporte emocional para o enfrentamento do encarceramento para ambas as partes. Para os pais, é também um fator regulador do estresse vivido nos estabelecimentos prisionais, enquanto para os filhos e filhas, da autoestima, da criação de condutas pró-sociais e da demonstração de autoconfiança, elementos essenciais para o desenvolvimento e o bem-estar infantil (Bartlett, 2018; Martin; Phaneuf, 2018; Melo *et al.*, 2020; Kruehl; Fenner, 2020).

Além do mais, esse é um tema pouco investigado na academia e no programa de Pós-graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa. Uma visita ao site do programa no ano de 2023 indicou pouca produção de dissertações ou teses com o recorte temático do estudo das relações parentais a partir da visitação infantil ao sistema penitenciário ou que levasse em consideração também o ambiente destinado à visita como fator que poderia ser um facilitador do estabelecimento de interações com vistas à relação parental.

## **1.4 Objetivos**

### **1.4.1 Objetivo Geral**

Analisar as condições socioambientais para a manutenção dos vínculos familiares a partir das relações entre os pais recuperandos e seus respectivos filhos e/ou filhas na APAC de Viçosa, MG.

### **1.4.2 Objetivos Específicos**

1. Identificar os tipos de estratégias desenvolvidas pela APAC para oportunização da visita infantil e da interação parental entre pais e filhos menores de 10 anos.
2. Comparar as estratégias desenvolvidas de oportunização da visita infantil na APAC de acordo com os conceitos de integridade e dignidade física, psíquica, moral, afetiva e emocional.
3. Analisar a qualidade da convivência familiar por meio do brincar em dias de visita à APAC.

## **1.5 Organização do trabalho**

Além deste capítulo introdutório, esta dissertação está organizada em mais cinco capítulos, conforme apresentado a seguir.

No capítulo II, será apresentado o referencial teórico, constituído de cinco temáticas, sendo elas: interação e seus processos interativos; relação parental no sistema prisional; visita prisional como direito infantil; delineamentos históricos sobre direitos da criança; e, por fim, trajetória histórica e cultural dos presídios.

No capítulo III, serão descritos os procedimentos metodológicos utilizados, incluindo os aspectos éticos da pesquisa, a caracterização do estudo, bem como os procedimentos de coleta e análise de dados.

O capítulo IV, de resultados e discussões, está organizado em três subtítulos: A APAC – Viçosa, MG; oportunização feita pela APAC – Viçosa para favorecimento da interação parental; e prática da paternidade: a qualidade da convivência familiar mediada pelo brincar.

O primeiro subtítulo tem o objetivo de comparar as estratégias desenvolvidas de oportunização da visita infantil na APAC e traçar o percurso histórico da estruturação da

unidade na cidade de Viçosa, MG, tendo por metodologia a pesquisa documental com coleta de dados feita por meio de análise de documentos digitais disponibilizados pela APAC.

No segundo subtítulo, tem-se o objetivo de identificar os tipos de estratégias desenvolvidas pela APAC para oportunização da visita infantil e da interação parental entre pais e filhos menores de 10 anos. Para a análise, os dados foram categorizados em integridade e dignidade física, psíquica, moral, afetiva e emocional, de acordo com o conteúdo das respostas fornecidas pelos entrevistados. As categorias resultantes da observação foram analisadas usando a bibliografia pertinente ao presente estudo.

O terceiro subtítulo tem por objetivo analisar a qualidade da convivência familiar por meio do brincar em dias de visita. Esses dados foram resultantes das entrevistas com os recuperandos e funcionários e das observações diretas das visitas e anotações do diário de campo. Os resultados foram divididos em três subtópicos. O primeiro subtópico apresenta os resultados da análise do conteúdo das entrevistas; o segundo, da interação parental; e o terceiro, das observações dentro dos eixos da relação parental do modelo de Zorning (2010).

O capítulo V apresenta as conclusões e questões investigativas que surgiram durante a realização desta pesquisa, assim como considerações acerca do processo de desenvolvimento deste trabalho.

## CAPÍTULO II: REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico está estruturado de forma a contemplar um breve histórico da proteção da criança, do funcionamento dos estabelecimentos prisionais no Brasil e da criação da APAC, assim como as temáticas relacionadas às interações que ocorreram dentro das relações parentais, tais como interação social, relação interpessoal, interação parental e relação parental dentro dos presídios.

### 2.1 Trajetória histórica da construção do conceito do “ser” criança e dos seus direitos

A criança possui suas especificidades na maneira de ser, pensar e agir, o que torna essa fase da vida humana um momento ímpar e significativo para toda a vida do sujeito. Como todo e qualquer ser humano, ela é um sujeito social, portador de direitos, os quais foram conquistados mediante mudanças culturais, sociais e ideológicas da infância (Brasil, 1998).

Na idade média, segundo os escritos do historiador Philippe Ariès (2010), a criança ocupava um lugar diferente do qual conhecemos. Ela era vista como um miniadulto, sendo exposta a todos os tipos de experiência comuns à vida adulta daquela época. Além disso, elas eram usadas para entreter os mais velhos com as pronúncias rudimentares de seus pensamentos imaturos. Também participavam de jogos de azar, atividades sexuais e castigos punitivos severos. Como consequência dessas práticas, a mortalidade infantil era muito grande por causa da transmissão de doenças sexuais, da falta de higiene, da baixa qualidade de vida e dos ferimentos graves causados pelos tratamentos punitivos.

De acordo com Linhares (2016), as fases da vida humana não eram distinguidas por períodos, como são atualmente, isto é, infância, adolescência, juventude, fase adulta e velhice. A vida era vista de forma homogênea, sem distinção do ambiente público e privado. As casas eram ambientes abertos, sem divisórias entre os quartos e os demais cômodos. A presença de pessoas desconhecidas era comum, com isso, as crianças presenciavam e vivenciavam situações adversas em seu cotidiano. Desse modo, para a vida em geral, não eram distinguidas as crianças dos adultos. Contudo, isso começou a se modificar com a construção cultural da ideia de infância no fim da idade média e o surgimento da sociedade moderna.

A igreja teve grande interferência nesse processo. Através da educação, as crianças foram tiradas das ociosidades das ruas e dos trabalhos nas fábricas, foram catequizadas e instrumentadas por meio de ofícios cotidianos a servirem suas casas com trabalhos domésticos e do campo. Com a divinização da família ideal, fundamentada na sagrada família

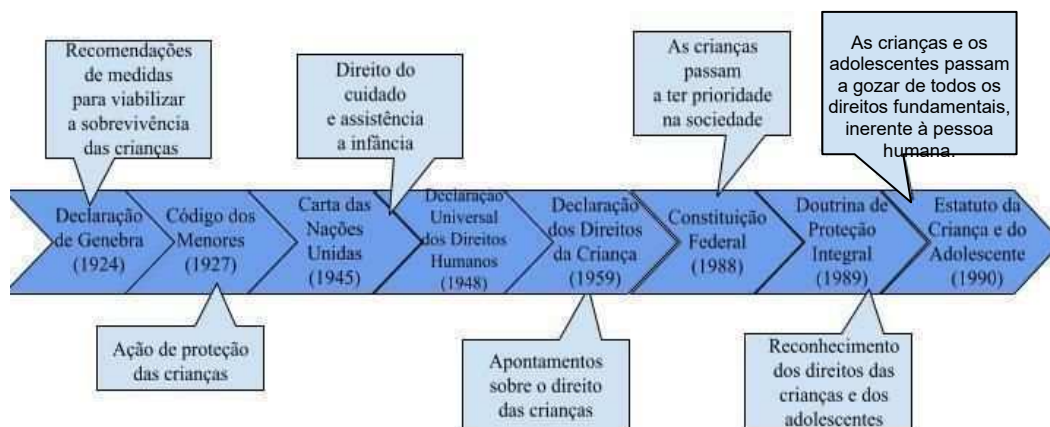
cristã, personificada em Maria, José e Jesus, a igreja pregava que ela era um lugar sagrado, o qual deveria promover o cuidado de seus membros. Com isso, a mulher passa a ser responsável pelo cuidado e pela integridade de seus membros, e a casa deixa de ser um ambiente aberto, tanto na estrutura como no acesso de não familiares. A família, então, passa a ser um lugar de intimidade, proteção, perpetuação de valores e bens, fazendo com que a criança deixasse de ser vista como um adulto em miniatura e passasse a ser percebida como uma pessoa dotada de particulares necessidades de atenção e cuidados especiais (Ariès, 2010; Linhares, 2016).

As ciências também contribuíram na construção do significado de infância. A filosofia e a medicina, por exemplo, começaram a enfatizar a importância da saúde promovida no seio familiar. Com o avanço técnico-científico, acompanhado de estudos nas áreas de antropologia, psicologia, epistemologia, educação, entre outras, houve uma valorização dessa etapa do desenvolvimento humano, permitindo com que a sociedade passasse a construir uma nova visão de criança e, assim, fazendo nascer a “criança”, concomitantemente à concepção de infância como uma fase importante, singular e carente de atenção e cuidados específicos (Gouvêa, 2016; Jácome, 2018; Kishimoto, 2017; Linhares, 2016).

Nessa reestruturação, a sociedade passou a construir uma nova visão sobre a infância, buscando garantir a sobrevivência e a dignidade dos indivíduos enquadrados dentro dessa fase, reafirmando a importância da vida e de sua saúde física, emocional e psíquica e, por intermédio de leis, constituindo a criança como um ser social e de direitos.

O reconhecimento do direito à proteção especial da criança veio de um longo processo histórico. A figura 1 analisa esse processo de forma cronológica.

Figura 1 – Linha cronológica dos direitos da criança.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa<sup>1</sup> (2023).

O marco temporal das conquistas teve início com a Declaração de Genebra de 1924, que visava impor medidas que viabilizassem meios de sobrevivência da criança, dando-lhe o direito à alimentação, à primazia no socorro, à proteção e abrigo e à consciência social da não exploração no trabalho, pois nesse período o trabalho infantil era normatizado. Porém, com a crescente evolução da distinção da criança como um ser diferenciado do adulto, novas medidas de trabalho foram aplicadas a elas, e o Estado não se responsabilizava por assegurar esses benefícios; era uma recomendação feita para a sociedade (Rosemberg; Mariano, 2010; Veronese; Silva, 2019).

Em meio a esse contexto, no dia 12 de outubro de 1927, é sancionado o Código dos Menores no Brasil, que se tornou um grande avanço na ação da proteção das crianças, mas, juntamente com isso, as crianças e os adolescentes começaram a ser considerados um risco para a sociedade, pois foram levados em conta fatores como: abandono, condutas não aceitáveis socialmente, deficiência, carências ou falta de um dos genitores. Parte dessas crianças foi “institucionalizada” em estabelecimentos de acolhimento, recebendo tratamentos perversos e desumanos. A partir disso, acabou-se criando uma lei que protegia da violência e que ao mesmo tempo expunha a violência (Pöpper; Dias, 2016).

Consideram-se avanços no percurso histórico das conquistas dos direitos infantis a culminância da Segunda Guerra Mundial, a Carta das Nações Unidas de 1945 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, cuja intenção é valorizar a vida com dignidade. Em meio às proposições desses documentos, as quais são uma forma de responsabilizar o Estado pela construção de normas protetivas para a sociedade, teve-se a valorização das crianças com o reconhecimento do direito ao cuidado e à assistência à infância (Lagos, 2022).

<sup>1</sup> Brasil (1988); Brasil (1990); Lagos (2022); Pöpper; Dias (2016); Rosemberg; Mariano (2010); Veronese; Silva (2019).

Essas medidas previam a salvaguarda da sociedade a um nível global, mas não delineavam especificamente a atenção às necessidades da infância. Com isso, diversos congressos começaram a levantar questões que envolviam a necessidade de se estabelecer normas exclusivas de proteção à infância. Em meio a essa problematização, foi elaborada a Declaração dos Direitos da Criança pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1959 (Veronese; Silva, 2019), que é a

norma de suma relevância na história da evolução normativa internacional de proteção à população infantoadolescente, na medida em que deu abrigo a diversas pretensões do grupo ao estabelecer, por exemplo, a proteção desde o nascimento ao nome, à nacionalidade, à proteção social e a vivência num ambiente de afeto, tolerância e amizade; direito à igualdade; direito à proteção do desenvolvimento físico, mental e social; direito ao amor e compreensão por parte dos pais e da sociedade; entre outros (Lagos, 2022, p. 17).

A Declaração de Genebra de 1924 e a Declaração dos Direitos da Criança de 1959 continham apenas apontamentos sobre os direitos da criança; ainda eram necessárias medidas que os assegurassem de fato como um direito.

Já no ano de 1988, as crianças passaram a ser prioridade na sociedade com a criação da Constituição Federal no Brasil, a qual enfatiza em seu artigo nº 227 que

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

A nível internacional, em 1989, foi editada a Convenção sobre os Direitos da Criança, concretizando a Doutrina da Proteção Integral, que reconhece que

[...] os direitos das crianças e adolescentes, compreendendo-os como sujeitos de direitos, sujeitos humanos em processo de desenvolvimentos, construtores, portanto, de um protagonismo, que se opõe a ideia civilista da “capacidade/incapacidade”. Ao situá-los como sujeitos, redimensiona conceitos tradicionais, em uma necessária crítica ao adulto centrismo, que minorizava e coisificava a infância (Veronese; Silva, 2019, p. 21).

Essa doutrina disseminou um avanço significativo no campo do direito infantil a partir da priorização do melhor interesse da criança e do adolescente, bem como o reconhecimento do ambiente familiar como o lugar para o desenvolvimento da criança, e que, portanto, deve ser resguardado pela família, pela sociedade e pelo Estado (Veronese; Silva, 2019).

Retomando para o contexto brasileiro, os direitos infantis têm um novo marco histórico, o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Brasil, 2002).

A partir desse marco, começaram a ser decretadas leis, diretrizes e normas em diversas áreas sociais, como educação, saúde, tutelar, contra violência física, psicológica, sexual e contra o trabalho infantil.

Dentre diversos direitos em diferentes áreas, houve o direito à convivência familiar. No caso de crianças com familiares presos, esse direito é efetivado na prática da visita ao presídio e resguardados por lei<sup>2</sup> (Brasil, 2002).

Porém, essa convivência familiar é afetada pelas condições estruturais dos presídios, como fora mencionado na introdução desta dissertação. Estudos como de Martin e Phaneuf (2018) e de Woodall e Kinsella (2018) vêm demonstrando que não é recomendado que crianças frequentem esses locais por oferecerem riscos à sua integridade e dignidade.

Mediante a isso, os estabelecimentos prisionais estão buscando novas estratégias de viabilizarem esse momento, buscando as que sejam mais adequadas e agradáveis ao bem-estar infantil, e que funcionem como promotoras da convivência familiar sem perder a principal tarefa das penas privativas da liberdade, a de ressocialização do preso (Carvalho; Rodrigues; Pinto, 2021).

Dentre esses estabelecimentos, a APAC, localizada na cidade de Viçosa, Minas Gerais, busca, através de iniciativas, criar meios para viabilizar a interação parental saudável. Equiparado a essa afirmação, o sistema prisional da APAC de Viçosa é um desses estabelecimentos que busca iniciativas para melhor atender às crianças.

Antes de se abordar o trabalho sobre a APAC, é necessário conhecer a realidade dos presídios brasileiros para elaborar um parâmetro de análise para o estudo em questão.

---

<sup>2</sup> Art. 19. § 4º Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial (Brasil, 2002).

## 2.2 Os estabelecimentos prisionais no Brasil

Na realidade, os presídios não foram idealizados para ter conforto, pois o sistema penitenciário brasileiro inicialmente eclodiu como um controlador social da criminalidade. Uma das primeiras formas de controle foi a promulgação do Código Penal de 1830, substituindo a Lei do Talião, também conhecida como “olho por olho e dente por dente”.

Assim, as primeiras prisões no Brasil surgiram a partir do Código Penal de 1830, o primeiro do Brasil, no qual se estabelecia quais condutas seriam consideradas crimes e quais não. Essa classificação da conduta, como imputável ou não, mudava dependendo da etnia e da classe social da pessoa julgada.

Entre os indivíduos considerados criminosos, isto é, as pessoas que não cumpriam o estabelecido pelo Código Penal e eram encarceradas, encontravam-se os desempregados, os que tinham doenças mentais, os desobedientes aos seus senhores (no caso dos escravos) e outros cujas condutas eram desviantes do padrão social estabelecido na época. Surgiram, assim, as prisões, com o objetivo de afastar o criminoso dos demais indivíduos da sociedade, sem oferecer-lhes condições de ressocialização social (Aquino; Azevedo, 2018).

As pressões pela abolição da escravidão fizeram com que novas medidas punitivas fossem criadas, as quais tinham por finalidade transformar criminosos em pessoas honestas e trabalhadoras. O funcionamento desses locais não possuía regulamentos ou normas; eles eram regidos pelas ordens severas, estabelecidas pelos seus administradores, sem uma forma padrão de funcionamento (Araújo, 2009).

Essa despadronização das formas e finalidades das penas punitivas no Brasil perduraram durante a ditadura militar de 1964. Durante o período ditatorial, as prisões também passaram a ser legitimadas, sob responsabilidade do governo, como locais de tortura contra os opositores da política e das normas sociais. Embora essa prática já estivesse presente no sistema prisional, nesse período, ela passa a ser uma característica marcante das prisões (Teixeira, 2007).

A carência de uma legislação que estabelecesse normas para o sistema prisional brasileiro fomentou a necessidade da criação de um projeto de lei que padronizasse as formas de punição no país. Assim, surgiu, em 1984, a Lei de Execução Penal – LEP, que objetivava o cumprimento de sentenças ou decisões criminais, bem como oferecimento de condições harmônicas de reinserção social dos presos. Contudo, as prisões ainda continuavam marcadas pela violência e pela desassistência social, médica e de saúde (Machado; Guimarães, 2014).

Esse cenário começou a mudar com o fim da ditadura militar e a promulgação da Constituição Federal de 1988, que trouxeram mudanças, como o banimento da pena de morte, a extinção da punição com agressão física, além de ações que promoviam a reinserção social dos presos, fazendo com que as punições severas presentes anteriormente fossem deslegitimadas (Silva, 2012).

Atualmente, o sistema prisional brasileiro ainda segue os mesmos preceitos estabelecidos pela LEP (Brasil, 1984) e pela Constituição Federal (Brasil, 1988), mas também reproduz os mesmos problemas de desassistência. Além disso, é marcado pelas raízes do preconceito estrutural, o qual funciona como uma forma de manutenção e continuação das relações sociais escravistas, provenientes da herança estrutural existente na história escravocrata do país, pois a composição carcerária do Brasil inclui pessoas negras, de baixa renda e baixos escores educacionais. Ou seja, há uma reprodução social da desigualdade étnico-racial (Lima; Prates, 2015).

Além disso, a reprodução da desigualdade social repercute em dias de visita familiares. Pelo fato de o sistema prisional ser um espaço ocupado por um público acostumado a ter seus direitos de dignidade e de integridade violados, o desrespeito a ele dentro das prisões é algo naturalizado (Souza, 2022).

Por serem acostumadas a essa situação em outros segmentos da sociedade, o tipo de tratamento que essas pessoas recebem nos presídios é compreendido como algo meritocrático. Desse modo, é normalizado que celas sem iluminação, pequenas e sem condições de conforto sejam as condições em que elas merecem estar. O aceite dessa realidade torna os presídios um ambiente atormentador para qualquer ser humano (Cunico; Strey; Brandelli Costa, 2020; Forest, 2019).

Com todas essas interveniências, físicas e simbólicas, presentes no sistema prisional no atual contexto brasileiro, o objetivo primordial dos presídios de reinserção social se torna quase que utópico, pois existe uma transformação do sistema penitenciário em uma faculdade da criminalidade, onde os presos entram para cumprir sanções referentes às suas infrações e saem especialistas em outros tipos de crimes, tornando-os mais propensos à reincidência criminal (Reishoffer; Bicalho, 2014).

Preocupado com essa realidade, o advogado Mário Ottoboni elaborou, junto com a pastoral carcerária, um regulamento alternativo de cumprimento das penas privativas de liberdade, o qual deveria proporcionar aos presos condenados melhores condições de reintegração social e no qual o diálogo deveria ser a única arma necessária no processo (Andrade, 2009).

Inicialmente, a proposta da implementação da APAC surgiu em 1972, como um projeto dentro do presídio Humaitá, localizado em São José dos Campos, no estado de São Paulo, cujo objetivo estava voltado à recuperação do preso através de atividades religiosas e laborterapia artesanais. Em 1974, a APAC deixa de ser um projeto e ganha personalidade jurídica, transformando-se em um regulamento de aplicação da Lei de Execução Penal, e passa a ter o objetivo de proporcionar uma reinserção social sem violação dos direitos humanos dos presos (Andrade, 2009).

### 2.2.1 A APAC

Durval Andrade, em seu livro “APAC: a face humana da prisão”, descreve o processo histórico da criação do método que embasa o trabalho na APAC. Segundo o autor, inicialmente, a APAC foi desenvolvida como um projeto para auxiliar na recuperação dos presos. Esse projeto nasceu no ano de 1972, na cidade de São José dos Campos, em São Paulo, uma iniciativa da pastoral carcerária e de outras entidades cristãs religiosas junto ao advogado e jornalista Dr. Mário Ottoboni.

Nesse regimento, os presos condenados eram denominados “recuperandos”, porque os seus idealizadores acreditavam que a dignidade de uma pessoa começa pelo modo como ela é tratada. Então, a troca de “condenado” por “recuperando” tinha como intuito elevar a autoestima dos indivíduos em processo de recuperação (Andrade, 2014; APAC, 2023).

Além disso, nesse processo, é delegada aos recuperandos a função de eles próprios serem os corresponsáveis pela sua reinserção social, para que, dessa forma, eles exercitem a sua capacidade de fazerem escolhas e de serem responsabilizados por elas. Para isso, tem-se como auxílio a participação voluntária da sociedade nesse processo (Andrade, 2014).

Por ser um método aplicado em parceria voluntária com a sociedade e sem o uso de armas, com o tempo, o regimento ganhou espaço e tomou grandes proporções devido ao baixo custo de investimento financeiro para preparação e pagamento de agentes para atuarem na aplicação. Nele, há apenas um funcionário de plantão por turno, o qual é o responsável pela segurança do local e dos recuperandos. Mesmo assim, ele não possui qualquer tipo de armamento, reduzindo os gastos com armas e munições.

Os próprios recuperandos são responsáveis pelo bom funcionamento do estabelecimento no que diz respeito a limpeza, preparação de alimentos e fiscalização do bom comportamento e conduta entre eles, além de eles mesmos serem os responsáveis por manter

os portões e as cercas que dão acesso ao lado de fora do estabelecimento sempre bem fechados.

O método APAC também chama a atenção pelo baixo nível de reincidência criminal em relação ao sistema comum, reduzindo assim os gastos públicos com a manutenção de indivíduos que retornam ao sistema prisional. Isso fez com que ele passasse a ser implementado em vários estados do Brasil e em mais de 28 países.

Com esse aumento na demanda de implantação do regimento em ambientes prisionais, a APAC passou a ser fiscalizada e orientada pela Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados – FBAC, que surge como uma associação responsável por fiscalizar, monitorar e orientar a aplicação do regimento APAC de forma correta e padronizada.

Figura 2 – Valores norteadores das ações da FBAC.



Fonte: Portal FBAC, 2023.

A figura acima mostra que as ações executadas pela FBAC visam à promoção da humanização do processo de cumprimento de pena sem perder de vista o propósito da condenação e da pena privativa da liberdade e o da reinserção social do indivíduo ao convívio social.

A sede da FBAC está localizada no Brasil, em Itaúna, MG. Periodicamente, são realizadas visitas aos estabelecimentos apaqueanos por meio de um de seus funcionários, com o objetivo de averiguar na prática como o método está sendo aplicado. Nessas visitas, são efetuadas reuniões coletivas e individuais com os funcionários de todos os setores, com os voluntários que manifestarem interesse em dialogar sobre alguma questão relativa à aplicação do método e principalmente com os recuperandos, os quais são ouvidos e suas questões individuais e/ou coletivas analisadas.

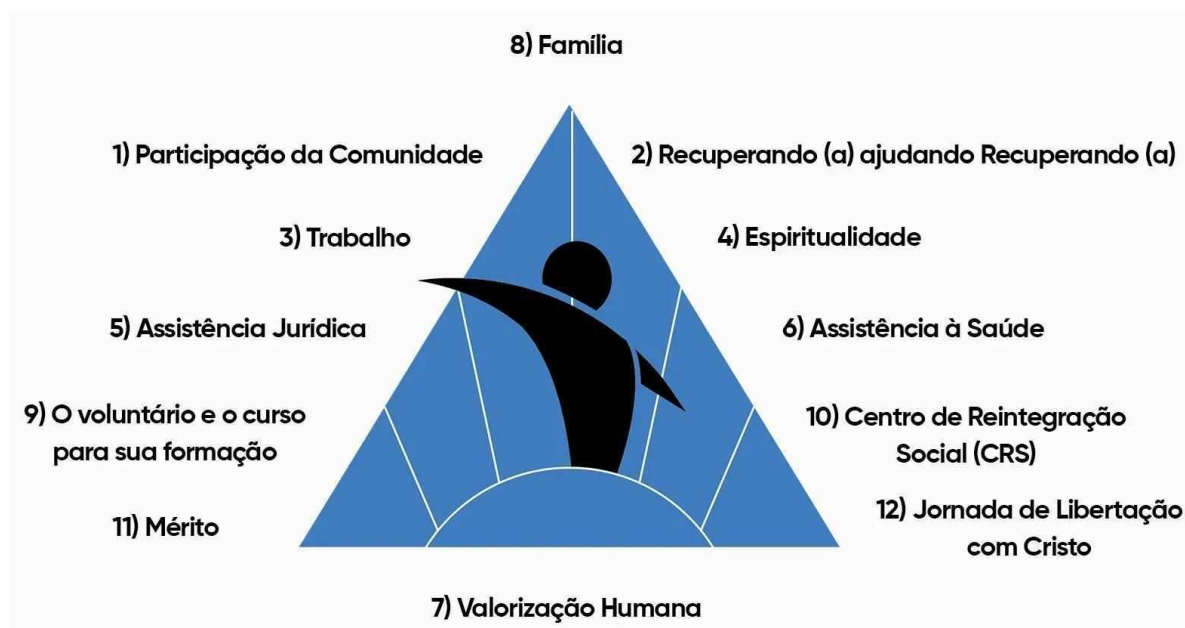
A seriedade da fiscalização e a eficácia da aplicação do regimento APAC chamaram a atenção da Prison Fellowship International – PFI, uma consultora que trabalha com assuntos

penitenciários da Organização das Nações Unidas – ONU, que decidiu se filiar à FBAC. Auxilia na divulgação do regimento da APAC em todo mundo, além de oferecer programas que contribuem na recuperação dos presos e com programas que visam proteger os filhos dos presos (FBAC, 2022).

O regimento disciplinar da APAC também serviu como fonte de inspiração para a Lei de Execução Penal – LEP de 1984, que é a atual lei que vigora na execução penal do Brasil, sob responsabilidade do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, o qual realiza o acompanhamento e a aplicação da LEP e alicerça várias de suas medidas dentro do regimento apaqueano com o objetivo de propiciar condições mais salubres de cumprimento de sanções penais, visando não apenas ao afastamento do criminoso das demais pessoas da sociedade, mas também a sua reinserção social. Essa é, portanto, uma estratégia para humanizar os presídios.

A APAC é composta por 12 elementos, conforme apresentados na figura 3 a seguir:

Figura 3 – Os doze elementos do método APAC.



Fonte: Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (2023).

Essa é a atual logo usada pelas APAC's para representar os doze elementos fundamentais para o funcionamento do regimento que carrega o objetivo da recuperação social dos indivíduos condenados.

Na imagem em forma piramidal, tem-se desenhado um ser de braços abertos de forma livre, colocado de pé sobre um meio círculo com interferências de linhas verticais, fazendo a

alusão a uma pessoa livre disposta em cima de um sol nascente. E os doze elementos que fundamentam o método são colocados em volta dessa pirâmide.

Na disposição dos elementos, pode ser percebido que a valorização humana é colocada na base e a família na ponta mais alta da pirâmide. Isso retrata que a valorização do ser humano em sua essência é a base para se obter êxito na recuperação dos condenados, tendo a família como a cume central do processo (Andrade, 2014).

Assim, a família é o ponto que se destaca no processo, a qual é fundamental para a execução da metodologia. É o que argumentam Labiapari (2018), Moraes (2017) e Pedrão (2018): um dos elementos fundamentais no processo de recuperação do preso é a presença da família, pois ela constitui a ponte que conecta o recuperando ao convívio da sociedade novamente. E, além disso, a família, após a soltura do recuperando, continuará atuando como fonte ressocializadora do indivíduo.

Dentro dessa organização social chamada “família”, a criança é um dos membros integrantes. Para conhecer como ela se insere nesse processo, é necessário compreender a dinâmica familiar.

### **2.3 A dinâmica das relações parentais**

Originalmente, o conceito de relação parental nasceu da necessidade de demarcação dimensional para se analisar e estudar como ocorre o processo da construção das relações entre pais e filhos. Nessa busca, procura-se entender as implicações e as influências que a relação parental tem para o desenvolvimento da criança (Barroso; Machado, 2015; Zornig, 2010).

Nesse sentido, Barroso e Machado (2015, p. 17) definem relação parental como as “atividades propositais no sentido de assegurar a sobrevivência e o desenvolvimento da criança” num ambiente seguro, de modo a socializá-la e atingir o objetivo de torná-la progressivamente mais autônoma.

Por ser um tipo de relação que busca, por meio do processo de socialização da criança, a sua sobrevivência, nas relações parentais são repassados regras, valores, normas e padrões morais para a boa convivência em sociedade, e esse processo ainda possui uma dimensão afetiva, de carinho e zelo, que é um suporte que auxilia no desenvolvimento de habilidades pró-sociais (Zornig, 2010).

Em sua dinâmica, ao mesmo tempo em que os pais buscam, por meio da educação, perpetuar normas, valores morais e sociais, e transmitir aos seus filhos o afeto e o cuidado, de

maneira que garantam às crianças um desenvolvimento saudável, também são desenvolvidas habilidades parentais de ensinar, limitar e moldar os comportamentos dos filhos e/ou filhas (Lawrenz *et al.*, 2020).

A construção da parentalidade é parte de um processo que se inicia na infância através do brincar de faz-de-conta de ser pai ou mãe e vai sendo modificado até a idade adulta com a idealização de tornar-se pai ou mãe e a concretização com a chegada de um filho e/ou filha. Conforme Zornig (2010), esse processo de tornar-se pai é carregado de sentimentos e significados e baseia-se em 3 eixos, como mostra a figura 4.

Figura 4 – Eixos da relação parental modelo de Zornig.



Fonte: Elaboração própria com base em Zornig (2010).

Esses eixos são caracterizados por Zornig (2010) da seguinte forma. O primeiro eixo, “Laços de parentescos e transmissão de regras e valores”, diz respeito à responsabilidade de os pais ensinarem aos seus filhos as regras e os valores considerados corretos dentro de determinado grupo social, em um ambiente de afeto e respeito, além da demarcação da função simbólica de cada sujeito nessa relação: a dos pais de autoridade e a dos filhos de submissos.

O segundo eixo, “Experiência da paternidade”, marca a modificação psíquica que ocorre nos indivíduos quando se tornam pais quando eles transitam da relação de submissão aos pais para a relação de autoridade sobre os filhos. Além disso, esse eixo mostra a ideia de projeção de futuro idealizado pelos pais nos seus filhos.

O terceiro eixo, “Prática da parentalidade”, diz respeito às ações dos pais, que englobam cuidado, afeto e educação na relação com os filhos. Esse eixo é afetado pelas

experiências que os pais tiveram com seus próprios pais. Zornig denomina esse fenômeno como “fator fantasmático”.

A relação parental ocorre a partir da interação entre os três eixos e reflete na sua qualidade. Vale destacar que essa relação se dá em um determinado contexto sócio-histórico, portanto, também recebe influências do tipo de ambiente em que ocorre a convivência familiar.

### 2.3.1 Processos de interação social

A etimologia da palavra “interação” vem da junção dos termos “inter” (entre) e “ação” (ato ou efeito de agir). Assim, interação significa interferência mútua entre corpos; é o ato do contato face a face entre as pessoas, com ações recíprocas dentro de um espaço/tempo compartilhado. A palavra “interação” associada ao termo “social” forma a palavra que contextualiza o significado de “convívio social” (Castanheira, 2004).

Esse convívio social é um aspecto muito importante para o desenvolvimento humano, pois, desde que nascem, os indivíduos necessitam dele para se adaptarem ao meio social, uma vez que não nascem com estruturas sociais inatas, mas se tornam seres sociais por meio do processo de socialização (Berger; Luckmann, 2004)

O processo de socialização ocorre por meio das interações sociais, nas quais são incorporadas regras, normas e condutas morais para a convivência em sociedade. Isso resulta na construção da realidade da vida cotidiana, o aqui e o agora, sendo impossível existir essa realidade sem se estar em interação com o outro (Berger; Luckmann, 2004).

A ação de interagir pode ser mediada por presença física ou midiática, pelas quais os indivíduos têm participação ativa, e isso envolve aspectos psicológicos, sociais, econômicos, relacionais e emocionais das partes envolvidas (Bartlett; Trotter, 2019).

Seguindo essa mesma linha de pensamento, temos a perspectiva de Oldrup (2018), que define a interação como “estar-junto” em um tempo de qualidade, no qual há sincronia psicoemocional, que abarca presença física ou virtual e envolve aspectos psicológicos e emocionais das partes envolvidas nessa interação.

Essa interação, por sua vez, é influenciada por fatores intrínsecos, como hábitos, opiniões, crenças, personalidade e sentimentos de cada ser humano, bem como fatores extrínsecos, como contexto, lugar e situação que o ambiente social tem para oferecer no momento da interação, e isso afeta o tipo e a qualidade da relação (Duran, 1993).

Sob a lente de uma abordagem bioecológica, os cenários, as propriedades e os contextos que compõem o ambiente afetam a interação dos sujeitos, seja pela observação, seja pela participação com o ambiente (Bronfenbrenner, 1996).

Essa teoria explica que os elementos físicos do cenário influenciam os acontecimentos, dando origem a um contexto que determina as experiências, também denominadas como “propriedades”, que afetam a vida e o contexto dos sujeitos que estão submetidos a elas. Nesses contextos, os papéis assumidos pelos sujeitos são denominados como conexões, que se constituem como uma forma de interação entre as pessoas.

Considerando o ser humano como um ser social, a atividade humana é compreendida como um sistema dependente das relações sociais. O ser humano é um ser interacionista, que necessita da relação com o outro e com o ambiente natural, cultural e social para sobreviver, desenvolver e aprender. Desde a fase gestacional, o ser humano interage. O feto já está em constante interação com o corpo materno e com o ambiente externo – ele ouve e começa a distinguir sons mesmo antes de nascer (Papalia; Olds; Feldman, 2010).

Ao nascer, o bebê é totalmente dependente da interação com o outro para cuidado e alimentação. Mas não somente isso: ele também demanda do seu cuidador carinho, atenção e afeto. Desde a infância, a interação social serve para a criança como um meio de aprendizagem, visto que suas demandas emocionais e físicas são sanadas através da interação, nas quais padrões de condutas são criados, vínculos emocionais são construídos e relações afetivas são estabelecidas (Veríssimo, 2017).

Ao extraírem essas informações por meio das interações com o ambiente, as crianças são capazes de se desenvolverem. Sendo assim, o ser humano não pode ser compreendido dissociado da condição sociocultural a que ele se encontra submetido, pois o desenvolvimento é uma dialética entre sujeito e ambiente. Além disso, o comportamento da criança é uma reação à ação do meio social, porque, primeiro, ela busca controlar o ambiente para poder processar os estímulos dentro de sua estrutura mental e, dessa forma, ela passa a controlar seu próprio comportamento (Vygotsky, 2007).

Com cada indivíduo que se interage, existe um tipo de contato, mas isso não necessariamente é uma relação, já que você pode interagir com o padeiro, a florista e os amigos do clube, por exemplo. Para a existência de uma relação, um importante aspecto da interação face a face na vida cotidiana é o grau de interesse e a intimidade com o outro com quem se interage. As relações são construídas e reconstruídas a partir das ações dos indivíduos envolvidos na prática da interação, resultando em uma relação subordinada a um

padrão de comportamento e tratamento entre as partes, que dá origem aos relacionamentos (Berger; Luckmann, 2004; Zanelli; Silva, 2008).

Esses relacionamentos construídos pela interação entre os indivíduos, embasados sob certo grau de interesse e intimidade, são afetados por condições físicas e simbólicas, fazendo com que as ações, interações e relações estabelecidas se amoldem para atender a uma específica necessidade, expectativa ou meta, reconfigurando os relacionamentos construídos (Zanelli; Silva, 2008).

Através desse processo, são construídos inúmeros tipos de relações que podem ser estabelecidas pela interação. O presente estudo focalizou a relação parental, a primeira relação construída pela criança no seio familiar.

Essa relação auxilia o processo de socialização da criança, pelo qual são repassados valores, padrões morais e normas para a boa convivência em sociedade, dentro de uma dimensão afetiva, de carinho e zelo. Ao passo em que os pais buscam, por meio da educação, perpetuar normas, valores morais e sociais, também transmitem aos seus filhos o afeto e o cuidado, o que garante a eles um desenvolvimento saudável (Zornig, 2010).

### 2.3.2 Os processos interativos no decorrer do brincar e a manutenção de vínculos parentais

O vínculo saudável com o grupo familiar é uma forma de atender às necessidades essenciais das crianças para crescerem, aprenderem e se desenvolverem. Algumas dessas necessidades são o estabelecimento de relacionamentos contínuos e duradouros que transmitem segurança; proteção física; experiências que promovem o respeito; o estabelecimento de limites e de organização; a regulação das expectativas; e o sentimento de pertencimento comunitário e cultural (Brazelton; Greenspan, 2002).

O não atendimento dessas necessidades, seja pela falta da presença familiar, seja pelas práticas precárias de cuidado, pode se tornar um fator prejudicial ao desenvolvimento da criança, favorecendo a criação de laços fracos, que podem desencadear problemas psicológicos, cognitivos e emocionais. Para dinamizar essa relação de forma que funcione harmonicamente, o diálogo é o ponto central nas interações, uma vez que a comunicação efetiva contribui positivamente para o desenvolvimento infantil (Veríssimo, 2017).

Uma forma de comunicação efetiva na infância é encontrada no ato de brincar. Esse aspecto tende a elevar a qualidade da relação familiar, pois

É sabido que a interação entre pais e filhos, por meio do brincar e da brincadeira, é oportunidade ímpar de tecer conhecimentos, pois permite o repassar de experiências

reconhecidas como senso comum e importantes como forma de mediatizar e acrescentar pontos de vista que merecem ser discutidos [...] (Borges, 2008, p. 122).

Para a autora, a atuação dos pais de forma lúdica na vida dos filhos tem poder transformador. À medida que o adulto compartilha as experiências de sua vida por meio do brincar, a criança constrói sua percepção de mundo e cria modos saudáveis de viver:

Neste sentido, é necessária a conscientização, por parte dos pais, sobre os grandes benefícios adquiridos por esta nova forma de viver em consonância com a criatividade e alegria espontânea, capazes de estreitar laços com os filhos em relações solidárias e de igualdade. É no brincar, e somente no brincar, que o indivíduo, criança ou adulto, pode ser criativo e utilizar sua personalidade integral: e é somente sendo criativo que o indivíduo descobre o seu eu – ou Self (Borges, 2008, p. 122).

O brincar é uma maneira criativa de construir laços fortes e contínuos entre pais e filhos. Mas, para que haja eficácia, faz-se necessária a demarcação de um momento para que isso ocorra. Independentemente do lugar onde ocorre e do tempo de duração do brincar, ele apenas deve ser prazeroso para a criança e ter a capacidade de proporcionar afeto e transmissão de conhecimento (Borges, 2008).

Desse modo, o brincar como forma de construir laços fortes pode ser aplicado em diversos locais, como, por exemplo, no sistema prisional. Como visto no capítulo anterior, essa é uma realidade válida.

No entanto, em meio a diversas circunstâncias, como é o caso da relação parental atravessada pelo aprisionamento paterno, a qualidade do processo de interação ideal pode ser modificada: os vínculos podem ser enfraquecidos e os padrões de segurança anteriormente estabelecidos podem ser desfeitos, portanto, a interação parental deve ser mantida dentro de um ambiente saudável para que seja fortalecida.

As condições socioambientais do sistema prisional comum pouco favorecem a interação parental: interveniências, como tratamento vexatório de revista íntima, falas intimidatórias dos agentes prisionais – que causam medo e tensão nos visitantes –, além de estrutura física com escassos espaços e poucos mobiliários para permanência de longo prazo, influenciam a relação entre pais presos e filhos e/ou filhas visitantes (Bartlett, 2018; Brookes, 2018; Oldrup, 2018; Parkes; Donson, 2018).

### 2.3.3 Interação parental no sistema prisional comum

A relação parental estudada nesta pesquisa foi a que ocorre no ambiente prisional, mais propriamente a interação entre pai preso e filhos e/ou filhas visitantes, intermediada pelas possibilidades de interação que o estabelecimento prisional oferece em dia de visita familiar.

De acordo McCarthy e Adams (2019), as tensões geradas entre pais e filhos e/ou filhas antes do aprisionamento, causadas por conflitos familiares por causa do uso de drogas, abuso de álcool, comportamentos agressivos, atos de violência e envolvimento com o crime, acabavam resultando em vínculos frágeis. E muitos homens não conseguiam se apropriar do seu papel de pai, sendo eles considerados apenas como progenitores.

O aprisionamento proporciona a transformação cognitiva do pensamento, e o homem preso tem a oportunidade de refletir sobre os atos depreciativos por ele realizados e, assim, buscar alternativas para mudar a sua realidade, como por meio da construção de laços parentais fortes (McCarthy; Adams, 2019).

Dentro de uma perspectiva geral, no que tange ao recebimento dos filhos dos presos nos presídios, estudos como os de Bartlett (2018), Brookes (2018), Oldrup (2018) e Parkes e Donson (2018) consideram o sistema prisional como “rigoroso” por não ter alternativas flexíveis que viabilizem um contato saudável entre pais e filhos (as). Isso se agrava ainda mais quando esses (as) filhos (as) visitantes são crianças, pois esses locais não foram idealizados visando ao conforto e ao bem-estar infantil.

Assim, as visitas para crianças com idade inferior a 12 anos de idade não são recomendadas pelo fato de esses locais oferecerem riscos à sua integridade e dignidade. Consequentemente, isso ocasiona o afastamento delas do presídio (Martin; Phaneuf, 2018; Woodall; Kinsella, 2018).

O afastamento dessas crianças em dias de visita provoca consequências negativas para ambas as partes. Os pais presos se tornam mais propensos a estresse generalizado, o que, por sua vez, aumenta os conflitos dos internos dentro dos presídios com outros presos e com os agentes de segurança, desfavorecendo a criação de boas condutas e o processo de ressocialização (Martin; Phaneuf, 2018). Aos filhos, gera-se o afastamento das visitas, o que provoca o que Bartlett e Trotter (2019) chamam de “dor da separação”, afetando a saúde mental, comportamental, relacional e educacional da criança e podendo desencadear problemas psicoemocionais (Bartlett, 2018).

Já o estreitamento das relações entre pais e filhos em dias de visita ao presídio funciona como uma forma de suporte emocional para enfrentamento da situação, fortalecendo a conexão entre as partes. Isso se transforma em uma âncora para fortalecimento dos laços

familiares, constituindo um pilar para a manutenção do relacionamento entre pais e filhos (Bartlett, 2018).

Para as crianças, a manutenção do relacionamento com o pai dentro de um presídio funciona como um cobertor que mantém aquecidos os sentimentos e o relacionamento entre eles. Uma das melhores formas de se promover laços de relacionamentos sólidos é por meio da interação (Bartlett, 2018).

No entanto, como já apontado, existe a falta de qualidade do ambiente prisional em relação à visita, o que pouco favorece a interação parental, e isso se torna uma barreira para os relacionamentos e contatos garantidos por lei<sup>3</sup> e estatutos<sup>4</sup>, contradizendo o papel da instituição prisional, que deve ser o de cumprir leis, e não o de acometer a violação de direitos (Brasil, 1984).

Por mais que não seja vista com bons olhos, o ato da visita feita por crianças ao presídio não pode ser simplesmente ignorado, pois essa realidade existe e milhares de crianças passam por isso semanalmente, e por horas, em dias de visita familiar (Vaz Torres, 2012).

Esse tipo de vivência infantil é esquecido, o que não o torna inexistente, e isso coloca essas crianças à margem do que se considera o ideal para a infância. Seguindo as palavras de Marchi e Sarmiento (2017, p. 961-962),

Essa orientação exige a adoção de uma perspectiva crítica que, partindo da análise da diversidade que se encontra nas crianças das “margens”... É essa perspectiva crítica também a única que pode fundamentar políticas para a infância atentas à diversidade e promotoras de igualdade.

Nessa perspectiva, conhecer as vivências das crianças pode subsidiar novas formas de pensar políticas que de fato mudem a realidade. Oldrup (2018) vem afirmando existir estabelecimentos prisionais que estão criando ambientes adaptados para o recebimento do público infantil em dia de visita com a intenção de minimizar os efeitos psicológicos que o estresse da visitação pode causar.

---

<sup>3</sup> Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança [...] à convivência familiar (BRASIL, 1988). Art. 41 - Constituem direitos do preso: X - visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados (LEP, 1984).

<sup>4</sup> Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral (ECA, 1990).

## **CAPÍTULO III: PERCURSO METODOLÓGICO**

Este capítulo é dedicado a explicar os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa, além de apresentar um breve histórico sobre a trajetória de criação da unidade APAC localizada na cidade de Viçosa, MG.

### **3.1 Tipo de pesquisa**

Esta é uma pesquisa do tipo qualitativo, a qual utiliza um estudo de caso, conduzido no período de novembro de 2022 a janeiro de 2023, perfazendo três meses no total, e foi dividida entre entrevistas abertas e observações diretas.

A pesquisa qualitativa, segundo Júnior e Moraes (2018, p. 26), “remete um contato direto entre o pesquisador com os sujeitos participantes no intuito de compreender suas particularidades que são influenciadas pelo contexto no qual os participantes estão inseridos”. Nela, não há preocupação com a generalização dos resultados, pois o principal objetivo é explicar um fenômeno específico em um contexto pouco conhecido. É possível obter um rico material acerca das ações das pessoas, das situações e dos acontecimentos, que ajuda a explicar os fenômenos estudados, sendo esta, portanto, sua principal busca: descobrir mais sobre algo (Melo Junior; Moraes, 2018).

O estudo de caso, por sua vez, possibilita analisar um fenômeno a fundo dentro de seu contexto (Gil, 2008). O principal objetivo é “apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto. Através de um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração na realidade social” (Goldenberg, 2004, p. 34).

### **3.2 Sujeitos participantes da pesquisa**

Nesta pesquisa, participaram os sujeitos envolvidos na promoção e interação da relação parental entre recuperandos e filhos e/ou filhas menores de 10 anos, que ocorrem em dia de visita familiar à APAC. São eles os funcionários, os recuperandos e seus respectivos filhos.

Dos funcionários, foram convidados os responsáveis pela manutenção das visitas na APAC, a psicóloga, o assistente social e a tesoureira, e consentiram em participar a psicóloga e a tesoureira. Ocorreu também a participação do coordenador de projetos sociais da FBAC.

A escolha desses sujeitos para a pesquisa foi feita pelo fato de serem os funcionários mais próximos da realidade das vivências da visita. As informações coletadas foram obtidas por meio de entrevista aberta e diálogo.

Todos os recuperandos em regime fechado com filhos e filhas menores de 10 anos aceitaram participar, totalizando o número de 5 recuperandos entrevistados, com seus respectivos filhos e/ou filhas, que totalizaram 6 crianças.

A infância é uma etapa do desenvolvimento do ciclo de vida humano, a qual possui como características marcantes a formação de vínculos afetivos, o interesse por interação com outras pessoas, a família como centro da vida social e o intenso interesse pelo brincar (Papali, 2010). Tendo isso em vista, o processo de interagir e de se comunicar por meio do brincar foi observado de forma direta durante três semanas consecutivas em momentos de visita. Foram observadas, no total, 6 crianças em interação com seus pais.

### **3.3 Procedimentos para coleta e análise de dados**

Foram utilizadas as seguintes técnicas de pesquisa.

#### **1. Pesquisa documental:**

A técnica de pesquisa documental é baseada em coletar dados de documentos estritamente a fim de compreender a realidade social na qual o fenômeno estudado está inserido (Lakatos; Marconi, 2003). Assim, ela consiste na busca de informações em fontes que ainda não receberam tratamento analítico.

A pesquisa documental desta pesquisa foi feita a partir dos documentos disponibilizados pela APAC unidade Viçosa, MG, e também através de buscas nos sites da própria APAC, da FEBC e do CIEMA.

#### **2. Entrevista semiestruturada:**

Após a fase da pesquisa documental, foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Trata-se de uma técnica de coleta de dados que utiliza o diálogo entre o pesquisador e o entrevistado, o qual é norteado por perguntas previamente estabelecidas pelo pesquisador. Por ser semiestruturada, ela abre margem para que outras perguntas sejam inseridas na conversa conforme uma das partes sinta necessidade de saber mais sobre algo perguntado ou respondido durante a entrevista (Lakatos; Marconi, 2003).

A entrevista aberta foi escolhida por ser uma técnica considerada adequada quando se pretende compreender crenças, motivações, sentimentos e valores atribuídos pelos indivíduos a um determinado comportamento dentro de um contexto (Goldenberg, 2004). Na presente pesquisa, o objetivo da coleta de dados foi o de averiguar as opiniões sobre as estratégias desenvolvidas para promoção da interação parental em dias de visita prisional. A escolha dessa técnica se deu pelo fato de ter maior flexibilidade para explicações de dúvidas que poderiam surgir ao longo da entrevista. Esse ponto foi considerado por causa do público-alvo pesquisado, por ser composto de pessoas de diferentes níveis de escolaridade, e isso poderia levar à existência de certas incompreensões por parte do entrevistado. Foram entrevistados cinco recuperandos, dois funcionários da APAC e um funcionário da FBAC.

As entrevistas com os recuperandos foram gravadas em áudio, depois transcritas e digitalizadas. Elas somente puderam ser gravadas porque a vice-presidente disponibilizou um gravador de voz, visto que somente autoridades podem entrar na unidade portando aparelhos eletrônicos. Já as entrevistas com os funcionários da APAC e da FBAC foram registradas de forma escrita em papel e depois digitalizadas, pois a pesquisadora não tinha permissão para portar objetos eletrônicos sem uma autoridade presente.

Foram realizadas entrevistas com 5 recuperandos. A escolha por eles foi feita por meio um diálogo inicial com todo o grupo de recuperandos que estavam reunidos no pátio do regime fechado da unidade APAC pesquisada, onde foi explicado pela pesquisadora o que se tratava tal visita e perguntado quais deles tinham filhos e/ou filhas menores de 12 anos de idade e que realizavam visitas, bem como quais deles desejavam participar da pesquisa. Após esse momento, a vice-presidente da unidade disponibilizou a sala de atendimento médico e psicológico para a realização das entrevistas. Enquanto a pesquisadora acomodava-se no local, os recuperandos se organizaram para entrevista. Assim, à medida que uma entrevista terminava, outro recuperando entrava na sala.

Já as entrevistas com os funcionários da APAC foram feitas em um dia pré-agendado pela psicóloga da instituição. O local da realização foi na mesma sala de atendimento médico e psicológico da unidade. As entrevistas nesse dia foram com apenas dois funcionários. Contudo, uma terceira entrevista foi feita com um funcionário da FBAC no momento de intervalo de um evento que estava acontecendo na unidade, e essa foi realizada na sala multiuso da unidade.

### 3. Observação direta:

A última fase, a de coleta de dados, foi feita por meio de observações diretas. Essa técnica baseia-se na ação do pesquisador, o qual se insere nas atividades do grupo para observar a situação que ocorre no momento da coleta, e isso fornece maior clareza para a interpretação dos dados (Aguiar, 1978; Duarte, Barros, 2009).

Ainda em relação à observação direta, o brincar foi a ação interativa entre pai e filho e/ou filha escolhida para ser observada no momento de visita. A escolha se deu porque no sistema prisional é possível observar se existe interação entre o pais e filhos e filhas e qual tipo de interação se estabelece.

Foram feitas observações em três dias distintos de visita. Elas ocorreram no pátio da unidade, local destinado para tal. Como norteador da observação, foi utilizado um checklist construído previamente pela pesquisadora, que continha pontos sistemáticos sobre atitude, comportamento, escolha, verbalizações e atributos que poderiam acontecer no momento da interação parental durante o brincar (Borges, 2008; Gil, 2008).

As famílias foram escolhidas seguindo dois critérios: primeiro, a presença da criança durante a visita e segundo, o momento em que ela se dirigia à mesa para estabelecer algum tipo de contato com o pai, principalmente se estivesse solicitando para brincar com ele. As crianças observadas tinham entre 2 e 10 anos de idade.

Nos três dias de observações, estavam disponibilizados no pátio destinado à visita caixotes de madeira com várias caixas de brinquedos. Alguns desses caixotes foram colocados sobre equipamentos de musculação e outros disponibilizados pelo chão do pátio.

No primeiro dia, foram observadas três famílias. A primeira observação durou cerca de 6 minutos. Inicialmente, a criança pega uma caixa contendo um jogo e vai até a mesa onde se encontra o pai e os outros membros da família. Ao perceber esse movimento, a pesquisadora senta-se em um degrau a cerca de 1,5 metros de distância dessa família e começa a anotar as ações que ocorriam.

Já a segunda observação durou cerca de 8 minutos. A criança começou a ser observada em interação com o pai no momento em que ela pega um jogo entre os caixotes e leva até a mesa. Nessa oportunidade, a pesquisadora senta-se em um acento a cerca de 1,5 metros de distância dessa família para anotar as ações.

E a terceira observação durou cerca de 10 minutos. A observação dessa criança começou quando ela leva um jogo até a mesa onde se encontra seu pai e ele recusa a solicitação para brincar. Nessa ocasião, a pesquisadora começa a observar e registrar a sequência de atitude da criança e do pai durante aquele período.

No segundo dia de observações diretas, foram observadas duas famílias. A primeira observação durou cerca de 9 minutos. Ao chegar ao pátio de visita, a pesquisadora encontrou um jogo posto sobre a mesa e a criança em interação com seu pai. Nesse momento, houve o registro da observação de uma distância de cerca de 1 metro. Já a segunda observação desse dia durou cerca de 3 minutos, uma vez que as crianças e famílias já estavam em interação por intermédio do brincar, e as observações foram sendo feitas e anotadas na medida em que as interações ocorriam e finalizavam.

No terceiro dia de observação direta, foi feita a observação geral da visita, visto que nesse dia acontecia um evento com palestras e momentos de reflexões entre recuperandos, funcionários, voluntários e familiares.

O total de horas de observação das visitas foi de cerca de 8 horas, contando período de chegada, espera para entrar no pátio de visita, período de permanência na visita e período de observações diretas.

Para a análise dos dados das entrevistas, as informações foram agrupadas de acordo com a expressividade do entrevistado, ou seja, o que a pessoa que emitiu a mensagem quis dizer sobre tal assunto. Posteriormente, foram categorizadas de acordo com as similitudes e frequências contidas nas opiniões dos entrevistados. A categorização dos dados “são rubricas ou classes, os quais reúnem um grupo de elementos, sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comum destes elementos” (Bardin, 2002, p. 117).

Para se analisar esses conteúdos, foram seguidos os seguintes critérios elencados por Bardin (2002): pré-análise; categorização do material; tratamento dos resultados; e inferências e interpretação. Após categorizados os conteúdos, foram interpretados e comparados com resultados de acordo com a bibliografia pertinente. As categorias emergidas após a análise do conteúdo foram separadas de acordo com os objetivos propostos neste estudo. Os dados foram sistematizados e organizados por temáticas: qualidade da convivência familiar mediada pelo brincar; a prática da parentalidade em relação aos eixos da relação parental seguindo o modelo de Zorning (2010); e a qualidade da relação parental em dia de visita.

Já os dados extraídos da observação foram categorizados e analisados de acordo com a atitude, comportamento, escolha, verbalizações e atributos durante o brincar, buscando compreender o nível de interação que os pais recuperandos estabelecem com as crianças durante o brincar (Borges, 2008).

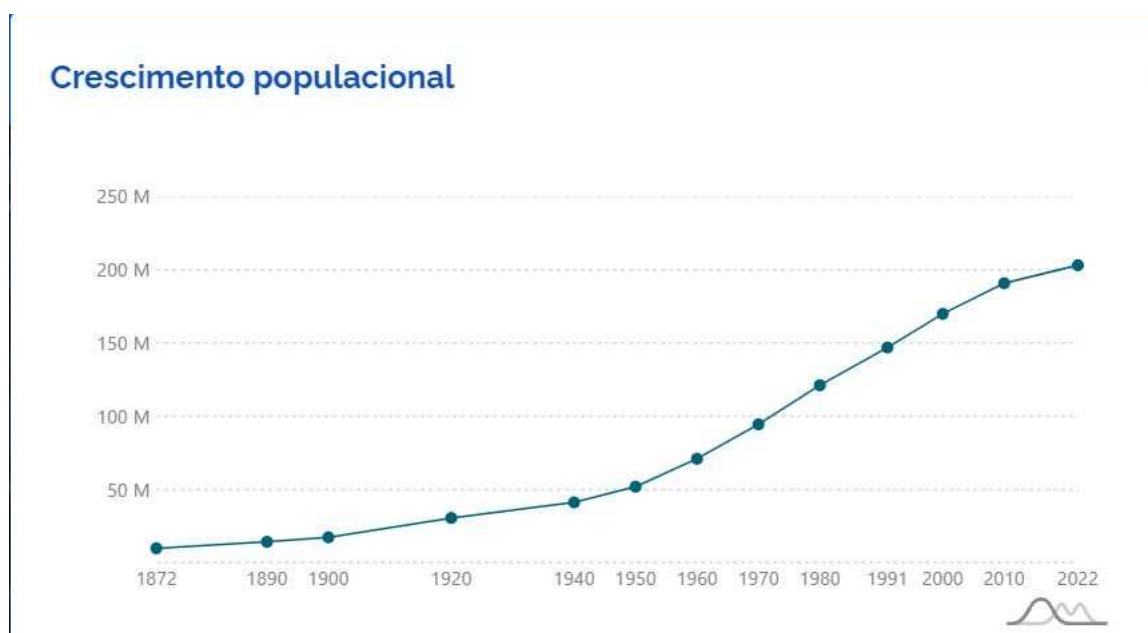
### **3.4 Caracterização do local de estudo**

Este estudo foi desenvolvido no município de Viçosa, MG, situado na Zona da Mata, leste do estado de Minas Gerais. É considerado um município com alto índice de periculosidade, infratores e presidiários, levando em conta o número de habitantes em relação ao nível de delitos cometidos:

[...] Viçosa é município, como vários outros no Brasil, que passou por um rápido processo de urbanização, com o crescimento acelerado da população urbana e, que consequentemente gerou vários problemas socioambientais como a segregação espacial e elevação da desigualdade socioespacial, fatores conhecidos como fomentadores diretos ou indiretos da violência urbana (Oleriano, 2007, p. 22).

Os dados mais recentes encontrados sobre a situação da violência na cidade foram de 16 anos atrás. Isso mostra que é um assunto pouco estudado, no entanto, ainda muito pertinente no município, visto que, segundo os dados do último censo, feito no ano de 2022, a população continuou crescendo significativamente, como mostra a figura 5.

Figura 5 – Censo populacional do IBGE.



Fonte: IBGE, 2023.

Esse rápido desenvolvimento urbano e econômico da cidade foi causado pela criação da Universidade Federal de Viçosa, que atrai milhares de pessoas de todo o mundo em busca de formação e especialização acadêmica. Esse processo faz com que a população da cidade cresça juntamente com o comércio local e que aumente a desigualdade social do município, gerando a violência urbana.

Com esse aumento desproporcional da população acompanhada da violência, como afirmado por Oleriano (2007), ocorreu o aumento de encarceramento e a desumanidade dentro do sistema prisional devido à superlotação do presídio, motivando a criação da APAC em Viçosa (APAC, 2023).

O local de realização da pesquisa foi in loco, na APAC em Viçosa. Essa unidade surgiu do desejo de transformar o antigo presídio do município em um lugar humanizado e ressocializador. Os idealizadores desse projeto foram os voluntários da comunidade e os presos. Para efetivação do projeto, em 2003, realizaram-se limpeza e reforma no espaço físico, nascendo a unidade APAC – Viçosa.

Um poema feito por um recuperando que participou da reforma do antigo presídio transformado na sede da APAC expressa como ocorreu esse processo de reestruturação do local:

*Lugares que não tinham cor...  
Começamos a colorir, dar vida...  
Onde não víamos condições de uso, só sujeira...  
Demos condições... e eles a limpeza...  
Onde havia figuras, e poluição visual...  
Tentamos dar educação, conhecimento...  
Música, cultura, momentos de reflexão...  
As áreas “improdutivas”, passaram a produzir...  
E as mesas passaram a ser fartas...  
E tudo foi acontecendo...  
Descobrimos sentimentos...  
Companheirismo, cooperação, respeito, humildade,  
paciência, amizade, alegria, amor...  
Encenamos o “Teatro do Oprimido”.  
E a comunidade nos prestigiou, participou.  
Ensaíamos, ensaiamos, ensaiamos...  
Inauguramos nossa capela...  
Celebramos, oramos, comemoramos...  
E motivos nós temos de sobra...  
Participamos de eventos religiosos...  
Promovemos reencontros...  
E encontros...  
E... Estamos Juntos!!!!  
Sempre.  
(APAC- Viçosa, 2022).*

Esse poema traduz em palavras a transformação do lixo que se encontrava no antigo presídio do município na cidadania que o método APAC proporcionou ao local e às pessoas.

A escolha por esse local se deu pelo fato de ser um estabelecimento prisional que busca, através de iniciativas, a promoção dos direitos dos condenados, das famílias e das crianças, de forma a torná-lo um local mais humanizado para todos que o frequentam.

### 3.5 Aspectos éticos

O projeto foi submetido ao comitê de Ética em Pesquisa, considerando os parâmetros previstos pela Resolução CNS 466/2012 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. No contato inicial com a administração da APAC, com os recuperandos, com as crianças e seus responsáveis participantes da pesquisa, foram esclarecidos os objetivos, os riscos e também os benefícios do estudo, além do comprometimento com o uso do material exclusivamente para elaboração da dissertação e de artigos científicos. A pesquisadora assumiu o compromisso de não realizar a identificação para manter a confidencialidade das informações prestadas.

Após o primeiro contato, foi entregue um TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para cada funcionário do setor administrativo, um para cada recuperando participante e um para cada responsável pela criança participante, além do TALE – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido para as crianças. Os termos, que contêm todas as informações necessárias sobre a pesquisa e os compromissos assumidos para garantir a proteção das informações coletadas, foram assinados. Após o aceite de participação da pesquisa e a assinatura do TCLE, foram marcados dias e horários para realização das entrevistas e das observações.

## CAPÍTULO IV: RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente capítulo é referente aos resultados obtidos a partir da coleta de dados das entrevistas, observações e registros do caderno de campo. Ele está dividido em: A APAC – Viçosa, MG; A visita à APAC: procedimentos, tratamento e ambiente; Oportunização feita pela APAC – Viçosa para favorecimento da interação parental; Prática da paternidade: a qualidade da convivência familiar mediada pelo brincar; e A relação parental em dia de visita.

### 4.1 A APAC – Viçosa, MG

A unidade APAC de Viçosa está localizada à rua Dr. Brito, no bairro São Sebastião, centro da cidade. Sua sede fica no local do antigo presídio, que em 2003 foi cedido para a instalação do projeto.

A APAC – Viçosa é uma entidade mantida por ações voluntárias e doações de órgãos públicos e privados, que busca proporcionar condições mais humanas de reinserção social dos condenados (APAC, 2023). Em 2003, a antiga sede do presídio da cidade foi cedida para a instalação da APAC.

Figura 6 – Vista frontal da antiga prisão do município de Viçosa, MG, em 2002.



Fonte: Acervo APAC – Viçosa, [2003?].

Essa foto retrata como era a fachada da antiga prisão do município, com paredes pintadas em preto e branco, nas cores típicas que remetem à ideia de uniforme de cárcere. O estabelecimento encontrava-se em estado deplorável de sujeira e ruínas, situação muito comum nos estabelecimentos prisionais (Andrade, 2014; APAC, 2023).

A fotografia abaixo mostra a situação desumana em que se encontrava o estabelecimento prisional que abrigava os presos do município.

Figura 7 – Pátio externo antigo presídio.



Fonte: Acervo da APAC de Viçosa, MG, [2003?].

O registro evidencia a quantidade de lixo encontrado no estabelecimento, mostrando que é impossível uma pessoa ter reflexão e transformação cognitiva sobre sua conduta em meio a tanta sujeira. A primeira ação, após a reunião de implantação da APAC, foi a limpeza e a reforma do local, realizadas pela união de voluntários e presos.

Figura 8 – Presos e voluntários realizando limpeza do antigo presídio.



Fonte: Acervo da APAC de Viçosa, MG, [2003?].

Foi retirada do local uma grande quantidade de lixo e entulho, abrindo espaço para um novo ambiente, mais limpo e digno. A foto abaixo retrata a imagem de um preso colocando cerâmica branca no chão em que antes havia somente a cor acinzentada do concreto misturado à sujeira.

Figura 9 – Reforma do antigo presídio.



Fonte: Acervo da APAC de Viçosa, MG, [2003?].

Ao final da reforma, a nova sede do regimento disciplinar APAC em Viçosa foi inaugurada em 2004, com o número de dez recuperandos em regime fechado. A foto abaixo retrata os primeiros recuperandos realizando o ato socializador<sup>5</sup>.

Figura 10 – Recuperandos realizando ato socializador.



Fonte: Acervo da APAC de Viçosa, MG [2003?].

A foto mostra os primeiros recuperandos da unidade APAC de Viçosa realizando o primeiro ato socializador em companhia de voluntários da pastoral carcerária do município. Diferentemente do que esses recuperandos estavam acostumados no presídio, eles passaram a ter a oportunidade de interação uns com os outros de forma mais descontraída com o uso de instrumentos musicais, roupas e ambiente confortáveis.

Essa unidade APAC é mantida pelo Estado e por doações da prefeitura, de empresas privadas e de pessoas físicas. Essa entidade é de cunho religioso cristão (católico, espírita ou evangélico), sendo obrigatório que os recuperandos possuam alguma dessas religiões e sigam seus preceitos religiosos. A seguir, foto da fachada da sede APAC no município.

---

<sup>5</sup> Êxodo 20.

Figura 11 – Vista frontal da APAC de Viçosa, em 2023.



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Diferentemente da foto 1, essa imagem mostra as paredes nas cores padrão do regimento, azul e branca, além disso, destaca o carro utilizado para transportar os recuperandos para outros espaços quando necessário. Isso é bem diferente do sistema comum, onde os presos são carregados na traseira dos veículos.

Essa unidade APAC atende exclusivamente ao público masculino. O objetivo do regimento apaqueano é promover a ressocialização do preso de maneira mais humanizada, buscando valorizar o ser humano em si, independentemente do crime cometido por ele.

Por ser uma entidade que valoriza a dignidade humana acima de tudo, a unidade APAC de Viçosa sempre busca estratégias que atendam às necessidades das crianças visitantes e, ao mesmo tempo, promovam a convivência familiar. A família dos recuperandos é considerada um dos elementos fundamentais para a ressocialização.

#### 4.1.1 A visita na APAC: procedimentos

Neste subtópico, estão os dados coletados e registrados no diário de campo referentes ao primeiro dia de observação das visitas.

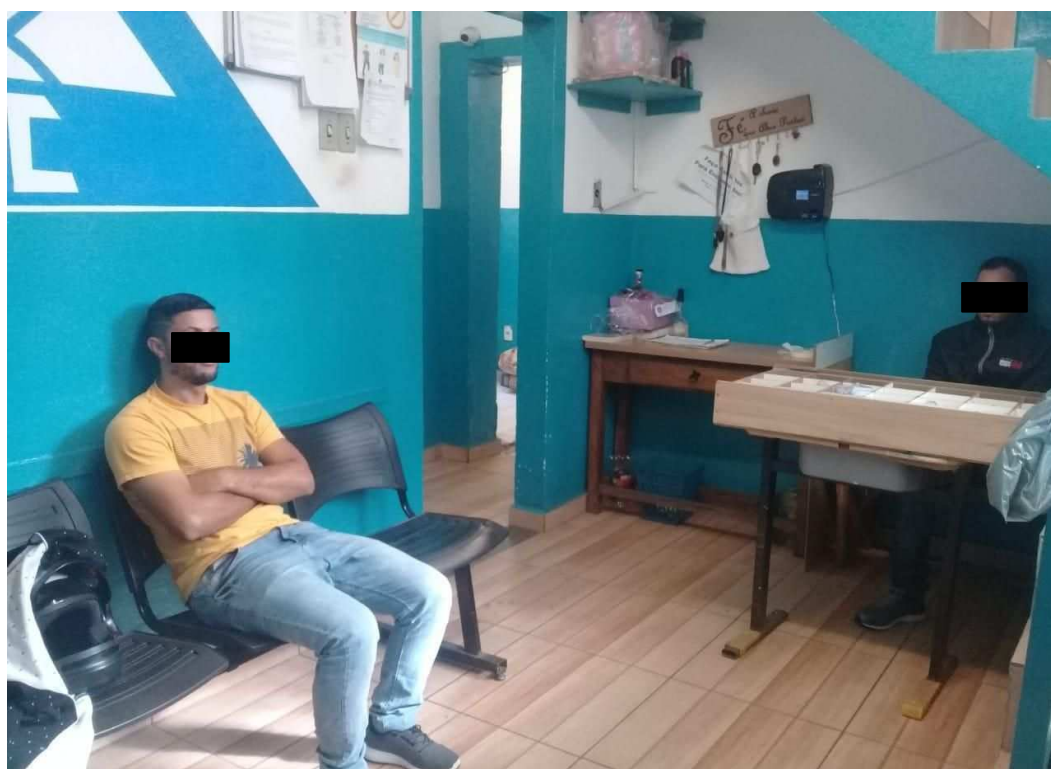
Ao chegar ao portão que dá acesso a APAC, o visitante toca a campainha e aguarda o recuperando do regime aberto, que é responsável pela portaria. Os visitantes adultos usam calças, camisas de manga curta, vestidos longos, sapatos fechados, chileno e sandálias abertas. Os visitantes crianças usam calças, bermudas, camisetas, vestidos, shorts, sapatos fechados,

chinelos e sandálias abertas. Também estão com acessórios, pulseiras, brincos, colares, bolsas, mochilas e sacolas de supermercado com alimentos.

A descrição das vestimentas dos visitantes é pertinente pelo fato de ser algo diferente da realidade do sistema prisional comum, no qual os visitantes, incluindo as crianças, são vedados de usar bermudas, shorts, camisas sem manga ou cavada, roupas acolchoadas ou com forros, da cor preta ou vermelha, com mais de quatro bolsos, com detalhes em metal, ou que façam alusão a times de futebol, crime ou partidos políticos. Além disso, é proibido o uso de cinto, capuz, boné, chapéu e sapatos fechados, de salto ou de solado grosso e é vedado o uso de qualquer acessório ornamental, como brincos, anéis, pulseiras, presilhas e relógios (DEPEN, 2023).

Ao entrar no estabelecimento, os visitantes ficam em um hall com uma mesa, várias cadeiras de espera e um móvel de guarda-volumes, no qual deixam os seus pertences, como bolsa e mochilas. Além disso, entregam as sacolas com alimentos para o funcionário que está de pé ao lado da mesa. A foto a seguir mostra como é o esquema de entrada.

Figura 12 – Hall de entrada em dia de visita da APAC – Viçosa.



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

O funcionário abre todas as sacolas e verifica os alimentos para garantir que não há substâncias ilícitas, como álcool, drogas e cigarros, já que é proibido o uso delas dentro do

estabelecimento. Então, o visitante assina um caderno de entrada e pega as sacolas já revistas e o seu crachá de identificação com outro recuperando que está sentado atrás da mesa.

No dia em que foi observado o procedimento de recepção dos visitantes na portaria, uma criança chega até a mesa, e o recuperando responsável pela entrega do crachá faz uma brincadeira de embaralhar vários crachás e pede para a criança identificar qual crachá pertence a ela e a seus familiares. A criança começa a gargalhar e identifica os crachás. Os que estão presentes no hall começam a sorrir juntamente.

Os visitantes vão em direção a um corredor do lado esquerdo do hall de entrada. Esse corredor dá acesso a uma sala. Eles entram na sala e a porta é fechada. Nessa sala, há uma mesa, algumas cadeiras e um funcionário esperando pelos visitantes, como é demonstrado na foto abaixo.

Figura 13 – Sala de revista.



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

As paredes da sala de revista possuem a ilustração do decálogo<sup>6</sup> da APAC. O decálogo é uma analogia aos dez mandamentos<sup>7</sup> contidos na Bíblia Sagrada<sup>8</sup>, visto que a entidade é de cunho religioso cristão e usa os princípios bíblicos como base para intervenção do método.

Dentro dessa sala, é pedido que os visitantes tirem os sapatos, esvaziem os bolsos e desamarrem os cabelos para garantir que não há nos visitantes presença de substâncias ilícitas. Os estudos sobre visita prisional no sistema comum de Bartlett e Trotter (2019), Cunico, Strey e Brandelli Costa (2020), Foster (2019) e Oldrup (2018) definem o dia de visita como um dia “agressivo” por causa da forma como as crianças são recepcionadas, isto é, com revistas íntimas e de forma hostil e humilhante por parte dos agentes. Analisando-se procedimentos da visita na APAC e em comparação com o que é apresentado na teoria, verifica-se que, nela, os procedimentos são totalmente diferentes do que pode ser encontrado nesses estudos sobre visitas infantis em estabelecimentos prisionais, já que, nessa entidade, as crianças são recepcionadas com brincadeiras e sem revistas íntimas.

Ao terminar a revista, o funcionário abre outra porta, que dá acesso a um corredor, assim como é destacado na foto abaixo.

---

<sup>6</sup> Trata-se de diretrizes propostas a todos que convivem e/ou trabalham nas dependências da APAC, sejam funcionários, voluntários ou recuperandos. São elas: 1. O amor como caminho; 2. O diálogo como entendimento; 3. A disciplina com amor; 4. O trabalho como essencial; 5. A fraternidade e o respeito como metas; 6. A responsabilidade para o soerguimento; 7. A humildade e a paciência para vencer; 8. O conhecimento para ilustrar a razão; 9. A família organizada como suporte; 10. Deus como fonte de tudo (CIEMA, 2020).

<sup>7</sup> Êxodo 20.

<sup>8</sup> “Livro sagrado para os cristãos, composto pelos textos sagrados, que contém o Antigo e o Novo Testamento; Sagrada Escritura” (Dicionário Online De Português, 2022).

Figura 14 – Corredor de acesso ao interior do estabelecimento.



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

O corredor é estreito, e em seu lado direito há portas e celas. A primeira porta é a entrada de uma espécie de mercearia, com um balcão, onde existem vários artesanatos pendurados e uma prateleira com doces, petiscos e produtos de higiene. Dentro desse local, há uma porta trancada com uma placa escrita “Almoxarifado”. Na segunda porta, há a placa “Banheiro”. As demais entradas são celas usadas como dormitórios dos recuperandos. Do lado esquerdo, há diversos artesanatos expostos, feitos por eles próprios. No fim do corredor, há duas portas, uma com acesso para a cozinha e outra para um pátio externo, onde os recuperandos aguardam sentados para recepcionar os familiares.

Em uma visita observada, as crianças que estavam na revista saíram correndo em direção ao fim do corredor e passaram pela porta que dá acesso ao pátio.

Figura 15 – Pátio durante a visita.



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

O pátio é coberto com telhas de zinco e piso de concreto e contém marcações de campo de futebol, amarelinha pintada em azul, paredes pintadas em azul e branco com tinta óleo, nas quais estão dispostas frases motivacionais. As famílias se reuniram coletivamente no pátio; cada uma encarregava-se de se sentar em cadeiras, em volta de uma a duas mesas de modelo escolar. As mesas são forradas com panos coloridos e alguns floridos. Sobre as mesas, em geral, estavam dispostos alimentos, utensílios para alimentação, documentos e brinquedos.

Condizente com a literatura, conforme Bartlett e Trotter (2019), Cunico, Strey e Brandelli Costa (2020), Foster (2019), Oldrup (2018) e Parkes e Donson (2018), assim como nos sistemas prisionais comuns, as visitas familiares acontecem em pátios com o mínimo de conforto em mesas e cadeiras improvisadas, sem privacidade, já que as mesas estão muito

próximas umas das outras. Além disso, os espaços não são ergonomicamente favoráveis ao tamanho da criança, pois possuem degraus altos de acesso e mesas e cadeiras altas, sem apoio de segurança.

Entretanto, na APAC há, no canto esquerdo do pátio, caixas de brinquedos e jogos postos sobre máquinas de musculação. As crianças brincam livremente, sem qualquer supervisão, pelo pátio, corredores, cozinha, celas, capela e almoxarifado. Não há no ambiente agentes prisionais armados. Os próprios recuperandos possuem as chaves de acesso a todo o estabelecimento, inclusive as do portão de acesso à rua.

Nas entrevistas com dois dos recuperandos entrevistados, um ponto que teve destaque quando se tratava das possibilidades que a APAC propiciava para a manutenção saudável da relação parental em dia de visita infantil foi a questão dos procedimentos obrigatórios de revista dos visitantes realizados pelo estabelecimento:

R2: ... quando chega ali e num tê a geral (revista íntima), já, já fica sem medo de vir na próxima, eee; ooo; ... O tratamento é vip! (Recuperando 2)

R4: Acho que não precisaria nem dizer que é completamente diferente da do sistema prisional comum, né? é :: primeiro, como tem aquela? Aquela revista “vexatória”, nem nada disso. E segundo que. Só; só; de relatar aqui, minha menina vem correndo pelo corredor ali para me encontrar (Recuperando 4)

Esse diferencial no tratamento torna-se um ponto positivo no dia de visita. Os recuperandos consideram que elas são bem atendidas desde o momento em que entram porta dentro do estabelecimento, o que acaba refletindo e repercutindo nas relações estabelecidas no momento da visita, funcionando como uma reação em cadeia, que começa com a elevação do bem-estar na chegada e resulta na melhora da relação parental.

#### 4.1.2 A visita na APAC: tratamento e ambiente

Essa categoria foi embasada nos aspectos integridade e dignidade física, psíquica, moral, afetiva e emocional (Camargo, 2009; Freitas, 2016), referentes aos filhos e/ou filhas. Nos tópicos a seguir, estão os depoimentos nos quais foram identificados os aspectos de integridade e dignidade que se relacionam com o ambiente promovido pela APAC para as visitas. Dados coletados das entrevistas com os recuperandos, funcionários administrativos, observações diretas das visitas e anotações do diário de campo, e discutidos os tópicos na sequência.

### a) Integridade Física

Integridade e dignidade física estão ligadas à conservação do corpo, de forma direta, a condutas lesivas, como agressões físicas de empurrar, sacudir, apertar, espancar, torturar e causar lesões e ferimentos com objetos. De forma indireta, se relacionam a atitudes que afetam o bem-estar coletivo do indivíduo, como isolamento, perturbação da tranquilidade, exclusão, desconforto físico e denegrição da imagem (Camargo, 2009; Freitas, 2016).

Tendo em vista essa conceituação, os recuperandos foram indagados sobre a adequação do ambiente de visita em relação às necessidades ergonômicas das crianças. Foram obtidas as seguintes respostas:

R1: Siimm ((fala estridente))... é adequado sim ((fala muito baixo, quase não dá para entender)) (Recuperando 1).

R2: As mesas? As cadeiras? Tipo assim, igual a minha menina que tá com oito anos, a cadeira dá tranquilo né, a mesa ... Agora pra criancinha de três anos, assim, aí é mais a mãe tem que pôr na cadeira, é alta né (Recuperando 2).

R3: Ótimo, muito bom, nossa senhora! ... Adequado demais, aham! (Recuperando 3)

Pelos depoimentos, é notório que uma pontuação que destaca a violação da dignidade e integridade física apontada pelo recuperandos sobre visitas refere-se ao tipo de mobiliário disponibilizado para as visitas, que não é apropriado para as crianças pequenas devido à altura das mesas e cadeiras. Mas quando eles identificam algo que não é adequado, apontam uma solução para a questão:

Agora pra criancinha de três anos, assim, aí é mais, a mãe tem que pôr na cadeira, é alta né? (Recuperando 2).

Todavia, isso parece não interferir na satisfação dos recuperandos com a qualidade do ambiente físico disponibilizado para a visita, como foi apresentado pelos depoimentos acima.

### b) Integridade psíquica, afetiva e emocional

A integridade psíquica, afetiva e emocional, de acordo com Camargo (2009, p. 270), “sob o aspecto psicológico, é a organização constituída por todas as características cognitivas, afetivas, volitivas e físicas de um indivíduo”. Isso significa a conservação da dignidade psicológica do sujeito sem a depravação de sua forma de pensar, raciocinar, sentir, expressar e

de suas escolhas, proporcionando o sentimento de bem-estar e felicidade ligados a sua personalidade.

A partir dessa conceituação, os recuperandos foram indagados sobre a sua satisfação com a forma de tratamento que as crianças recebem por parte do estabelecimento. Foram obtidas seguintes respostas:

R4: [...] só desse fato, aí não chega naquela tensão da visita do presídio, sistema comum, já é, já vi que ela foi bem tratada na recepção... E a galerinha (crianças), nem, nem sente que está dentro de um sistema prisional, eles mesmos não sentem não, pelo menos não passam pra mim, claro que quando chegam assim, eles ficam meio assim espantados.

P: Por que é um lugar diferente?

R4: Acho que não é só porque é um lugar diferente, é porque já ouviu falar em casa também que vão lá visitar o fulano que tá preso, né, e tal, aí já vem com aquele estranhamento, assim, aquele ‘trem’ pesado, mas chega aqui, depois de um tempinho, tá correndo pra lá, tá correndo pra cá, aí vira uma bagunça gostosa (Recuperando 4).

Diferentemente do que foi encontrado na literatura, isto é, o fato de a visita ser um dia repleto de desventuras, com revistas íntimas e tratamento vexatório, em que as crianças se sentem vigiadas, amedrontadas e entediadas (Bartlett; Trotter, 2019; Cunico; Strey; Brandelli Costa, 2020; Foster, 2019; Oldrup, 2018), na APAC, elas não passam por nenhum tipo de violação de sua integridade psíquica, afetiva e emocional. Elas são e estão livres pelo ambiente, realizando a atividade primordial da infância: o brincar (Simiano; Valença, 2017).

### **c) Integridade moral**

A integridade moral refere-se aos aspectos que “incluem a identidade, a honra, as criações do intelecto, como atributos que se projetam na sociedade” (Camargo, 2009, p. 272). É a pessoa viver conforme o que considera bom ou mau para si, sem por isso se sentir humilhada ou sofrer vexações, degradação da sua postura e agressão a sua honra, o que proporciona a valorização dos seus valores e suas crenças.

A integridade moral é o aspecto mais violado no sistema prisional (Bartlett, 2018; Brookes, 2018; Oldrup, 2018; Parkes; Donson, 2018), contudo, a resposta dada pelo recuperando mostra que isso não é algo presente dentro do método APAC:

Então acho que tem toda uma estratégia da administração e não constranger a família para que ela se sinta mais à vontade, sinta mais em casa, mas acolhida isso, tipo, tipo isso (Recuperando 4).

Essa resposta mostra que existe uma prática positiva de tratamento feita pela APAC, que viabiliza certo nível de satisfação para os recuperandos. Mesmo por estarem dentro de um sistema prisional, não há desrespeito à identidade, à honra, aos valores e às crenças das crianças visitantes.

Pode-se considerar, pelos depoimentos dos recuperandos, que nenhum dos aspectos da integridade e dignidade moral das crianças visitantes são violados no dia da visita por parte do estabelecimento e, pelo contrário, aparentemente a APAC busca promover esses aspectos. Por isso, o diferencial entre as visitas no sistema prisional comum e na APAC é o tipo de tratamento fornecido aos recuperandos e familiares.

De modo geral, os recuperandos relatam satisfação, tanto com o ambiente quanto com o tratamento. Uma explicação para esse contentamento pode estar relacionado ao tipo de tratamento dado às crianças e familiares no dia da visita, ou seja, sem violência física, verbal ou simbólica, como contenção por força, palavras depreciativas, tonalidade aumentada de voz e expressões faciais sarcásticas, algo muito comum no sistema prisional, mas não na APAC (Bartlett; Trotter, 2019; Cunico; Strey; Brandelli Costa, 2020; Foster, 2019; Oldrup, 2018).

À pergunta, “o que, que a APAC faz para promover essa relação entre pai e filho, aqui dentro, que você vê?”, obteve-se a resposta:

R3: Então é que eu cheguei tem pouco tempo, na verdade tem 15 dias, mas só de lá em cima (cadeia convencional) tem mais de dois anos que eu não via meu menino, só pelo, por vídeo, aqui no dia que eu cheguei, quando foi no outro dia, eles já vieram, eu já abracei, já beijei [...] Então por aí pra mim já foi, já é mais de meio caminho andado, porque lá em cima eu não tinha esse contato com ele [...] E mesmo assim também, negócio dessa revista, lá é muito constrangedor, aí a mãe dele também não queria levar né, aí pra mim... (Recuperando 3).

Essa resposta foi escolhida por ser a de um recuperando recém-chegado na unidade APAC, o qual tinha lembranças recentes sobre os procedimentos da visita no sistema prisional comum, que acabavam desvalorizando a dignidade e a integridade de seu filho.

A valorização que a APAC oferece à dignidade humana de integridade física, psíquica, moral, afetiva e emocional para os recuperandos e familiares de modo geral, através de acompanhamento psicoterapêutico e ambiente preservado de violência física, psíquica e emocional, mostra que esse é um espaço respeitoso ao ser humano.

Esse tratamento humanizado das pessoas dentro do estabelecimento se estende a todos, seja aos internos e seus familiares, seja aos funcionários e voluntários. Para o método APAC, todos os seres humanos são importantes, independentemente da posição social que ocupam, dos erros que cometem ou da culpa a eles atribuída (Andrade, 2014). Assim, vemos no

depoimento que o Recuperando 3 evidencia como a sua esposa, mãe de seu filho, fica segura para levar a criança em dia de visita, visto que não estará exposto a nenhuma situação que desvalorize seus direitos.

Além disso, a família é um dos componentes necessários para a funcionalidade do método empregado:

(...) Eles têm que interagir com a família, esse equilíbrio para recuperar, tem que estar bem ali. Equilíbrio familiar” (Funcionário 2).

Dada é a importância da família, pois é o elemento que ocupa a ponta de destaque da pirâmide do método (ver figura 2), sem a participação dela, o processo de ressocialização do recuperando fica deficiente.

Isso também fica evidenciado nas palavras de um dos recuperandos:

Sim, sim, é, são, são, são estratégias bem, bem, é, efetivas no sentido de; de aproximar mesmo a família, porque aqui é uma, é uma das propostas da metodologia que Ottoboni, é, trouxe à tona e é advinda de coisa divina mesmo, coisa de Deus sabe, de que a família tem que estar organizada para dar suporte para o cara quando voltar para a rua. Então, na verdade, se a família não tiver estruturada ou se a família não entende a situação de; de como é, dá o suporte pro cara quando sair. Ele vai sair, infelizmente acaba, é na grande maioria das vezes, né? Mesmo, tem algumas vezes que mesmo com suporte ainda. É, tem um desfecho triste, mas a, a reincidência da Apac, ainda bem, é bem menor do que o sistema comum (Recuperando 4).

A família é compreendida pelos recuperandos, pela administração e pelo método APAC como ponto de equilíbrio e suporte emocional que auxilia no processo de ressocialização, corroborando com os estudos de Bartlett (2018), que considera a visita familiar como um pilar para fortalecimento de laços emocionais e auxílio da ressocialização do preso. No caso do discurso desse recuperando, os termos “família organizada” e “família estruturada” fazem referência à harmonia das relações estabelecidas dentro da vida familiar. Isso independe do tipo de estrutura organizacional<sup>9</sup> da família.

O método APAC reforça a ideia da família como elemento-chave para a recuperação dos condenados durante o processo de reabilitação social e após a soltura. A participação dela faz-se por meio das ações e palavras positivas e dos encontros e capacitações exclusivos às famílias, estimulando um ambiente harmônico para prevenção da reincidência ao crime, ao uso de drogas e aos conflitos.

---

<sup>9</sup> “Composição familiar que consiste no arranjo dos membros que compõem esta família” (Carnut; Faquim, 2014, p. 64).

De acordo com o previsto no método, é dever da APAC promover a criação, a reconciliação e/ou o estreitamento de laços familiares por meio de encontros e eventos, bem como através de cursos sobre a filosofia apaqueana exclusivos para os familiares, cujo intuito é capacitar as famílias para a aplicação do método.

Porém, essa perspectiva coloca uma boa parcela da responsabilidade de ressocialização centrada na ação da família. No texto “Desfamiliarização das políticas sociais na América Latina: Uma breve análise dos sistemas de proteção social na região”, de Andrade (2009), evidencia-se a redução de investimentos em proteção social e no bem-estar social, por parte do Estado, e a responsabilização da família e da sociedade de uma forma geral, como promotores do bem-estar dos indivíduos.

Esse reforço do familismo<sup>10</sup> existente nas políticas sociais do Brasil, que se iniciou no governo Fernando Henrique Cardoso e perdura atualmente, transferiu a responsabilidade do Estado em promover a reinserção social do preso, através das penas privativas da liberdade, à família, desconsiderando as necessidades desta para uma real manutenção da relação afetiva familiar dentro do sistema prisional, e centrando a responsabilidade de boa reintegração social sobre ela (Moraes *et al.*, 2020).

## **4.2 Oportunização feita pela APAC-Viçosa para favorecimento da interação parental**

A APAC, de acordo com seu regimento, busca o cumprimento das penas privativas da liberdade em uma melhor condição física e emocional para o recuperando e a promoção de ações visando ao bem-estar da família no processo de enfrentamento da prisão. Entre essas ações, está a de proporcionar uma vivência significativa para as crianças que realizam visitas.

### **4.2.1 Liberdade de brincar**

A unidade APAC de Viçosa é um estabelecimento que não consegue, no atual contexto, viabilizar, em termos de uma infraestrutura, um local amplo e adequado para as crianças brincarem com seus pais. De acordo com ela, o número de recuperandos atendidos é muito grande, e isso implica aumento do número de visitantes, de mesas e cadeiras. Assim, levando em consideração que o estabelecimento não possui um ambiente físico de grandes

---

<sup>10</sup> Essa vertente coloca toda a responsabilidade de proteção e cuidado dos indivíduos na família, fazendo com que o Estado assuma a subsidiariedade, de forma secundária (Andrade, 2009).

proporções, há pouco espaço disponível. Abaixo é retratada a organização do pátio no dia da visita.

Figura 16 – Imagem do pátio organizado para a visita.



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Pela imagem, verifica-se o pouco espaço disponibilizado para a visita, considerando o número dos recuperandos e familiares. Por isso, para uso de jogos e brinquedos, é necessário retirar as mesas e cadeiras do espaço. Porém, isso faz com que as famílias fiquem o período da visita de pé.

Mesmo com todas estas questões, vemos que a necessidade do brincar é suprida nas visitas:

R5: Ah ele gosto assim né, eu tô perto dele, ele põe a mão no bolso assim de esconder. Eu vou e falo vai. Achou. Ele mesmo fala achou e já tira do bolso [...] Esperto demais aí chega uns cantinho assim né? Eu vou cadê o Ravi? Aí ele achou e vai e vaza no campinado (sai correndo) [...] Ele Já fala comigo é depois que ele já ‘num’ quer correr, mais brincar, “papai pega caderno lá” “Papai caderno” (Recuperando 5).

R2: Eu tenho hábito de jogar com ela uma dama, um negócio assim, um jogo da velha. Entendeu? (Recuperando 2).

Nesses depoimentos, vê-se que os recuperandos e a APAC buscam estratégias improvisadas para se relacionarem com os filhos e/ou filhas através do ato de brincar. Isso mostra que o brincar está contido na ação física e afetiva, e não se encontra preso ao espaço e ao material disponível (Cordazzo; Vieira, 2007).

Entretanto, por mais que o brincar não esteja preso ao tipo de recurso usado e ao espaço disponibilizado, segundo Cordazzo e Vieira (2007, p. 91), “a função do brinquedo é a brincadeira. O brinquedo tem como princípio estimular a brincadeira e convidar a criança para esta atividade”. Dessa forma, a presença do brinquedo no dia de visita poderia funcionar como um suporte para a interação entre pais e crianças.

Pensando nessa perspectiva, foi indagado a um dos funcionários o motivo da compra dos brinquedos, visto que não havia espaço físico para o armazenamento deles de maneira acessível para as crianças usarem. A resposta obtida foi a seguinte:

Para tirar a tensão do presídio, para se sentir mais felizes, fica mais leve (Funcionária 2).

Essa resposta mostra que o principal foco de alguns funcionários está na recreação das crianças, a qual é similar à resposta de outro funcionário, que vê na interação lúdica a possibilidade de promoção de laços diretamente com a família e as crianças:

Se for olhar pela metodologia é de suma importância para cumprir a pena e para ressocialização, para a formação da criança. Esse é o olhar da APAC. Infelizmente são vínculos fracos, por isso precisamos de ajuda externa para fortalecer (Funcionária 1).

Uma possível explicação para a discrepância nas respostas dos funcionários é o tipo de formação de cada um: um é da área da saúde e o outro, da administração.

Contudo, por mais que as respostas apresentem propostas diferenciadas, a forma como são efetivados o uso do brinquedo e o brincar no dia de visita torna o ambiente mais recreativo e descontraído para a criança, o que é bem diferente do que foi encontrado em algumas literaturas: o dia de visita como um transtorno sem finalidade para a criança (Bartlett; Trotter, 2019; Cunico; Strey; Brandelli Costa, 2020; Foster, 2019; Oldrup, 2018).

Porém, o uso desses jogos e brinquedos nem sempre está presente no dia da visita. Aparentemente, eles ficam guardados e somente são disponibilizados em ocasiões especiais, como no Dia das Crianças ou em reuniões mensais de família:

R4: É, os brinquedos estão lá no semiaberto, então eles estão guardados, o que eu brinco ali com minha filha ali, é amarelinha que a gente pintou ali, eu pulo com ela amarelinha.

P: Vocês pintaram a amarelinha no chão, foi iniciativa de quem?

R4: Olha, é, nem sei direito como que surgiu, eu sei que eu tava no meio da ideia sabe, e aí a gente tava com a ideia de pintar a amarelinha no chão, deu a ideia de pintar pros meninos brincar, e acabou que um dia o D\*\*\* pintou (Recuperando 4).

Por mais que os brinquedos não sejam frequentemente disponibilizados, os próprios recuperandos tomaram a iniciativa de proporcionar atividades lúdicas para as crianças. Eles fizeram uma amarelinha no chão do pátio onde ocorrem as visitas. Isso manifesta a preocupação por parte deles em proporcionar momentos agradáveis para as crianças durante esses momentos. Por mais que atualmente os brinquedos estejam guardados e o espaço esteja pintado nas cores padrão do estabelecimento, a flexibilidade de interação é o diferencial entre a APAC e as alternativas do sistema comum (Bartlett, 2018; Brookes, 2018; Oldrup, 2018; Parkes; Donson, 2018).

Pelos depoimentos, a liberdade que os recuperandos têm para interagir com seus filhos mostra que a falta de qualidade do ambiente prisional em relação à visita, pelo menos na APAC, não tem se tornado uma barreira para os relacionamentos e contatos com familiares (Brasil, 1984; Brasil, 2002).

Isso aponta que algumas partes da visita infantil assemelham-se com as do sistema prisional comum no que tange às finalidades, mesmo que as crianças não possuam atividades direcionadas para a promoção da interação parental. Por mais que a administração da APAC tenha investido em brinquedos, a finalidade da compra era o entretenimento infantil, e não a promoção da interação (Bartlett, 2018; Brookes, 2018; Oldrup, 2018; Parkes; Donson, 2018).

Por mais que não haja fisicamente uma estrutura adequada, a necessidade do brincar está sendo suprida nas visitas, pois os recuperandos e as crianças inventam e reinventam as formas de brincar. Dessa forma, a liberdade de interação entre eles mostra que a falta de qualidade do ambiente destinado ao dia de visita não se tornou uma barreira para os relacionamentos e os contatos com familiares.

Assim sendo, percebe-se pelos relatos da literatura que a precariedade das visitas prisionais para as crianças está muito mais ligada ao tratamento a elas e à falta de liberdade de interação do que com o ambiente físico em si.

#### 4.2.2 A festa do Dia das Crianças

Outra estratégia citada pelos funcionários e recuperandos foi a festa do Dia das Crianças, que faz parte do calendário de eventos da APAC e conta com a presença das famílias:

Tem o dia das crianças! (Funcionária 1).

[...] teve uma festa das crianças, que teve aqui, ela não queria ir embora não ué, a festa das crianças que teve aqui, ela não queria ir embora não, queria ficar ué. [...] Tinha pula-pula, piscina de bolinhas, ‘teve’ bolo, cachorro-quente, pipoca. [...] tudo ali “descontraindo” ela, assim, entendeu. (Recuperando 1).

[...] o dia das crianças que teve aí, eles, eles é contrataram piscina de bolinha, pula, pula, máquina de algodão doce, então, na durante a visita não teve nem mesa e cadeira, como de costume, foram só cadeira assim que ficaram espalhadas, o pessoal tomar conta das crianças mesmo, então teve bolo, rô/ rosa e azul pras crianças [...]. então é assim, propicia um melhor ambiente, é melhor pra eles, tanto pra eles quanto pra gente, porque a gente dá valor, puxa vida olha só minha família, da meus filhos, sei lá, sobrinhos, na época que, tinha sobrinho que foi, liberaram trazer outras crianças, né, liberou além dos filhos, então veio primos, sobrinhos, no meu caso, só veio minha filha mesmo, mas aí de outras famílias vieram outras crianças, e aí é, [...] os caras ficam refletindo, poxa vida, olha só, eu tô preso, pagando, cumprindo pena, mas eu tenho essa oportunidade de vivenciar isso daqui, o valor da minha família e ao mesmo tempo, as crianças se divertiam dentro das suas inocências (Recuperando 4).

A festa do Dia das Crianças é uma atividade de importante significado para os recuperandos, funcionários e principalmente para as crianças. Segundo uma das funcionárias entrevistadas, essa é uma data muito ansiada pelos recuperandos, pois é que funciona como uma forma de retribuir o carinho da família.

A partir dos relatos, pode-se constatar o quão satisfeitos os recuperandos ficam em ver as crianças se divertirem. Além de fazer com que eles se sintam importantes para os (as) filhos (as) no momento da brincadeira, faz com que eles reflitam sobre a importância do bem-estar da criança. E são estes os propósitos do brincar: estabelecer trocas sociais e fortalecer as relações afetivas, integrar os pais, filhos e comunidade, além de possibilitar que os pais observem as brincadeiras dos filhos e os conheçam melhor (Kishimoto, 2017; Ineth, 2017).

Essa estratégia, no entanto, tem como objetivo apenas promover uma data comemorativa para as crianças, e não se relaciona diretamente com a promoção da interação parental, como fica explicitado na fala de uma das funcionárias:

É pensado na visita como um todo, mas tenta tornar um espaço mais agradável. Só a festa das crianças que é pensado diretamente para elas (Funcionária 1).

Essa resposta da funcionária levou-a a refletir sobre a falta de atividade para o público infantil e para a interação parental. Então, após a entrevista, solicitou que eu continuasse na

sala para conversarmos sobre a elaboração de um plano de trabalho para fortalecimento de vínculo entre recuperandos e filhos, alegando que precisava de alguém da área da infância para melhor elaborar o plano.

A solicitação de ajuda por parte de um dos funcionários da APAC evidencia que há uma preocupação da administração com a promoção do fortalecimento de laços afetivos entre recuperandos e filhos e/ou filhas.

Pode-se considerar o brincar junto entre pais e filhos e/ou filhas um momento propício para fortalecimento de vínculos, pois nesse momento eles estão em intensa interação afetiva, o que funciona como uma forma de suporte emocional e fortalece a conexão entre as partes, constituindo um pilar para a manutenção da convivência familiar.

#### **4.3 Prática da paternidade: a qualidade da convivência familiar mediada pelo brincar**

A convivência familiar é uma relação que envolve interação física e afetiva entre as pessoas de um mesmo grupo familiar em um ambiente comum através de atividades cotidianas de cuidado. Essa relação promove os sentimentos de acolhimento, segurança e proteção entre os membros. Assim, o principal objetivo das políticas de convivência familiar é o de promover a construção e o fortalecimento de vínculos.

“Vínculo”, para Zimmerman (2010, p. 21),

tem sua origem no étimo latino “vinculum”, o qual significa uma união, com as características de uma ligadura, uma atadura de características duradouras. Da mesma forma, vínculo provém da mesma raiz que a palavra “vinco” (com o mesmo significado que aparece, por exemplo, em ‘vinco’ das calças, ou de rugas, etc.), ou seja, este termo alude a alguma forma de ligação entre as partes que estão unidas e inseparáveis, embora elas permaneçam claramente delimitadas entre si.

Desse modo, o vínculo humano é uma ligação, um laço ou uma conexão simbólica com significados emocionais e relacionais entre duas ou mais pessoas. Para que sejam fortes e transmitam uma relação de segurança, é necessário que as partes envolvidas assumam o compromisso de promover as necessidades básicas e emocionais umas às outras, como cuidado físico, afeto, amparo e respeito, para a promoção da saúde e bem-estar do grupo familiar. O estabelecimento de vínculos seguros torna a relação familiar mais saudável (Veríssimo, 2017).

Como já discorrido no capítulo II, uma forma de promover a interação familiar com qualidade e de maneira efetiva é o ato do brincar junto entre pais, filhos e/ou filhas. Esse será o próximo ponto abordado nesta dissertação.

#### 4.3.1 A qualidade da convivência familiar mediada pelo brincar

Os depoimentos dos recuperandos entrevistados mostram como a convivência familiar durante as visitas foi modificada pelo brincar:

R1: [...] tem um momento pra mim brincar com ela, eu brinco com ela, [...] ((risos)) [...] brinco mais, mudou muito sim tá, que diferente quando lá no presídio tinha lá, às vezes, brincar, assim, tipo, lá não tem nada nem pra brincar, aí acabava, que tipo assim, ela nem queria ir, porque ela ficava só sentada lá comigo, sentada lá, acabava que ela nem queria ir, aqui não, ela já vem, já brinco com ela, o pessoal chega, brinca, abraça ela também, brinca com ela, e tem um brinquedo pra ela brincar, assim, ela começa a correr, fica “intertida”, entendeu, ahh, ela fica até querendo voltar (Recuperando 1).

R2: Ela fica muito prazerosa, fica alegre, tipo assim, ela fica tão focada tanto na brincadeira, que às vezes, quando eu saio de perto, assim, ela fica me procurando, entendeu?

P: Que legal! Então isso acaba melhorando a relação?

R2: Sim, melhora, melhora muito [...] é, quando ela, tipo assim, ela vê, quando na piscina de bolinhas, ela pulou em uma piscininha de bolinha, pula-pula, ela pulando e eu perto assim, ela pulando e me chamando eu, me mostrando, aí quando eu saí, assim, aí ela foi perto da piscina de bolinha, aí ‘ne’ eu olhar assim, tava caçando eu pra todo lado, e eu tipo assim, ela sentiu aquela falta de eu tá ali vendo ela brincar ali, aí ela falando assim “Papaizin vem aqui”, eu tô participando da brincadeira né (Recuperando 2).

As falas dos recuperandos mostram que houve melhora na qualidade da relação entre eles e os filhos e filhas após a presença do brinquedo e das brincadeiras. No entanto, por mais que eles afirmem que houve essa elevação na qualidade da relação parental, fica evidente que alguns deles enxergam o brincar como uma forma de entretenimento para a criança, e não como estreitamento de laços.

Segundo Borges (2008), essa idealização do brincar como apenas entretenimento infantil deve-se à questão de os adultos não serem culturalmente treinados para o brincar com a criança, existindo algum receio ou vergonha nessa ação. Além disso, se deve ao fato de eles estarem no processo de tornarem-se pais, pois as relações familiares entre pais presos e filhos visitantes são constituídas, na maioria das vezes, por vínculos afetivos fracos, e isso dificulta a convivência familiar (McCarthy; Adams, 2019).

A reflexão que finaliza este subtópico é a de que os pais precisam reconhecer o brincar como uma oportunidade de fortalecimento de vínculos afetivos entre eles e seus filhos e/ou filhas. Por isso, é necessário que eles sejam levados a uma tomada de consciência sobre essa importância, visto que social e culturalmente o brincar não é considerado coisa de adulto.

#### 4.3.2 Prática da parentalidade no brincar em dias de visita

Este subtópico se debruçará sobre a dinâmica da prática da parentalidade exercida pelos recuperandos em dia de visita.

A parte prática da parentalidade é o aqui e o agora em um espaço-tempo no qual acontece a interação, e é onde se revela o tipo e a qualidade da relação parental (Zorning, 2010). A seguir, está descrito um recorte das cinco observações feitas da interação durante um momento de brincadeiras entre pais e filhos e/ou filhas.

Das cinco interações observadas, apenas dois recuperandos demonstram sensibilidade para brincar com seus filhos e/ou filhas.

[...] Sentados à mesa, pai, mãe, 1 filha (criança observada) e 1 filho (adolescente) conversam uns com os outros, enquanto manipulam peças do jogo (banco imobiliário) que está sob a mesa. O pai pega a caixa do jogo e começa a ler as regras em voz alta, o restante dos membros da família em silêncio olham para o pai. [...] O filho adolescente inicia a partida e em seguida sua irmã joga. [...] A mãe faz sua jogada. O pai faz sua jogada e solta uma breve gargalhada ao ganhar a rodada [...] (Recuperando 3).

A criança vai até o local onde estão localizados dois caixotes de feira, pintados e cheios de jogos manipulativos. Ela pega um quebra-cabeça e leva para a mesa onde estão seu pai e familiares sentados comendo jabuticaba, refrigerante e bolo [...] O pai recebe da mão da filha a caixa com o jogo. Coloca-o na mesa e senta sua filha em seu colo. Os adultos que estão na mesa começam a separar as peças para começarem a encaixar, [...] O pai se levanta e começa a recolher os objetos que estão sobre a mesa para abrir espaço para separar as peças, deixando apenas os alimentos sobre a mesa [...] (Recuperando 4).

Por mais que nos depoimentos os recuperandos afirmem a melhora na qualidade da relação parental, como discutido no subtópico anterior, as anotações das observações demonstram que isso é uma realidade de poucas famílias. De modo geral, o brincar pouco afetaria a interação familiar.

Isso se dá porque o brincar está ligado ao tipo de vínculo familiar que cada recuperando tem com seus filhos e/ou filhas, ou seja, leva em conta se são vínculos fortes, fracos ou ainda em reconstrução. Outro fator que interfere é a frequência com que cada recuperando recebe visita. Apesar disso, esses são fatores que podem estar relacionados ou não, o que demanda um aprofundamento maior.

Uma possível explicação para isso é a de Buston (2018), que defende que existe no sistema prisional a cultura machista de que o homem que se envolve em brincadeiras infantis tende a ser rotulado como fragilizado por realizar atividades não relacionadas com sua

imagem de homem forte e treinado para lutar. Nessa perspectiva, então, o brincar é uma ação fútil que minimiza o sujeito. Essa estigmatização afeta diretamente a convivência familiar, pois não abre espaço para as especificidades da criança de interagir através do brincar (Bartlett; Trotter, 2019; Buston, 2018).

A pouca abertura para as especificidades infantis torna o que era para ser um momento de manutenção ou melhoramento da convivência familiar um tempo inútil para a quase totalidade das crianças. Uma questão que impede que o homem preso compreenda necessidade da visita infantil é a falta de consciência de que ela existe para sanar a necessidade da criança. Segundo Oldrup (2018), é dado que as agendas e programações de visitas ocorrem em torno das necessidades dos presos em receber a visita familiar, criando um tipo de egocentrismo: as visitas servem para conectá-los com o mundo fora do presídio, com suas vontades e necessidades pessoais, desconsiderando a necessidade dos visitantes.

Assim, eles enxergam o brincar no dia de visita como uma forma de manter a criança entretida e ocupada (Borges, 2008), enquanto eles sanam suas demandas pessoais de informações extra presídio e afetuosas com suas companheiras e familiares.

Dessa forma, é preciso que o próprio sujeito tome consciência da necessidade de se tornar um pai brincante. Passando assim, é necessário compreender o brincar de maneira intencional, no sentido de promover diversão e afeto, seja por intermédio de jogos, seja com uso de brinquedos, seja por brincadeiras desestruturadas sem uso de objetos, como algo primordial para a criança, e que produz benefícios para a manutenção dos vínculos saudáveis (Borges, 2008). Além disso, a convivência familiar estabelecida na visita também é direito da criança, já que ela está ali não para suprir a necessidade do adulto em ter a manutenção de seus laços, mas sim a dela (Brasil, 1988; 1990). Nas palavras de Borges (2008, p. 125),

O que é preciso lembrar é que brincar com a criança é diferente de ser a criança. E é isso que inibe alguns pais: eles até querem brincar, mas não foram educados para isso e têm algum tipo de receio ou vergonha. O governo, por exemplo, deveria subsidiar projetos neste sentido. Projetos e ações com o objetivo de ensinar os pais a regredir à sua infância e retornar à vida adulta enquanto se relaciona com a criança que tem diante e dentro de si, sem romper a magia que sustenta a brincadeira, mostrando interesse pelos feitos e gestos da criança, encorajando-a a ser ela mesma.

O ECA dispõe, em seu art. 16, parágrafo IV, que toda a criança tem o direito à liberdade de “brincar, praticar esportes e divertir-se”. Conforme Borges (2008, p. 125),

A sociedade e o poder público devem esforçar-se para favorecer o exercício pleno desse direito. E se a criança precisa dos pais e se os pais querem o melhor para seus filhos, o direito de brincar deve ser assegurado a todos os cidadãos durante toda sua vida”.

Acrescenta-se, ainda, que o brincar deve acontecer em todo e qualquer lugar, em casa, na rua, na escola e até mesmo no presídio, pois essa prática é essencial para o desenvolvimento infantil, servindo como uma valiosa ferramenta para a interação familiar e o fortalecimento de vínculos entre pais e filhos e/ou filhas.

#### 4.3.3 A relação parental em dia de visita

As análises a seguir são referentes à convivência familiar entre pais e filhos durante as brincadeiras. Os critérios usados para analisar os dados da observação foram os eixos da relação parental segundo o modelo de Zorning (2010), organizados nas seguintes categorias: 1) transmissão de regras e valores; 2) experiência da parentalidade; e 3) prática da parentalidade. Os resultados foram interpretados a fim de averiguar se o brincar promove a interação e a modificação da relação parental no dia de visita.

##### 4.3.3.1 Laços de parentesco, transmissão de regras e valores

Os recuperandos exercem a responsabilidade de serem pais quando ensinam seus filhos regras de boa conduta no momento da visita, os orientam a agirem em cooperação e demarcam a função simbólica de autoridade sobre eles. O trecho abaixo demonstra isso:

A criança vai até o local onde estão localizados dois caixotes de feira, pintados e cheios de jogos manipulativos. Ela pega uma caixa com jogo e vai em direção à mesa onde encontra seu pai e familiares sentados. Ao chegar em frente à mesa com a caixa nas mãos, ela para e fica de pé ao lado do pai e coloca a caixa sobre a mesa. Ele, de braços cruzados sobre a mesa, olha para a caixa, franze a testa e diz: “leva a caixa pra lá, tá ocupando espaço.” A criança sai do local levando a caixa consigo e senta-se no chão [...] (Recuperando 2).

No momento em que o recuperando reprime a presença da criança com o brinquedo na mesa, nenhum dos outros adultos manifesta atitude de reprovação com relação à ação do pai. E, além disso, a própria criança não esboça nenhuma ação de resistência; logo que recebe a ordem, cumpre imediatamente sem qualquer questionamento, mostrando a figura de autoridade que o pai representa para ela (Zorning, 2010).

A seguir, alguns fragmentos das anotações da observação da interação parental do recuperando 3.

[...] O pai pega a caixa do jogo e começa a ler as regras em voz alta, o restante dos membros da família em silêncio olham para o pai [...] O pai diz ao filho: - “Ajuda sua irmã a escolher um jogo mais fácil.” Os dois filhos se levantam da mesa. O filho leva em suas mãos o jogo e sua irmã o acompanha. Os pais continuam sentados conversando (Recuperando 3).

Os fragmentos mostram que assim que as crianças chegam à mesa com o jogo, o pai é quem recebe e lê as regras em voz alta, enquanto os demais ouvem em silêncio. Essa sequência de atitudes demarca bem a função simbólica do pai como autoridade do grupo familiar. E quando o pai ordena que a criança acompanhe a outra, e assim ela faz, evidencia-se a submissão dos filhos diante da figura paterna (Badinter, 1985).

O próximo registro de interação parental mostra mais uma vez a figura do pai enquanto autoridade:

A criança vai até o local onde estão localizados dois caixotes de feira, pintados e cheios de jogos manipulativos. Ela pega um quebra-cabeça e leva para a mesa onde estão seu pai e familiares sentados comendo jabuticaba, refrigerante e bolo [...] O pai recebe da mão da filha a caixa com o jogo. Coloca-o na mesa e senta sua filha em seu colo. Os adultos que estão na mesa começam a separar as peças para começarem a encaixar, [...] O pai se levanta e começa a recolher os objetos que estão sobre a mesa para abrir espaço para separar as peças, deixando apenas os alimentos sobre a mesa. Ele sai em direção ao dormitório levando os objetos [...] (Recuperando 4).

Nesse trecho, assim como no anterior, vê-se que a criança dirige ao pai o brinquedo. E, quando ele coloca o brinquedo sobre a mesa, automaticamente, os membros adultos, duas mulheres, começam a separar as peças sem fazerem nenhuma oposição. Assim, mais uma vez, a ação do pai é compreendida como superior (Badinter, 1985; Zorning, 2010).

No próximo trecho, foi registrado um momento de conflito vivenciado durante a observação da interação parental do recuperando 5.

A criança vai até o local onde estão localizados dois caixotes de feira, pintados e cheios de jogos manipulativos, se senta no chão, longe da mesa dos pais, [...] Ele começa a brincar de espalhar os jogos, abrindo todas as caixas e jogando no chão, bem em cima da brincadeira das outras crianças. Os pais de longe observam a atitude dele. O pai se levanta, vai até onde ele está, fica agachado ao seu lado e diz: *“se você não brincar direito, vou te levar para a mesa”*. A criança olha na direção dos brinquedos enquanto ele fala e solta um grito: *“AAAAAA”*. O pai se levanta e volta para a mesa. A criança continua a executar a mesma ação [...] (Recuperando 5).

Nesse momento de conflito, o progenitor que intervém durante a ação da criança é o pai, enquanto a mãe observa de longe. O pai aborda a criança com uma expressão autoritária e ela responde com a mesma intensidade, o que mostra os tipos de valores construídos em seu comportamento diante das atitudes da figura paterna (Zorning, 2010).

De modo geral, percebe-se pelos registros que, neste eixo da parentalidade, fica evidenciada a figura do pai como autoridade superior dentro da relação familiar. Essa percepção deve-se ao fato de os recuperandos acreditarem que a relação parental entre eles e seus filhos e/ou filhas estão fundamentadas na ideia de autoridade e transmissões de valores, crenças e regras. Uma possível explicação está no fato de a construção social do homem ser a de dominante sobre a vida da família, fundamentando o vínculo parental na autoridade e submissão (Badinter, 1985; Cunico; Strey; Brandelli Costa, 2020; Zorning, 2010).

#### 4.3.3.2 Experiência da paternidade

Esse eixo trata de como os recuperandos cumprem seu papel pais. Cada um deles demonstrou uma forma de interação com o filho e/ou filha diferente, como pode ser notado nos registros a seguir:

R1: [...] O pai está de costas para o local onde a criança se encontra sentada [...].

R2: [...] O pai permanece na mesa conversando com os outros familiares adultos. O seu olhar é sempre voltado para o adulto com quem conversa. Durante o tempo de observação, em nenhum momento ele olhou em direção a criança, enquanto brincava.

R3: Sentados à mesa, pai, mãe, 1 filha (criança observada) e 1 filho (adolescente) conversam uns com os outros [...].

R4: [...] O pai recebe da mão da filha a caixa com o jogo. [...] O pai se levanta e começa a recolher os objetos que estão sobre a mesa para abrir espaço para separar as peças [...].

R5: [...] Os pais conversam entre si e não olham a criança a andar pelo espaço.

Percebe-se que alguns dedicam atenção e reciprocidade às demandas das crianças quando demonstram interesse nas brincadeiras. Outros ignoram a atenção e a interação com a criança. Essas atitudes mostram existir uma variedade de tipos de vínculos entre os recuperandos e filhos e/ou filhas. De acordo com McCarthy e Adams (2019), o tipo de vínculo entre pais e filhos e/ou filhas antes do aprisionamento paterno influencia na relação familiar durante a visita. Em entrevista, o funcionário 1 afirma que “[...] Infelizmente são vínculos fracos, por isso precisamos de ajuda externa para fortalecer”, esclarecendo que grande parte deles necessita de reconstrução afetiva. Já outros recuperandos demonstram vínculos fortes ou em reconstrução.

#### 4.3.3.3 Prática da parentalidade

Neste eixo, é analisada a forma com que cada recuperando interage com seus filhos e/ou filhas em momentos de cuidado, de intervenção em atitudes que eles desaprovam ou de exercício de autoridade sobre eles. Esses modos de atitudes desempenhados pelos pais recebem o nome de tipo de estilo parental, que é a forma como os pais educam e acolhem os seus filhos dentro de um padrão de atitudes que visam à transmissão de regras, normas e tratamentos (Benchaya *et al.*, 2011). Eles estão exemplificados nos fragmentos das observações registrados a seguir.

R1: [...] sai em direção à mesa onde o pai está sentado. Ele a pega nos braços, [...] começa a tirar seus sapatos trocando por chinelos, pois é um dia quente. Depois pega um copo e lhe dá de beber (Recuperando 1).

Considerou-se que esse recuperando demonstra muito afeto e poucas exigências de limites e regras. Essa constatação veio da análise geral da observação, que mostrou que ele não faz nenhuma imposição de regras ou exigência à criança (Benchaya *et al.*, 2011). Uma possível explicação para esse conjunto de atitudes pode estar ligada ao tipo de relação construída antes do aprisionamento, pois, segundo esse recuperando, ele não tinha convivência diária com a filha por não haver vínculo afetivo com a mãe.

Esse mesmo estilo parental é visto na interação entre o recuperando 4 e sua filha, como se vê a seguir.

R4: [...] Coloca-o na mesa e senta sua filha em seu colo. O pai retorna à mesa, observa a filha a guardar as peças (Recuperando 4).

O recuperando 4 demonstra muito afeto por sua filha, o que ficou nítido durante as observações. Ele não fez nenhuma exigência ou questionou as ações da criança (Benchaya *et al.*, 2011). Assim como no primeiro caso observado, ele não possui ligação de vínculos afetivos com a mãe da criança.

O próximo fragmento de observação é o da interação entre o recuperando 2 e sua filha.

R2: [...] Ele de braços cruzados sobre a mesa, olha para a caixa, franze a testa e diz: “leva a caixa pra lá, tá ocupando espaço.” A criança sai do local levando a caixa consigo [...] (Recuperando 2).

Pela atitude de não demonstrar interesse pela solicitação de interação, isso parece demonstrar que ele tem pouco afeto pela filha e alto nível de exigências (Benchaya *et al.*, 2011).

Esse conjunto de ações também é percebido na interação entre o recuperando 5 e seu filho, como se vê no trecho abaixo.

R5: [...] Ele, (a criança) começa a brincar de espalhar os jogos, abrindo todas as caixas e jogando no chão, bem em cima da brincadeira das outras crianças. [...] O pai se levanta e volta para a mesa. A criança continua a executar a mesma ação. Ele se levanta vai até a mesa onde estão seus pais, pega uma garrafinha de refrigerante e um pacote de biscoito e começa a comer enquanto anda pelo pátio. [...] A criança volta para o lugar onde estão os jogos espalhados e derruba refrigerante sobre eles. Um recuperando se levanta, pega um pano, seca e pede à criança para ter cuidado (Recuperando 5).

Esse recuperando apresentou pouco interesse pelas atividades do filho, aparentando pouca responsividade, afeto e controle. Isso fica destacado no momento em que ele observa o filho espalhar novamente todos os brinquedos e não exige que a criança mude a ação (Benchaya *et al.*, 2011).

Já o próximo fragmento de observação é da interação do recuperando 3, que apresenta práticas parentais distintas dos demais analisados.

R3: [...] Toda família sorri e uma nova partida se inicia. Eles bebem refrigerante e comem biscoito [...] O pai diz ao filho: - “Ajuda sua irmã a escolher um jogo mais fácil” [...] (Recuperando 3).

Nesse caso, pode ser visto na prática que, ao mesmo tempo em que o pai demonstra afeto e apoio, também coloca limites e faz exigências (Benchaya *et al.*, 2011). Esse recuperando, antes do aprisionamento, manteve convivência direta com o filho, a filha e a esposa, demonstrando que o vínculo afetivo e simbólico entre os membros da família não foi desfeito com a separação familiar.

Pode-se dizer, de modo geral, que os estilos parentais demonstrados pelos recuperandos podem ser uma tentativa de suprir a falta que eles sentem estar fazendo na vida dos filhos (as). Com isso, buscam compensar a sua ausência física por meio do afeto e da não exigência de cumprimento de normas e valores. Isso leva a entender que eles deixam as crianças brincarem livres como uma forma compensatória, tornando-se permissivos (Teixeira; Froes; Zago, 2006).

Para concluir este capítulo, cabe destacar que o ato do brincar, principalmente nos sistemas prisionais, é visto apenas como atividade infantil de entretenimento para suprir a

necessidade da criança, e a presença da criança no dia de visita serve para suprir a necessidade do preso de receber a visita. Assim, o brincar e a relação familiar são dissociados, o que suscita a necessidade de reflexão, já que o brincar entre pais e filhos (as) eleva o nível da qualidade da convivência familiar (Borges, 2008).

## CAPÍTULO V: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação aos resultados, conclui-se que a metodologia aplicada pela APAC é um diferencial na qualidade da relação parental. Por mais que esse tipo de relação, de forma direta, não seja alvo de intervenção, as possibilidades socioambientais a favorecem. Com isso, é necessário que essa metodologia ganhe visibilidade como alternativa para se pensar o sistema prisional, sobretudo no que diz respeito ao estabelecimento de vínculos a partir da qualidade da relação parental nas visitas infantis.

Além disso, observou-se que essa metodologia torna o estabelecimento uma realidade à parte do que se espera de um sistema prisional, onde há agressividade e vexação direcionadas aos visitantes, em destaque às crianças. Não foram encontrados, nem nos relatos dos recuperandos, nem nas observações, aspectos que demonstraram violação da integridade e dignidade física, psíquica, afetiva, emocional e moral das crianças visitantes, diferentemente do que pode ser encontrado em estudos sobre visitas infantis em estabelecimentos prisionais comuns. Esse fato sugere que as iniciativas propostas pela administração da APAC estão alinhadas com os direitos das crianças, porém ainda há necessidade de adequação do ambiente físico e das propostas das atividades com a finalidade de promover uma maior e mais fecunda relação parental, não apenas visando uma boa visita.

Também se constatou que, por mais que os recuperandos destaquem a melhora da interação parental por causa do brincar, as atitudes deles nos dias de visita demonstram que o brincar é uma forma de entreter a criança para que fiquem mais à vontade com os demais familiares, sendo a presença da criança no ambiente uma forma de suprir a sua vontade de receber a visita, e não de sanar a necessidade da criança de interagir com o pai.

Enfatiza-se que esta pesquisa apresenta uma limitação no que se refere ao baixo número de participantes, característico de uma pesquisa qualitativa. Sugere-se, para trabalhos futuros, um estudo de cunho quantitativo, com um percentual representativo de unidade APAC.

Outros temas que emergiram foram a qualidade da relação de filhos de pais presos com suas mães e os possíveis efeitos sobre os vínculos, o brincar das crianças com seus pais em dia de visita prisional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Neuma. **Observando Participante e “Survey”**: uma experiência de conjugação. *In*: NUNES, Edson de Oliveira. *A aventura sociológica: objetividade, paixão, imprevisto e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 125–151.
- ANDRADE, Durval Ângelo. **APAC: a face humana da prisão**. Durval Ângelo Andrade. 4. ed. amp. Belo Horizonte: O Lutador, 2014.
- ANDRADE, Fabrício Fontes de. Desfamiliarização das políticas sociais na América Latina: uma breve análise dos sistemas de proteção social na região. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 31, ago./dez. 2009. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/228499088.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.
- APAC. **Associação de Proteção e Assistência aos Condenados**. Disponível em: <https://apacviciosa.com.br/>. Acesso em: 27 jan. 2023.
- ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. **Cárceres imperiais: a casa de correção do Rio de Janeiro. Seus detentos e o sistema prisional no Império, 1830-1861**. Campinas, SP: [s. n.], 2009.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.
- ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS – APAC. **Regulamento Disciplinar dos Centros de Reintegração Social Dr. Franz de Castro Holzwarth**. Itaúna/MG, mar. 2014. Disponível em: [http://www.criminal.mppr.mp.br/arquivos/File/ExecucaoPenal/Material\\_de\\_Apoio/APAC/Regulamento\\_Disciplinar\\_APACs.pdf](http://www.criminal.mppr.mp.br/arquivos/File/ExecucaoPenal/Material_de_Apoio/APAC/Regulamento_Disciplinar_APACs.pdf). Acesso em: 16 set. 2023.
- AQUINO, Yuri Alvarenga Maringues de; AZEVEDO, Lucas Frederico Viana. O cárcere e a Assembleia Legislativa Provincial Mineira (1835–1889). **Revista Direito GV** [online], [s. l.], v. 14, n. 3, p. 958–985, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/2317-6172201836>.
- BADINTER, Elisabeth. **Um Amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. Disponível em: [http://www.redeblh.fiocruz.br/media/livrodigital%20\(pdf\)%20\(rev\).pdf](http://www.redeblh.fiocruz.br/media/livrodigital%20(pdf)%20(rev).pdf). Acesso em: 30 jan. 2023.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BARROSO, Ricardo. G; MACHADO, Carla. **Definições, dimensões e determinantes da parentalidade**. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.
- BARTLETT, T. S. Supporting incarcerated parents: An exploration of research and practice in Victoria, Australia. **Probation Journal**, [s. l.], v. 66, n. 2, p. 201–218, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0264550518820115>. Acesso em: 9 jun. 2021.

BARTLETT, Tess S; TROTTER, Christopher J. Did We Forget Something? Fathering Supports and Programs in Prisons in Victoria, Australia. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, [s. l.], v. 63, n. 8, p. 1465–1481, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0306624X19828575>. Acesso em: 11 jun. 2021.

BENCHAYA, Mariana C; BISCH, Nadia K; MOREIRA, Taís C; FERIGOLO, Maristela BARROS, Helena M. T. Pais não autoritativos e o impacto no uso de drogas: a percepção dos filhos adolescentes. **J. Pediatr.** [Internet], Rio de Janeiro, v. 3, n. 87, 2011.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 24 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BÍBLIA. Exôdo. Português. *In*: **A Bíblia sagrada**: antigo e novo testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969. p. 70–123.

BÍBLIA. *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/biblia/>. Acesso em: 2 maio 2022.

BORGES, Ana Lucia Araújo. A criança, o brincar e a interação entre pais e filhos. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 7, p.120–126, 2008. Disponível em: [http://www.comunidade.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/crianca\\_brincar\\_pais\\_filhos.pdf](http://www.comunidade.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/crianca_brincar_pais_filhos.pdf). Acesso em: 5 fev. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **DEPEN**. Departamento Penitenciário Nacional. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br>. Acesso em: 23 nov. 2021.

BRASIL. [Estatuto da Criança e do Adolescente]. **Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. [Lei de execução Penal]. **Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Presidência da República, [1984]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm). Acesso em: 25 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRAZELTON, T. Berry; GREESPAN, Stanley I. **As necessidades essenciais das crianças**: o que toda criança precisa para crescer, aprender e se desenvolver. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BROOKES, Loren. Why we need to listen to children of prisoners. **Eur. J. Educ.**, [s. l.], v. 53, n. 3, p. 271–274. 2018. Disponível em: <https://doi.org.ez35.periodicos.capes.gov.br/10.1111/ejed.12278>. Acesso em: 16 jun. 2021.

BUSTON, Katie. Recruiting, Retaining and Engaging Men in Social Interventions: lessons for implementation focusing on a prison-based parenting intervention for young incarcerated fathers. **Child Care in Practice.**, [s. l.], v. 24, n. 2, p. 164–180, fev. 2018.

CAMARGO, José A. O direito à integridade psicofísica nos direitos brasileiro e comparado. **Revista da SJRJ**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 261–284, 2009. Disponível em: <https://www.jfrj.jus.br/sites/default/files/revista-sjrj/arquivo/43-159-2-pb.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

CARNUT, Leonardo; FAQUIM, Juliana. Conceitos de família e a tipologia familiar: aspectos teóricos para o trabalho da equipe de saúde bucal na estratégia de saúde da família. **J. Manag. Prim. Health Care**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 62–70, 2014. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2017/10/4-CARNUT-Leonardo-FAQUIM-Juliana.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2023.

CARVALHO, Leticia Cardoso de; RODRIGUES, Renata Lopes Cardoso; PINTO, Karla Freitas Alves. Brinquedoteca Ressocializadora: recuperando através da ludicidade. In: SAKAMOTO, Cleusa Kazue; CAMPOS, Maria Célia Malta. **Brincar, cuidar e educar** [livro eletrônico]: pesquisas e experiências em brinquedotecas e espaços lúdicos. São Paulo: Gênio Criador, 2021. v. 1. p. 193–203.

CASTANHEIRA, M. L. **Aprendizagem contextualizada**: discurso e inclusão na sala de aula. Belo Horizonte: Ceale: Autêntica, 2004.

CIEMA. **Centro Internacional de Estudos do Método APAC**. Disponível em: <https://ciemavirtual.com.br/>. Acesso em: 2 maio 2023.

CORDAZZO, Scheila Tatiana Duarte; VIEIRA, Mauro Luís. A brincadeira e suas implicações nos processos de aprendizagem e de desenvolvimento. **Estud. pesqui. psicol.** [online]., [s. l.], v. 7, n. 1, p. 92–104, 2007. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812007000100009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812007000100009&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 1 dez. 2023.

CUNICO, Sabrina Daiana; STREY, Marlene Neves; BRANDELLI COSTA, Ângelo. The implication of deprivation of freedom on fathering: a qualitative study. **Cienc. Psicol.**, Montevideo, v. 14, n. 1, e2192, 2020. Disponível em [http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1688-42212020000102211&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-42212020000102211&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 4 abr. 2021.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009.

DURAN, Álvaro Pacheco. Interação social: o social, o cultural e o psicológico. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 3, p. 1–8, dez. 1993. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X1993000300](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1993000300). Acesso em: 16 fev. 2023.

FBAC. **Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados**. Disponível em: <http://www.fbac.org.br/index.php/pt/institucional/institucional>. Acesso em: 27 jan. 2023.

FOSTER, Rebecca. Doing the Wait’: an exploration into the waiting experiences of prisoners’ families. **Time & Society**, [s. l.], v. 28, n. 2, p. 459–477, 2019. Disponível em: <https://doi-org.ez35.periodicos.capes.gov.br/10.1177/0961463X16633235>. Acesso em: 12 abr. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREITAS, André Guilherme Tavares de. O Direito à Integridade Física e sua Proteção Penal. **Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro**, [s. l.], n. 59, p. 33–59, 2016. Disponível em: [https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1275172/Andre\\_Guilherme\\_Tavares\\_de\\_Freitas.pdf](https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1275172/Andre_Guilherme_Tavares_de_Freitas.pdf). Acesso em: 30 jan. 2023.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOUVÊA, Maria C. A Construção Do “Infantil” na Literatura Brasileira. **Revista Teias**, ProPEd/UERJ, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 2016. Disponível em: <http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23848/16821>. Acesso em: 18 set. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALL, Lauren Jay; BEST, David; OGDEN-WEBB, Clare; DIXON, Jacqui; HESLOP, Rob. Building Bridges to the Community: the Kirkham Family Connectors (KFC) Prison Program. The Howard, **Journal of Crime and Justice**, [s. l.], v. 57, n. 4, p. 518–536, 2018. Disponível em: <https://doi-org.ez35.periodicos.capes.gov.br/10.1111/hojo.12289>. Acesso em: 15 jun. 2021.

HASKINS, Anna R; AMORIM, Mariana; MINGO, Meaghan. Parental incarceration and child outcomes: those at risk, evidence of impacts, methodological insights, and areas of future work. **Sociology Compass**, [s. l.], v. 12, n. 3, p.1–14, 2018. Disponível em: <https://doi-org.ez35.periodicos.capes.gov.br/10.1111/soc4.12562>. Acesso em: 9 abr. 2021.

INETH, Bruna de Sousa Silva. **A importância da brinquedoteca no espaço do centro de recuperação penitenciário do Pará II – CRPP II**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal Do Pará, Belém, 2017. Disponível em: [http://bdm.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/65/1/TCC\\_ImportanciaBrinquedotecaEspaco.pdf](http://bdm.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/65/1/TCC_ImportanciaBrinquedotecaEspaco.pdf). Acesso em: 5 set. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

JÁCOME, Paloma da Silva. **Criança e Infância: uma construção histórica**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2018. Disponível em: [https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFRN\\_22b5637a9a8437fb89253584c7626898](https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFRN_22b5637a9a8437fb89253584c7626898). Acesso em: 4 set. 2018.

JULIANO, Maria Cristina Carvalho; YUNES, Maria Angela Mattar. Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. *Ambient Soc.*, [s. l.], v.17, n. 3, p. 135-54, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/BxDVLkfcGQLGXVwnHp63HMH/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 30 abr. 2023.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedos, brincadeiras e a educação**. São Paulo: Cortez, 2017.

LABIAPARI, Plínio Augusto. **A organização do cárcere**: um estudo em uma unidade da APAC. 2018. 37 f. Monografia (Graduação em Administração) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018. Disponível em: <http://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/1324>. Acesso em: 12 out. 2018.

LAGOS, Leonardo Bas Galupe. O comitê de participação dos adolescentes do conanda como ferramenta de democratização da gestão pública. *In*: VERONESE, Josiane Rose Petry (Org.). **Lições de Direito da Criança e do Adolescente**: Porto Alegre: Editora Fi, p. 14–34, 2022. Disponível em: [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Licoes-de-Direito-da-Crianca-e-do-Adolescente%3Dv.2.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Licoes-de-Direito-da-Crianca-e-do-Adolescente%3Dv.2.pdf). Acesso em: 17 jan. 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAWRENZ, Priscila; ZENI, Luísa Cortelletti; ARNOUD, Thaís de Castro Jury; FOSCHIERA, Laura Nichele; HABIGZANG, Luísa Fernanda. Estilos, práticas ou habilidades parentais: como diferenciá-los?. *Rev. bras.ter. cogn.*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 02-09, jun. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.5935/1808-5687.20200002>. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-56872020000100002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872020000100002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 2 maio 2023.

LIMA, Márcia; PRATES, Ian. Desigualdades raciais no Brasil: um desafio persistente. *In*: ARRECHE, Marta (Org.). **Trajetórias das desigualdades**. Como o Brasil mudou nos últimos 50 anos. São Paulo: Editora da UNESP, 2015. p. 163-192.

LINHARES, Juliana Magalhães. **História social da infância**. Sobral: Inta, 2016.

LOCKWOOD, Kelly; LONG, Tony; LOUCKS, Nancy; RAIKES, Ben; SHARRATT, Kathryn. A double-edged sword: children's experiences of visiting a parent in prison in Scotland. *Probation Journal*, v. 69, n. 2, p. 159-176, 2022. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/02645505211025592>. Acesso em: 10 jun. 2022.

MACHADO, Nicaela Olímpia; GUIMARÃES, Issac Sabbá. A Realidade do Sistema Prisional Brasileiro e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. *Revista Eletrônica de Iniciação Científica*, Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 5, n. 1, p. 566-581, 1º trimestre de 2014. Disponível em: [www.univali.br/ricc](http://www.univali.br/ricc) - ISSN 2236-5044. Acesso em: 15 nov. 2023.

MARCHI, Rita. C; SARMENTO, Manuel. J. Infância, normatividade e direitos das crianças: transições contemporâneas. *Educação & Sociedade [on-line]*, [s. l.], v. 38, out./dez. 2017.

MARTIN, Jamie; PHANEUF, Shannon Womer. Family visitation and its relationship to parental stress among imprisoned parents. **The Prison Journal**, [s. l.], v. 98, n. 6, p. 738–759, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0032885518812107>. Acesso em: 15 abr. 2021.

MCCARTHY, Daniel; ADAMS, Maria. Can family-prisoner relationships improve during incarceration? Examining the primary caregivers of incarcerated young men. **The British Journal of Criminology**, [s. l.], v. 59, n. 2, p. 378–395, mar. 2019. Disponível em: <https://doi-org.ez35.periodicos.capes.gov.br/10.1093/bjc / azy039>. Acesso em: 1 dez. 2023.

MELO, Maria Gilsema Santos; FENNER, Paola Carvalho; ABAID, Josiane Lieberknecht Wathier; KRUEL, Cristina Saling. O cuidado ao bebê e a construção da parentalidade: o pai em foco. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 1–18, 2020.

MELO JUNIOR, Arlindo; MORAIS, Rogério. Estudo de caso como estratégia de investigação qualitativa em educação. **Ensaios Pedagógicos**. Sorocaba, vol.2, n.1, jan./abr. 2018, p.26-33.

MORAES, P. M. *et al.* Familismo e política social: aproximações com as bases da formação sócio-histórica brasileira. **Revista de Política Públicas da UFMA**, v. 24, p. 802–818, 2020. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/13675>. Acesso em: 05 de nov. 2023.

MORAES, Rafael. F. **O método APAC e a humanização do cumprimento das penas privativas de liberdade**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Faculdade Pitágoras, Londrina, 2017. Disponível em: <http://repositorio.pgskroton.com.br/bitstream/123456789/16393/1/RAFAEL%20FLAVIO%20DE%20MORAES.pdf>. Acesso em: 12 de out. 2018.

OLDRUP, Helene. Falling Out of Time: the challenges of synchrony for children with incarcerated fathers. **Child Soc**, [s. l.], v. 32, n. 1, p. 27–37, 2018. Disponível em: <https://doiorg.ez35.periodicos.capes.gov.br/10.1111/chso.12222>. Acesso em: 7 maio 2021.

OLERIANO, Eliseu dos Santos. **Especialização da criminalidade em Viçosa – MG: mapeamento, reflexões e uso do sig para o planejamento preventivo**. 2007.

PAPALIA, Diane; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento Humano**. 10. ed. Porto Alegre: AMGH, 2010.

PARKES, Aisling; DONSON, Fiona. Developing a Child’s Right to Effective Contact with a Father in Prison—An Irish Perspective. **Child Care in Practice**, [s. l.], v. 24, n. 2, p. 148–163, 2018. DOI: 10.1080/13575279.2017.1420039. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13575279.2017.1420039>. Acesso em: 23 maio 2021.

PEDRÃO, Murilo José. A pena sob a ótica do método APAC – Associação De Proteção E Assistência Ao Condenado. **Revista Intervenção, Estado e Sociedade**, Ourinhos, SP, v. 4, n. 1, p. 28–32, 2018. Disponível em: <http://revista.projuriscursos.com.br/index.php/revista-projuris/article/view/194/53>. Acesso em: 13 out. 2018.

PÖPPER, Janice Alen; DIAS, Jussara Marques de Medeiros. Contexto histórico do código do menor para o estatuto da criança e adolescente. **Anais do EVINCI-UniBrasil**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 389-389, 2016. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/anaisvinci/article/view/1777>. Acesso em: 8 fev. 2023.

REISHOFFER, Jefferson Cruz; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. O Regime Disciplinar Diferenciado e o Sistema Penitenciário Federal: A “reinvenção da prisão” através de políticas penitenciárias de exceção. **Revista Polis e Psique**, Porto Alegre, RS, v. 3, n. 2, p. 162-184, abr. 2014. ISSN 2238-152X. DOI: <https://doi.org/10.22456/2238-152X.43094>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/43094>. Acesso em: 29 set. 2021.

ROSEMBERG, Fúlvia; MARIANO, Carmem Lúcia Sussel. A Convenção Internacional Sobre os Direitos da Criança: debates e tensões. **Cadernos de Pesquisa**, [s. l.], v. 40, n. 141, p. 693–728, set./dez. 2010.

SILVA, Anderson Moraes de Castro e. Do império à república considerações sobre a aplicação da pena de prisão na sociedade brasileira. **Rev. Epos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, jun. 2012. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2178-700X2012000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2012000100004&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 18 ago. 2023.

SIMIANO, Luciane Pandini; VALENÇA, Vera Lúcia Chacon. O espaço da brinquedoteca e a produção de sentidos entre crianças. **Revista Teias**, v. 18, n. 48, 2017.

SIQUEIRA, Evandro Batista; JACOB, Kamila Gabriela; NUNES, Rodolfo Silveira. **Diagnóstico dos homicídios em Viçosa-MG**. 29º ENANGRAD – Gestão da Aprendizagem, p. 1-15, 2018. Disponível em: [https://www.laec.ufv.br/wp-content/uploads/803\\_DOC-20181018-WA0001.pdf](https://www.laec.ufv.br/wp-content/uploads/803_DOC-20181018-WA0001.pdf). Acesso em: 30 out. 2018.

SOUZA, Elizâni Lima de. **Assistência à saúde das mulheres em cárcere no Brasil**. A quantas anda essa realidade em Minas Gerais?. 2022. Monografia (Graduação em Serviço Social.) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2022.

TEIXEIRA, Alessandra. **Do sujeito de direito ao estado de exceção: o percurso contemporâneo do sistema penitenciário brasileiro**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-19032007-132607/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

TEIXEIRA, Ana Tereza Jacinto; FROES, Rafael de Carvalho; ZAGO, Elaine Cristina. A Comunicação e o Relacionamento da Família Atual em Virtude dos Novos Tempos. **REC – Revista Eletrônica de Comunicação**, UniFacef, [s. l.], v. 1, jan./jun. 2006.

TOTAL DA POPULAÇÃO PRISIONAL. **World Prison Brief**, 2021. Disponível em: [https://www.prisonstudies.org/highesttolowest/prisonpopulationtotal?field\\_region\\_taxonomy\\_tid=All](https://www.prisonstudies.org/highesttolowest/prisonpopulationtotal?field_region_taxonomy_tid=All). Acesso em: 10 mar. 2022.

VAZ TORRES, Cláudia Regina. A criança e o sistema prisional. *In*: COELHO, M. T. Á. D.; CARVALHO FILHO, M. J. (Orgs.). **Prisões numa abordagem interdisciplinar [online]**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 161-177.

VERÍSSIMO, Maria de la ó Ramallo. Necessidades essenciais das crianças para o desenvolvimento: referencial para o cuidado em saúde. **Rev Esc Enferm USP**, [s. l.], v. 51, p. 1–8, 2017. Disponível em: [http://old.scielo.br/scielo.php?pid=S008062342017000100601&script=sci\\_abstract&tlng=pt Epub](http://old.scielo.br/scielo.php?pid=S008062342017000100601&script=sci_abstract&tlng=pt Epub) Acesso em: 24 jan. 2023.

VERONESE, Josiane Rose Petry; SILVA, Rosane Leal da (Orgs.) **A Criança e seus Direitos: entre violações e desafios [recurso eletrônico]**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. 457p. Disponível em: [https://www.univem.edu.br/storage/arquivos\\_new/livro\\_crianca\\_seus\\_direitos\\_mestrado.pdf](https://www.univem.edu.br/storage/arquivos_new/livro_crianca_seus_direitos_mestrado.pdf). Acesso em: 24 jan. 2023.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. Ed, São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WOODALL, James; KINSELLA, Karina. Striving for a “good” family visit: the facilitating role of a prison visitor's center. **Journal of Criminal Psychology**, [s. l.], v. 8 n. 1, p. 33–43, 2018.

ZANELLI, José Carlos; SILVA, Narbal. A organização como um fenômeno socialmente construído. *In*: ZANELLI, José Carlos; SILVA, Narbal. **Interação humana e gestão: a construção psicossocial das organizações de trabalho**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. cap. 1. p. 20–36.

ZIMERMAN, David E. **Os quatro vínculos: amor, ódio, conhecimento, reconhecimento na psicanálise e em nossas vidas**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ZORNIG, Silvia Maria Abu-Jamra. Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. **Tempo psicanal.**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, p. 453–470, jun. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tpsi/v42n2/v42n2a10.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2022.

## APÊNDICES

### APÊNDICE I: Entrevista com funcionário.

#### ENTREVISTA ABERTA

1. Quais os motivos que levaram a APAC a estruturar a LudoApac?
2. Após a estruturação da LudoApac as frequências das visitas dos filhos dos recuperandos aumentaram, diminuíram ou se manteve?
3. Você considera a LudoApac um ambiente adequado para a vivência das crianças e para a manutenção da relação entre pais e filhos? Por quê?
4. Você considera a LudoApac adequada para crianças, como local, mobília, tipos de atividades disponibilizadas e tratamento dispensados a elas nesses ambientes?
5. A APAC promove outros meios de interação entre pais e filhos menores de 12 anos?
6. Você considera esses meios adequados para crianças, como local, mobília, tipos de atividades disponibilizadas e tratamento dispensados a elas?
7. Qual a importância da manutenção dos laços afetivos entre pais e filhos menores na visão da APAC?

**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora, 2022.

**APÊNDICE II: Entrevista com recuperando.****ENTREVISTA ABERTA**

1. Quais estratégias a administração da APAC utiliza para regular a interação entre recuperandos e filhos (as)?
2. Você considera as estratégias criadas pela APAC adequadas para promover a relação parental entre você e seus filhos (as)?
3. Na sua opinião, as estratégias destinadas às visitas infantis favorecem ou inibem a presença e frequência dos (as) filhos (as)?
4. Você considera essas estratégias adequadas para crianças, como local, mobília, tipos de atividades disponibilizadas e como elas são tratadas nesses ambientes?
5. Qual era o nível de frequência de visitas de seus filhos antes da LudoApac e após a estruturação da mesma?
6. Você brinca juntamente com seu filho (a) com os recursos da LudoApac?
7. O que seu filho (a) demonstra ao interagir com você por meio do brincar?
8. O uso da LudoApac mudou em que sua relação com seu filho (a)?

**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora, 2022.

### APÊNDICE III: Checklist da observação direta.

CHECKLIST					
Nº:					
Data:					
CONTEXTO					
Descrição do local; (objetos e lugar onde acontece a interação)	Atividade (jogo, livro, brincadeira, conversa)	Sinais físicos e expressivos (toques, sorrisos, choro, grito, etc.)	Posição física (as pessoas estão lado a lado, de frente, perto, longe, sentadas, de pé, mantém contato visual, interação na mesma simetria)	Duração da atividade (tempo de duração)	
COMPORTAMENTOS					
(1) Apenas Observa: apenas olha o outro realizar uma atividade; Quem está observando a atividade? ( ) Criança ( ) Pai	(2) Brinca Sozinha: não mantém uma interação com o pai na atividade.	(3) Interação Ativa: brinca com o pai.	(4) Atividade Paralela: brinca de uma coisa e o pai de outra, não estabelece um contato.	(5) Atividade em Grupo: brinca com outras crianças e/ou adultos, mas não com o pai. Quem é o outro?	(6) Verbalizações

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2022.

**APÊNDICE IV: Interação parental – recuperando 1.**

## Quadro 1

**Recuperando 1****Duração da observação:** 9 minutos**Local da observação:** mesa**Atividade:** jogo mesada

**Registro:** A criança vai até o local onde estão localizados dois caixotes de feira, pintados e cheios de jogos manipulativos, se senta no chão, longe da mesa dos familiares, junto com outra criança. Os dois brincam com vários jogos ao mesmo tempo. O pai está de costas para o local onde a criança se encontra sentada. A menina vem na direção da observadora para mostrar a figura do jogo que ela encontrou. Ela repete essa ação por 5 vezes. Depois, pega um jogo de pendurar roupas no varal e começa brincar olhando na direção da observadora. Ela abandona o jogo, fica em pé do lado da observadora que está sentada no degrau de uma porta, observa a escrita no papel, olha nos olhos da observadora e diz “oi”, esboça um sorriso e sai em direção à mesa onde o pai está sentado. Ele a pega nos braços, senta a criança no colo do avô e começa a tirar seus sapatos trocando por chinelos, pois é um dia quente. Depois pega um copo e lhe dá de beber.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

**APÊNDICE V: Interação parental – recuperando 2.**

## Quadro 2

**Recuperando 2****Duração da observação:** 10 minutos**Local da observação:** mesa**Atividade:** jogo

**Registro:** A criança vai até o local onde estão localizados dois caixotes de feira, pintados e cheios de jogos manipulativos. Ela pega uma caixa com jogo e vai em direção à mesa onde encontra seu pai e familiares sentados. Ao chegar em frente à mesa segurando a caixa nas mãos, ela para e fica de pé ao lado do pai e coloca a caixa sobre a mesa. Ele, de braços cruzados sobre a mesa, olha para a caixa, franze a testa e diz: “leva a caixa pra lá, tá ocupando espaço.” A criança sai do local levando a caixa consigo e senta-se no chão, próximo aos caixotes e começa a olhar em todas as direções. Ela se levanta, deixa o jogo no chão e corre em direção a outras duas crianças que estão no pátio. Ela convida essas crianças para brincar na amarelinha que está pintada no chão. As crianças aceitam o convite e correm em direção à amarelinha. O pai permanece na mesa conversando com os outros familiares adultos. O seu olhar é sempre voltado para o adulto com quem conversa. Durante o tempo de observação, em nenhum momento ele olhou em direção à criança, enquanto ela brincava. A crianças começa a conversar com os outros adultos que estão no pátio, ora com os visitantes ora com os recuperandos. Ela vai até as mesas e pede o lanche das outras pessoas e senta-se.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

**APÊNDICE VI: Interação parental - recuperando 3.**

## Quadro 3

**Recuperando 3****Duração da observação:** 6 minutos**Local da observação:** mesa**Atividade:** jogo de tabuleiro (banco imobiliário)

**Registro:** Sentados à mesa, pai, mãe, 1 filha (criança observada) e 1 filho (adolescente) conversam uns com os outros, enquanto manipulam peças do jogo (banco imobiliário) que está sob a mesa. O pai pega a caixa do jogo e começa a ler as regras em voz alta, o restante dos membros da família em silêncio olham para o pai. A criança observada olha em direção ao seu irmão, diz algumas palavras e esboça um sorriso. A partida começa. O filho adolescente inicia a partida e em seguida sua irmã joga. Enquanto é a vez dos filhos jogarem, pai e mãe conversam entre si, aparentemente o assunto não se relaciona com o jogo, pois ambos estão trocando olhares e não olham para a jogada dos filhos. A filha olha para os pais e solicita que eles olhem para o jogo. A mãe faz sua jogada. O pai faz sua jogada e solta uma breve gargalhada ao ganhar a rodada. Uma nova partida se inicia. A mãe faz uma jogada, mostra a língua e sorri, mostrando ter feito uma boa jogada. Toda família sorri e uma nova partida se inicia. Eles bebem refrigerante e comem biscoito. O pai diz ao filho: “Ajuda sua irmã a escolher um jogo mais fácil.” Os dois filhos se levantam da mesa. O filho leva em suas mãos o jogo e sua irmã o acompanha. Os pais continuam sentados conversando.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

**APÊNDICE VII: Interação parental - recuperando 4.**

## Quadro 4

**Recuperando 4****Duração da observação:** 8 minutos**Local da observação:** mesa**Atividade:** jogo de quebra-cabeça.

**Registro:** A criança vai até o local onde estão localizados dois caixotes de feira, pintados e cheios de jogos manipulativos. Ela pega um quebra-cabeça e leva para a mesa onde estão seu pai e familiares sentados comendo jabuticaba, refrigerante e bolo. Além disso, essa mesa possui roupas de bebês, sua esposa está grávida, e artesanatos. Há muitas crianças que não fazem parte do núcleo familiar em volta dessa mesa em específico. Algumas estão comendo as jabuticabas, outras conversam com os familiares que estão nessa mesa. O pai recebe da mão da filha a caixa com o jogo. Coloca-o na mesa e senta sua filha em seu colo. Os adultos que estão na mesa começam a separar as peças para começarem a encaixar, porém há vários quebra-cabeças misturados. A filha se levanta, sai de perto da mesa e vai em direção aos caixotes. Os adultos continuam separando as peças misturadas e as outras crianças que estão ao redor da mesa, observam a ação desses adultos. A filha retorna à mesa com as mãos vazias, fica de pé ao lado de um familiar e começa a separar as peças junto com eles. Enquanto ela separa as peças, o seu pé direito fica no chão e o esquerdo apoiado no suporte da mesa. O pai se levanta e começa a recolher os objetos que estão sobre a mesa para abrir espaço para separar as peças, deixando apenas os alimentos sobre a mesa. Ele sai em direção ao dormitório levando os objetos. Após um determinado período separando as peças, a criança franze a testa e começa a guardar as peças na caixa. O pai retorna à mesa, observa a filha a guardar as peças. Quando ela sai levando o jogo para guardar no caixote, o pai começa a lanchar.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

**APÊNDICE VIII: Interação parental - recuperando 5.**

## Quadro 5

**Recuperando 5****Duração da observação:** 6 minutos**Local da observação:** pátio**Atividade:** brincadeira

**Registro:** A criança vai até o local onde estão localizados dois caixotes de feira, pintados e cheios de jogos manipulativos, se senta no chão, longe da mesa dos pais, junto a um grupo de crianças brincando de Tapa Certo. Ele começa a brincar de espalhar os jogos, abrindo todas as caixas e jogando no chão, bem em cima da brincadeira das outras crianças. Os pais de longe observam a atitude dele. O pai se levanta, vai até onde ele está, fica agachado ao seu lado e diz: “se você não brincar direito, vou te levar para a mesa”. A criança olha na direção dos brinquedos enquanto ele fala e solta um grito: “AAAAAA”. O pai se levanta e volta para a mesa. A criança continua a executar a mesma ação. As outras crianças presentes no ambiente começam a retirar o jogo de perto e o transportam para outro lugar. Ele se levanta vai até a mesa onde estão seus pais, pega uma garrafinha de refrigerante e um pacote de biscoito e começa a comer enquanto anda pelo pátio. Os pais conversam entre si e não olham a criança a andar pelo espaço. A criança volta para o lugar onde estão os jogos espalhados e derruba refrigerante sobre eles. Um recuperando se levanta, pega um pano, seca e pede à criança para ter cuidado. A criança sai andando pelo espaço.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

## ANEXOS

### **ANEXO I: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Setor Administrativo.**

**Projeto de Pesquisa:** A RELAÇÃO ENTRE RECUPERANDOS E FILHOS EM DIAS DE VISITA: A EXPERIÊNCIA DA LUDOAPAC, VIÇOSA-MG.

#### **EQUIPE DA PESQUISA E SEUS CONTATOS:**

- **Amélia Carla Sobrinho Bifano.** Professora orientadora da pesquisa. Departamento de Economia Doméstica/UFV. E-mail: abifano@ufv.br. Telefone: (31) 3899-1645.
- **Leticia Cardoso de Carvalho.** Mestranda em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa, E-mail: leticia.c.carvalho@ufv.br. Telefone: (31) 9 9612-2058.

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa intitulada “A RELAÇÃO ENTRE RECUPERANDOS E FILHOS EM DIAS DE VISITA: A EXPERIÊNCIA DA LUDOAPAC, VIÇOSA-MG” desenvolvida pela mestranda Leticia Cardoso de Carvalho, aluna do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Economia Doméstica da UFRV, sob a orientação da Professora Amélia Carla Sobrinho Bifano, professora do Departamento mencionado. Todas as informações necessárias sobre a pesquisa encontram-se relacionadas abaixo e caso haja dúvidas, favor esclarecê-las antes da assinatura do presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Tanto a mestranda como a orientadora podem ser contactadas a qualquer momento por meio dos telefones e e-mails que constam no início deste Termo.

#### **IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO DA PESQUISA (VOLUNTÁRIO)**

Nome: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

A proposta desta pesquisa é compreender quais os efeitos que a adequação do ambiente destinados à visita infantil ao sistema prisional. podem fornecer.

Esta pesquisa pode trazer riscos aos funcionários envolvidos, no âmbito emocional, pois pode causar estresse e cansaço. Para amenização desses riscos, buscaremos sempre conduzir a realização da pesquisa de forma a não nos estendermos demasiadamente. Buscaremos, também, valorizar e ressaltar a importância da contribuição dos participantes para a realização do estudo, além de dar suporte sempre que eles desejarem.

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Declaro, por meio deste termo, que concordei em participar da pesquisa: “REGULAÇÃO DA RELAÇÃO PARENTAL ENTRE PAIS RECUPERANDOS E SEUS FILHOS EM DIAS DE VISITA”, desenvolvida pela discente Letícia Cardoso de Carvalho, sob orientação e responsabilidade da Prof<sup>a</sup>. Amélia Carla Sobrinho Bifano - vinculada ao Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa.

Afirmo que aceitei participar da pesquisa por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus, com a finalidade de colaborar para o trabalho e para elaboração da dissertação de mestrado e artigos para divulgação em publicações e encontros acadêmico-científicos como ainda, contribuir para a produção do conhecimento científico e melhor compreensão do fenômeno pesquisado. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos da pesquisa que, em linhas gerais, este estudo busca aprofundar na compreensão de como ocorre a interação parental em dias de visita na APAC. Este estudo se justifica, uma vez que poucos estudos buscam compreender as relações parentais em dias de visita infantil ao presídio.

Minha colaboração se fará por meio de uma entrevista aberta, onde participarei respondendo de forma individual algumas perguntas na forma escrita. Minha participação será de forma anônima para preservar minha identidade, não sendo divulgados dados pessoais ou qualquer tipo de informação sem meu consentimento prévio. A entrevista será previamente agendada em horário e local que eu considerar mais adequado de acordo com a minha disponibilidade no momento, podendo decidir se será ou não gravada, sendo que nesse caso, as informações serão anotadas pela pesquisadora e lidas para o (a) entrevistado (a) verificar a veracidade das anotações.

Estou ciente de que para a entrevista, será previamente agendado o local respeitando a determinação do Ministério da Saúde quanto ao distanciamento exigido, a opção será por um espaço aberto, onde serão estabelecidos protocolos para segurança dos participantes que de acordo com as recomendações prevê o uso de máscara, álcool em gel e distanciamento mínimo de 1,5 a 2 metros entre as pessoas.

Quanto ao risco de contaminação, fui informado de que o pesquisador fornecerá equipamentos de proteção devidamente exigidos de acordo com o risco para evitar qualquer tipo de contaminação e que será oferecido aos participantes máscaras PFF2/N95, bem como álcool em gel para limpeza das mãos e limpeza de ordem geral. Como método complementar de segurança será aferido minha temperatura e caso haja percepção de sinais e sintomas de contaminação serei orientado e encaminhado, seguindo protocolo do Ministério da Saúde, a realizar acompanhamento e tratamento pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Além do suporte e acompanhamento possível por parte dos pesquisadores.

Fui esclarecido(a) dos riscos dessa pesquisa que estão relacionados ao desconforto e a inibição em prestar as informações solicitadas, e que, nesse caso, poderei me negar a dar qualquer tipo de informação que me constranja ou mesmo desistir da pesquisa a qualquer momento, sem a necessidade de explicar o motivo. Durante a pesquisa, terei toda a liberdade de fazer qualquer pergunta ou questionamento relacionado à pesquisa. Para participar deste estudo tenha ciência de que não haverá nenhum custo, nem receberei qualquer vantagem financeira. Apesar disso, diante de eventuais danos, identificados e comprovados decorrentes da pesquisa, tenho assegurado o direito à indenização e ao ressarcimento de gastos caso minha participação gere custos com transporte, alimentação, dentre outros. Em caso de..... ??? será prevista uma compensação financeira a ser calculada de acordo com os gastos e com a moeda corrente do país (R\$), como rege a resolução n. 466 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Fui ainda esclarecido(a) que para obter informações, e no caso de haver irregularidades éticas durante a pesquisa, poderei entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa-MG- CEP/UFV no seguinte endereço e contatos: Prédio Arthur Bernardes, piso inferior, telefone 3899-2492, correio eletrônico: cep@ufv.br.

Declaro que entendi as informações contidas nesse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e que fui informado(a) que o uso das informações por mim oferecidas estão submetidas às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) de acordo com a Resolução CNS 466/2012. Declaro que recebi uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por mim, pela orientadora e pela pesquisadora e responsável.

Viçosa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

---

(Sujeito da pesquisa)

---

Amelia Carla Sobrinho Bifano  
(Orientadora da pesquisa)

---

Letícia Cardoso de Carvalho  
(Mestranda em Economia Doméstica)

**ANEXO II: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Recuperandos  
Regime Fechado.**

**Projeto de Pesquisa:** “A RELAÇÃO ENTRE RECUPERANDOS E FILHOS EM DIAS DE VISITA: A EXPERIÊNCIA DA LUDOAPAC, VIÇOSA-MG.”

**EQUIPE DA PESQUISA E SEUS CONTATOS:**

- **Amélia Carla Sobrinho Bifano.** Professora orientadora da pesquisa. Departamento de Economia Doméstica/UFV. E-mail: abifano@ufv.br. Telefone: (31) 3899-1645.
- **Letícia Cardoso de Carvalho.** Mestranda em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa, E-mail: leticia.c.carvalho@ufv.br. Telefone: (31) 9 9612-2058.

Você e seus filhos (as) estão sendo convidados como voluntários a participarem da pesquisa intitulada “A RELAÇÃO ENTRE RECUPERANDOS E FILHOS EM DIAS DE VISITA: A EXPERIÊNCIA DA LUDOAPAC, VIÇOSA-MG.” desenvolvida pela mestranda Letícia Cardoso de Carvalho, aluna do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Economia Doméstica da UFRV, sob a orientação da Professora Amélia Carla Sobrinho Bifano, professora do Departamento mencionado. Todas as informações necessárias sobre a pesquisa encontram-se relacionadas abaixo e caso haja dúvidas, favor esclarecê-las antes da assinatura do presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Tanto a mestranda como a orientadora podem ser contactadas a qualquer momento por meio dos telefones e e-mails que constam no início deste Termo.

**IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO DA PESQUISA (VOLUNTÁRIO)**

Nome: \_\_\_\_\_  
 Telefone: \_\_\_\_\_

A proposta desta pesquisa é compreender quais os efeitos que a adequação do ambiente destinado à visita infantil ao sistema prisional podem fornecer.

Esta pesquisa pode trazer riscos aos recuperandos e filhos envolvidos, no âmbito psicológico, pois pode causar modificações nas emoções, stress e cansaço. Para amenização desses riscos, buscaremos sempre conduzir a realização da pesquisa de forma a não nos estendermos demasiadamente. Buscaremos, também, valorizar e ressaltar a importância da contribuição dos participantes para a realização do estudo, além de dar suporte sempre que eles desejarem.

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em participar juntamente como meus filhos(as) da pesquisa: “REGULAÇÃO DA RELAÇÃO PARENTAL ENTRE PAIS RECUPERANDOS E SEUS FILHOS EM DIAS DE VISITA”, desenvolvida pela discente Letícia Cardoso de Carvalho, sob orientação e responsabilidade da Prof<sup>a</sup>. Amélia Carla Sobrinho Bifano - vinculada ao Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa.

Afirmo que aceitei participar da pesquisa por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus, com a finalidade de colaborar para o trabalho e para elaboração da dissertação de mestrado e artigos para divulgação em publicações e encontros acadêmico-científicos como ainda, contribuir para a produção do conhecimento científico e melhor compreensão do fenômeno pesquisado. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos da pesquisa que, em linhas gerais, este estudo busca

aprofundar na compreensão de como ocorre a interação parental em dias de visita na APAC. Este estudo se justifica, uma vez que poucos estudos buscam compreender as relações parentais em dias de visita infantil ao presídio.

Minha colaboração se fará por meio de uma entrevista aberta, onde participarei respondendo de forma individual algumas perguntas na forma escrita e por meio da observação de um jogo ou brincadeira lúdica como meus filhos (as). Eu, responsável, e a criança participante fomos informados(as) dos objetivos estritamente acadêmicos da pesquisa que, em linhas gerais, tem por estudo buscar aprofundar a compreensão de como ocorre a interação entre pais e filhos em dias de visita na APAC. Este estudo se justifica, uma vez que poucos estudos buscam compreender as relações parentais em dias de visita infantil ao presídio.

Para a entrevista, será previamente agendado o local respeitando a determinação do Ministério da Saúde quanto ao distanciamento exigido, a opção será por um espaço aberto, onde serão estabelecidos protocolos para segurança dos participantes que de acordo com as recomendações prevê o uso de máscara, álcool em gel e distanciamento mínimo de 1, 5 a 2 metros entre as pessoas.

A colaboração da criança se fará por meio da observação de um jogo ou brincadeira lúdica. A proposta lúdica será previamente agendada em horário e local que o responsável considerar mais adequado de acordo com a disponibilidade no momento, podendo decidir se será ou não gravada, sendo que nesse caso, as informações serão anotadas pela pesquisadora e lidas para o (a) entrevistado (a) verificar a veracidade das anotações.

Nossa participação será de forma anônima para preservar nossa identidade, não sendo divulgados dados pessoais ou qualquer tipo de informação sem nosso consentimento prévio. A entrevista e a observação serão previamente agendadas em horário e local que eu considerar mais adequado de acordo com a minha disponibilidade no momento, podendo decidir se será ou não gravada, sendo que nesse caso, as informações serão anotadas pela pesquisadora e lidas para o (a) entrevistado (a) verificar a veracidade das anotações.

Quanto ao risco de contaminação fui informado que o pesquisador fornecerá equipamentos de proteção devidamente exigidos de acordo com o risco para evitar qualquer tipo de contaminação. Será oferecido aos participantes máscaras PFF2/N95, bem como álcool em gel para limpeza das mãos e limpeza de ordem geral. Como método complementar de segurança será aferido a temperatura e caso haja percepção de sinais e sintomas de contaminação o participante será orientado e encaminhado, seguindo protocolo do Ministério da Saúde, a realizar acompanhamento e tratamento pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Além do suporte e acompanhamento possível por parte dos pesquisadores.

Fui esclarecido (a) dos riscos dessa pesquisa que estão relacionados ao desconforto e a inibição em prestar as informações solicitadas, e que nesse caso, poderei me negar a dar qualquer tipo de informação que me constranja ou mesmo desistir da pesquisa a qualquer momento, sem a necessidade de explicar o motivo. Durante a pesquisa terei toda liberdade de fazer qualquer pergunta ou questionamento relacionado à pesquisa. Para participar deste estudo o (a) Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, diante de eventuais danos, identificados e comprovados decorrentes da pesquisa, o(a) Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização e ao ressarcimento de gastos caso a sua participação gere custos com transporte, alimentação, dentre outros. Será prevista uma compensação financeira a ser calculada de acordo com os gastos e com a moeda corrente do país (R\$), como rege a resolução no466 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Fui ainda esclarecido (a) que para obter informações e no caso de irregularidades éticas durante a pesquisa poderei entrar em com como Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa-MG- CEP/UFV no seguinte endereço e

contatos: Prédio Arthur Bernardes, piso inferior, telefone 3899-2492, correio eletrônico: cep@ufv.br.

Declaro que entendi as informações contidas nesse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e que fui informado (a) que o uso das informações por mim oferecidas estão submetidas às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) de acordo com a Resolução CNS 466/2012. Declaro que recebi uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por mim, pela orientadora e pela pesquisadora e responsável.

Viçosa, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

---

(Sujeito da pesquisa)

---

Amelia Carla Sobrinho Bifano  
(Orientadora da pesquisa)

---

Letícia Cardoso de Carvalho  
(Mestranda em Economia Doméstica)

**ANEXO III: Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) Crianças (menores ou para os legalmente incapazes).**

**Projeto de Pesquisa:** “A RELAÇÃO ENTRE RECUPERANDOS E FILHOS EM DIAS DE VISITA: A EXPERIÊNCIA DA LUDOAPAC, VIÇOSA-MG.”

**EQUIPE DA PESQUISA E SEUS CONTATOS:**

- **Amélia Carla Sobrinho Bifano.** Professora orientadora da pesquisa. Departamento de Economia Doméstica/UFV. E-mail: abifano@ufv.br. Telefone: (31) 3899-1645.
- **Letícia Cardoso de Carvalho.** Mestranda em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa, E-mail: leticia.c.carvalho@ufv.br. Telefone: (31) 9 9612-2058.

**O termo de assentimento não elimina a necessidade de fazer o termo de consentimento livre e esclarecido que deve ser assinado pelo responsável ou representante legal da criança.**

Seu responsável fará a leitura do termo para você:

Você está sendo convidado para participar da pesquisa “A RELAÇÃO ENTRE RECUPERANDOS E FILHOS EM DIAS DE VISITA: A EXPERIÊNCIA DA LUDOAPAC, VIÇOSA-MG”. Seus pais permitiram que você participe. Queremos saber como você e seu pai se relacionam em dias de visita na APAC. As crianças que irão participar dessa pesquisa têm de zero (0) a dez (10) anos de idade. Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu, não terá nenhum problema se desistir.

A pesquisa será feita no/a Associação de Proteção e Assistência aos condenados de Viçosa-MG, onde as crianças serão observadas brincando com seu pai. Para isso, será usado um *checklist* de observação direta. O uso do *checklist* de observação direta é considerado seguro, mas é possível ocorrer o risco de você ficar cansado e irritado por ter alguém observando. Para amenizar essa situação, faremos a observação mais rápida possível. Mas há coisas boas que podem acontecer com essa pesquisa, os resultados podem servir de sugestão para o uso de brinquedotecas em dia de visitas ao presídio.

Caso aconteça algo errado, você pode pedir ao seu responsável para nos procurar ou entrar em contato conosco pelo telefone (31) 3899-1645 da pesquisadora Amélia Carla Sobrinho Bifano, ou pelo telefone (31) 9 9612-2058 da pesquisadora Letícia Cardoso de Carvalho.

Se você morar longe da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Viçosa-MG, nós daremos a seus pais dinheiro suficiente para transporte, para também acompanhar a pesquisa.

Ninguém saberá que você está participando da pesquisa, não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa vão ser publicados, mas sem identificar as crianças que participaram da pesquisa. Quando terminarmos a pesquisa, os resultados serão usados na dissertação de mestrado e artigos para divulgação em publicações e encontros acadêmico-científicos como, ainda, contribuir para a produção do conhecimento.

Se você tiver alguma dúvida, você pode me perguntar, meu nome é Letícia Cardoso de Crvalho ou à pesquisadora Amélia Carla Sobrinho Bifano. Eu escrevi os telefones na parte de cima desse texto.

Para você aceitar participar, basta apenas dizer o seu nome e falar a palavra aceito que iremos registrar em áudio sua resposta. Mas isso não é obrigatório, caso você ou sua família queiram a qualquer momento desistir de participar é só dizer.

Viçosa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

---

(Responsável)

---

Amelia Carla Sobrinho Bifano  
(Orientadora da pesquisa)

---

Letícia Cardoso de Carvalho  
(Mestranda em Economia Doméstica)

#### **ANEXO IV: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) Responsáveis Legal.**

**Projeto de Pesquisa:** “A RELAÇÃO ENTRE RECUPERANDOS E FILHOS EM DIAS DE VISITA: A EXPERIÊNCIA DA LUDOAPAC, VIÇOSA-MG.”

#### **EQUIPE DA PESQUISA E SEUS CONTATOS:**

- **Amélia Carla Sobrinho Bifano.** Professora orientadora da pesquisa. Departamento de Economia Doméstica/UFV. E-mail: abifano@ufv.br. Telefone: (31) 3899-1645.
- **Leticia Cardoso de Carvalho.** Mestranda em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa, E-mail: leticia.c.carvalho@ufv.br. Telefone: (31) 9 9612-2058.

Pedimos a você responsável pela criança, que permita que ela participe da pesquisa intitulada “A RELAÇÃO ENTRE RECUPERANDOS E FILHOS EM DIAS DE VISITA: A EXPERIÊNCIA DA LUDOAPAC, VIÇOSA-MG.” desenvolvida pela mestranda Leticia Cardoso de Carvalho, aluna do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Economia Doméstica da UFRV, sob a orientação da Professora Amélia Carla Sobrinho Bifano, professora do Departamento mencionado. Todas as informações necessárias sobre a pesquisa encontram-se relacionadas abaixo e caso haja dúvidas, você pode esclarecer antes da assinatura do presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Tanto a mestranda como a orientadora podem ser contactadas a qualquer momento por meio dos telefones e e-mails que constam no início deste Termo.

#### **IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO DA PESQUISA (VOLUNTÁRIO)**

Nome: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

A proposta desta pesquisa é compreender quais os efeitos que a adequação do ambiente destinado à visita infantil ao sistema prisional podem fornecer.

Esta pesquisa pode trazer riscos às crianças envolvidas, no âmbito psicológico, pois pode causar modificações nas emoções, stress e cansaço. Para amenização desses riscos buscaremos sempre conduzir a realização da pesquisa de forma a não estendermos demasiadamente, além de dar suporte sempre que eles desejarem.

#### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**

Declaro, por meio deste termo, que a criança que está sob minha responsabilidade legal tem permissão em participar da pesquisa: “REGULAÇÃO DA RELAÇÃO PARENTAL ENTRE PAIS RECUPERANDOS E SEUS FILHOS EM DIAS DE VISITA”, desenvolvida pela discente Leticia Cardoso de Carvalho, sob orientação e responsabilidade da Prof<sup>a</sup>. Amélia Carla Sobrinho Bifano - vinculada ao Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa.

Afirmo que aceitei que ele (a) participe da pesquisa por sua própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus, com a finalidade de colaborar para o trabalho e para elaboração da dissertação de mestrado e artigos para divulgação em publicações e encontros acadêmico-científicos como ainda, contribuir para a produção do conhecimento científico e melhor compreensão do fenômeno pesquisado. Eu, responsável, e a criança participante fomos informados(as) dos objetivos estritamente acadêmicos da pesquisa que, em linhas gerais, tem por estudo buscar aprofundar a compreensão de como ocorre a interação entre pais e filhos em dias de visita na APAC. Este estudo se justifica, uma vez que

poucos estudos buscam compreender as relações parentais em dias de visita infantil ao presídio.

Estou ciente de que a colaboração da criança se fará por meio da observação de um jogo ou brincadeira lúdica. A participação dela será de forma anônima para preservar sua identidade, não sendo divulgados dados pessoais ou qualquer tipo de informação sem o consentimento prévio do responsável. A proposta lúdica será previamente agendada em horário e local que o responsável considerar mais adequado de acordo com a disponibilidade no momento, podendo decidir se será ou não gravada, sendo que, nesse caso, as informações serão anotadas pela pesquisadora e lidas para o(a) entrevistado(a) responsável pela criança verificar a veracidade das anotações.

Para a observação, será previamente agendado o local respeitando a determinação do Ministério da Saúde quanto ao distanciamento exigido, a opção será por um espaço aberto, onde serão estabelecidos protocolos para segurança dos participantes que, de acordo com as recomendações, prevê o uso de máscara, álcool em gel e distanciamento mínimo de 1,5 a 2 metros entre as pessoas.

Quanto ao risco de contaminação, fui informado(a) de que o pesquisador fornecerá equipamentos de proteção devidamente exigidos de acordo com o risco para evitar qualquer tipo de contaminação. Será oferecido aos participantes máscaras PFF2/N95, bem como álcool em gel para limpeza das mãos e limpeza de ordem geral. Como método complementar de segurança será aferido nossas temperaturas e caso haja percepção de sinais e sintomas de contaminação, serei orientado(a) e encaminhado(a), seguindo protocolo do Ministério da Saúde, a realizar acompanhamento e tratamento pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Além do suporte e acompanhamento possível por parte dos pesquisadores.

Fui esclarecido(a) dos riscos dessa pesquisa que estão relacionados ao desconforto de ser observado, e que nesse caso, não se é obrigado a participar e não tem problema caso desista, sem a necessidade de explicar o motivo. Durante a pesquisa, estou ciente de que a criança e o responsável terão toda liberdade de fazer qualquer pergunta ou questionamento relacionado à pesquisa. Para participar deste estudo, estou ciente de que não terei nenhum custo, nem receberei qualquer vantagem financeira. Apesar disso, diante de eventuais danos, identificados e comprovados decorrentes da pesquisa, tenho assegurado o direito à indenização e ao ressarcimento de gastos caso minha, nossa) participação gere custos com transporte, alimentação, dentre outros. Para tanto, será prevista uma compensação financeira a ser calculada de acordo com os gastos e com a moeda corrente do país (R\$), como rege a resolução no466 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Fui ainda esclarecido(a) de que para obter informações e no caso de haver irregularidades éticas durante a pesquisa poderei entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa-MG- CEP/UFV no seguinte endereço e contatos: Prédio Arthur Bernardes, piso inferior, telefone 3899-2492, correio eletrônico: cep@ufv.br.

Declaro que entendi as informações contidas nesse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e que fui informado(a) de que o uso das informações por mim oferecidas estão submetidas às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) de acordo com a Resolução CNS 466/2012. Declaro que recebi uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por mim, pela orientadora e pela pesquisadora e responsável.

Viçosa, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

---

(Sujeito da pesquisa)

---

Amelia Carla Sobrinho Bifano  
(Orientadora da pesquisa)

---

Letícia Cardoso de Carvalho  
(Mestranda em Economia Doméstica)

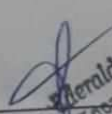
**ANEXO V: Autorização da instituição para realização da pesquisa.**

**APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados**  
Rua Dr. Brito nº 380 – Bairro Centro – Viçosa (MG) – CEP: 36.570-000  
Telefone: (31) 3891-4531 – Setor Adm. - e-mail: [apacvicosa@hotmail.com](mailto:apacvicosa@hotmail.com) ou [apacvicosa@fbac.com.br](mailto:apacvicosa@fbac.com.br)

**AUTORIZAÇÃO**

Eu, Ederaldo Gonçalves Monteiro, na qualidade de responsável pela **Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC**, autorizo a realização da pesquisa intitulada **"A RELAÇÃO ENTRE RECUPERANDOS E FILHOS EM DIAS DE VISITA: A EXPERIÊNCIA DA LUDOAPAC, VIÇOSA-MG."** a ser conduzida sob a responsabilidade da pesquisadora Amélia Carla Sobrinho Bifano e declaro, que esta Instituição apresenta infraestrutura necessária à realização da referida pesquisa. Esta autorização só é válida no caso de haver parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa para a referida pesquisa.

Viçosa, 15 de julho de 2022.

  
Ederaldo Gonçalves Monteiro  
Responsável Administrativo

## ANEXO VI: Ata da primeira audiência para a abertura da APAC – Viçosa.

p 01

Aos (02) dias do mês de setembro do ano de 2003, no Centro de Ensino e Extensão da Universidade Federal de Viçosa, aconteceu a 1ª Audiência Pública para apresentação e formação da Comissão executiva da APAC - Associação de Proteção e Assistência dos Condenados. Aberta em reunião pela Dra. Paula Ayres Lima, Promotora de Justiça de Viçosa, que contou com a presença de Mônica Aparecida Donaton, Juíza de Direito responsável pela execução penal em Viçosa, o Dr. Victor Lúcio Pimenta de Faria, representante da Procuradoria de Estado de Defesa Social e o Dr. Joaquim Alun de Andrade, Desembargador do TGMG. Foi aberta toda a presença de vários autoridades na platéia de mais de (30) quinta pessoas. Após dada a palavra ao Dr. Victor que introduziu o assunto e passou a palavra ao Dr. Joaquim Alun de Andrade, que discorreu sobre o problema APAC. O Dr. Victor, depois, a Dra. Paula convocou a todos para a formação da comissão executiva da APAC. Foi lido o nome e endereço dos interessados e foi designada nova reunião para o dia 02/09/2003, às 10 horas, a ser realizada no Salão do Juri, da Polícia de Viçosa.

Em, Guelato Rogério José Alun,  
 Oficial do MP, redigi: *APL* Paulo Augusto  
*[Assinatura]*; *[Assinatura]*

ANEXO PADRONIZADO Nº 1

LISTA DE PRESENÇA - 1ª REUNIÃO AAPC  
02/09/2003 - 10h - CEE/UFV

NOME	ASSINATURA	IDENTIFICAÇÃO CARGO/FUNÇÃO
- TIAGO BERTACI DOS SANTOS	Tiago Bertaci Santos	ESTUDANTE
- Nilza Martins Paiva Machado	Nilza Martins Machado	Estudante
- MARCELO RODRIGUES MAROTA	Marcelo	ESTUDANTE
- Janule Rodrigues Afonso Teixeira	Teixeira	Professora
- Ana Cláudia - S. Gonçalves	Gonçalves	Assistente
- Pierre Pena Rocha	Pierre Rocha	Estudante
- Marcio Kreira Sarden	Sarden	Estudante
- Milton Passos Neto	Milton	ESTUDANTE
- Maria Juiliadora Silva Monnerat	Monnerat	SMAS/PMU
- Márcia Vilela Nogueira de Freitas	Freitas	Assistente S. S. S. S. S.
- Maria Luiza Mendes Silva	Mendes	SMAS/PMU
- Gláucia R. Prado Freitas	Freitas	Secretaria SMAS/PMU
- Luciana Maria Torres Gomide	Gomide	Vice-reitor
- Rafael Araújo Torres	Rafael Araújo Torres	Estudante
- José Franco Souza Castro	Souza	Coordenador
- Nazirides Gonçalves de Almeida	Nazirides	Coordenador
- Luciano de Castro Souza	Luciano de Castro Souza	Assessoria
- Marcelo de Freitas Gomes	Marcelo	Pastoral
- Rogério Batista	Batista	Pastoral
- Luiz Silveira Chinelatto	Chinelatto	Coordenador
- Fernando Dias da Silva	Fernando	Coordenador
- José Antônio Mendes Cap. PM	Mendes	Polícia
- Frank Paiva da Costa	Frank	Polícia